



SENADO FEDERAL

REGIMENTO INTERNO

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

Texto editado em conformidade com a Resolução nº 18, de 1989, consolidado com as alterações decorrentes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até 2002.

VOLUME I

BRASÍLIA – 2003

Brasil. Congresso. SenadoFederal.

Regimento Interno: Resolução nº 93, de 1970. – Brasília : Senado Federal, 2003.

2v.

Texto editado em conformidade com a Resolução nº 18, de 1989, consolidado com as alterações decorrentes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até 2002.

Conteúdo : v. 1. Regimento Interno – v. 2. Normas Conexas.

1. Senado, Brasil. I. Brasil, Congresso. Senado Federal, Regimento. I. Título.

CDDir. 341.2531

Ficha catalográficaelaborada pela Biblioteca do Senado Federal

NOTA

O Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com o disposto em seu art. 402, deve ser consolidado ao final de cada legislatura, incorporando as modificações ocorridas ao longo do quadriênio de trabalhos legislativos.

A presente edição contém o texto consolidado – em relação à consolidação efetuada em janeiro de 1999 – com as alterações produzidas na 51ª Legislatura, iniciada em 1º de fevereiro de 1999 e concluída em 31 de janeiro de 2003. Nesse período, foram editadas as Resoluções nºs 17, de 2002, que *altera a redação do art. 332 e suprime o art. 333 do Regimento Interno do Senado Federal* (dispondo sobre o arquivamento de proposições ao final de legislatura), e 64, de 2002, que *cria a Comissão Permanente de Legislação Participativa do Senado Federal*. Essas duas normas estão incorporadas ao novo texto.

Ao Regimento Interno foram incorporadas, também, alterações decorrentes das Emendas Constitucionais nºs 23, de 1999 (*Comandantes das Forças Armadas*); 32, de 2001 (*medidas provisórias*); e 35, de 2001 (*imunidade parlamentar*); e da Lei Complementar nº 105, de 2001, que *dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, e dá outras providências*.

Na consolidação do presente texto foram observadas, ainda, as regras da Lei Complementar nº 107, de 2001, que alterou a Lei Complementar nº 95, de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*.

De acordo com a referida Lei Complementar nº 95, de 1998, o artigo que sofreu alguma modificação deverá conter, em seu final, as iniciais (NR) – nova redação. Nesta consolidação, o símbolo (NR) foi utilizado apenas para as alterações decorrentes de outras normas jurídicas (emendas à Constituição, leis complementares e resoluções do Senado Federal), não sendo utilizado para as modificações redacionais efetuadas com base no art. 402

do Regimento. Além disso, o texto base – para efeito das anotações do símbolo (NR) – é a edição consolidada após a Resolução nº 18, de 1989, que produziu a adequação do Regimento à Carta Constitucional de 1988.

Essas modificações mencionadas nos parágrafos anteriores encontram-se publicadas, sob a forma de “quadro comparativo das alterações”, após o texto do Regimento.

Por outro lado, como vem ocorrendo desde 1994, esta edição não ficou restrita ao texto do Regimento Interno: ela contém, ainda, o índice remissivo do Regimento e diversas normas infra-constitucionais que disciplinam matérias de processo legislativo.

Quanto a esta parte da publicação, deve-se assinalar que a Secretaria-Geral da Mesa reuniu as normas infra-constitucionais (leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos, resoluções, atos do Congresso Nacional, atos da Mesa e da Comissão Diretora do Senado Federal e decretos) relacionadas com as atribuições e competências do Senado Federal e, ainda, pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovados pelo Plenário, referentes à interpretação e aplicação de regras de processo legislativo. Em razão do número expressivo de documentos, essa parte da publicação constitui um volume à parte, como já ocorrera na edição de janeiro de 1999.

Deve-se ressaltar que não foi incluída nessa coletânea a Lei Complementar nº 35, de 1979 (*Lei Orgânica da Magistratura*). Apesar de ela conter vários dispositivos que disciplinam a competência do Senado Federal para aprovar as indicações de magistrados para o Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores, a referida norma, precisamente nessas matérias, teve sua redação alterada pela Carta de 1988. Assim, a publicação desses dispositivos da Lei Orgânica da Magistratura configuraria mera reprodução de dispositivos constitucionais, o que não é objeto dessa coletânea.

Por fim, um esclarecimento sobre dois procedimentos adotados na organização do texto do Regimento Interno do Senado Federal, volume I: *a*) consta, ao final de cada dispositivo regimental que tenha origem expressa na Constituição Federal, a remissão para o dispositivo constitucional correspondente; *b*) está assinalado, em cada dispositivo regimental que tenha correspondência com alguma norma conexa publicada no volume II, a devida remissão, em nota de rodapé, constando, nesses casos, antes da norma, o verbo “ver”.

Esta publicação, e sua organização de acordo com os procedimentos descritos, tem por finalidade proporcionar aos Senhores Senadores, aos servidores da Casa e aos demais interessados nos trabalhos legislativos amplo acesso às informações, facilidade de consulta e agilidade de manuseio de todos os documentos nela contidos. Dessa forma, a publicação compatibiliza-se com *a orientação e os propósitos da Mesa do Senado Federal de dar aos trabalhos legislativos ampla transparência, democratizando o acesso às informações.*

SUMÁRIO

PARTE I – REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

TÍTULO I DO FUNCIONAMENTO

CAPÍTULOS:

I – DA SEDE	21
II – DAS SESSÕES LEGISLATIVAS.....	21
III – DAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS	21

TÍTULO II DOS SENADORES

CAPÍTULOS:

I – DA POSSE.....	25
II – DO EXERCÍCIO.....	26
III – DOS ASSENTAMENTOS	27
IV – DA REMUNERAÇÃO	28
V – DO USO DA PALAVRA	28
VI – DAS MEDIDAS DISCIPLINARES	32
VII – DAS HOMENAGENS DEVIDAS EM CASO DE FALECIMENTO	33
VIII – DAS VAGAS.....	34
IX – DA SUSPENSÃO DAS IMUNIDADES	36

X – DA AUSÊNCIA E DA LICENÇA	36
XI – DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE	39

TÍTULO III **DA MESA**

CAPÍTULOS:

I – DA COMPOSIÇÃO.....	43
II – DAS ATRIBUIÇÕES	43
III – DA ELEIÇÃO.....	48

TÍTULO IV

DOS BLOCOS PARLAMENTARES, DA MAIORIA, DA MINORIA E DAS LIDERANÇAS	53
----------------------------------------------------------------------------	----

TÍTULO V

DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA	57
--------------------------------	----

TÍTULO VI **DAS COMISSÕES**

CAPÍTULOS:

I – DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS.	61
II – DA COMPOSIÇÃO	62
III – DA ORGANIZAÇÃO	63
IV – DA SUPLENÇA, DAS VAGAS E DAS SUBSTITUIÇÕES ..	64
V – DA DIREÇÃO	66
VI – DA COMPETÊNCIA	67
Seção I – Disposições Gerais	67
Seção II – Das Atribuições Específicas	71
VII – DAS REUNIÕES.....	80
VIII – DOS PRAZOS	83

IX – DAS EMENDAS APRESENTADAS PERANTE AS COMISSÕES	85
X – DOS RELADORES.....	86
XI – DOS RELATÓRIOS E PARECERES	86
Seção I – Dos Relatórios	86
Seção II – Dos Pareceres	88
XII – DAS DILIGÊNCIAS.....	90
XIII – DA APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS ENVIADOS ÀS COMISSÕES	90
XIV – DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .	91

TÍTULO VII DAS SESSÕES

CAPÍTULOS:

I – DA NATUREZA DAS SESSÕES	97
II – DA SESSÃO PÚBLICA	98
Seção I – Da Abertura e Duração	98
Seção II – Da Hora do Expediente	99
Seção III – Da Ordem do Dia	101
Seção IV – Do Término do Tempo da Sessão	105
Seção V – Da Prorrogação da Sessão	106
Seção VI – Da Assistência à Sessão	106
Seção VII – Da Divulgação das Sessões	107
Seção VIII – Da Sessão Deliberativa Extraordinária ^(*) ...	107
III – DA SESSÃO SECRETA.....	107
IV – DA SESSÃO ESPECIAL.....	109
V – DAS ATAS E DOS ANAIS DAS SESSÕES	110
Seção I – Das Atas	110
Seção II – Dos Anais	111

(*) Resolução nº 37/95

TÍTULO VIII DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULOS:

I – DAS ESPÉCIES	117
Seção I – Das Propostas de Emenda à Constituição...	117
Seção II – Dos Projetos.....	117
Seção III – Dos Requerimentos.....	118
Subseção I – Disposições Gerais	118
Subseção II – Dos Requerimentos de Informações	119
Subseção III – Dos Requerimentos de Homenagem de Pesar	120
Subseção IV – Dos Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante	121
Seção IV – Das Indicações	121
Seção V – Dos Pareceres	122
Seção VI – Das Emendas	122
II – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES.....	123
III – DA LEITURA DAS PROPOSIÇÕES	125
IV – DA AUTORIA.....	126
V – DA NUMERAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES	126
VI – DO APOIAMENTO DAS PROPOSIÇÕES.....	127
VII – DA PUBLICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES.....	128
VIII – DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES.....	128
IX – DA RETIRADA DAS PROPOSIÇÕES.....	130
X – DA TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO DAS PROPOSIÇÕES	131
XI – DOS PROCESSOS REFERENTES ÀS PROPOSIÇÕES ...	131
XII – DAS SINOPSES E RESENHAS DAS PROPOSIÇÕES	135
XIII – DA APRECIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES.....	135
Seção I – Dos Turnos.....	135
Seção II – Da Discussão	135
Subseção I – Disposições Gerais	135

Subseção II	– Do Encerramento da Discussão	136
Subseção III	– Da Dispensa da Discussão	136
Subseção IV	– Da Proposição Emendada	136
Subseção V	– Do Adiamento da Discussão	137
Seção III	– Do Interstício.....	138
Seção IV	– Do Turno Suplementar	138
Seção V	– Das Emendas da Câmara a Projeto do Senado.....	139
Seção VI	– Da Votação	139
Subseção I	– Do <i>Quorum</i>	139
Subseção II	– Das Modalidades de Votação.....	141
a)	Disposições Gerais	141
b)	Da Votação Ostensiva	142
c)	Da Votação Secreta	144
Subseção III	– Da Proclamação do Resultado da Votação.....	144
Subseção IV	– Do Processamento da Votação..	145
Subseção V	– Do Encaminhamento da Votação.	147
Subseção VI	– Da Preferência.....	148
Subseção VII	– Do Destaque.....	148
Subseção VIII	– Do Adiamento da Votação.....	150
Subseção IX	– Da Declaração do Voto	151
XIV	– DA REDAÇÃO DO VENCIDO E DA REDAÇÃO FINAL	151
XV	– DA CORREÇÃO DE ERRO	152
XVI	– DOS AUTÓGRAFOS	153
XVII	– DAS PROPOSIÇÕES DE LEGISLATURAS ANTERIORES	154
XVIII	– DA PREJUDICIALIDADE	155
XIX	– DO SOBRESTAMENTO DO ESTUDO DAS PROPOSIÇÕES	155
XX	– DA URGÊNCIA	156
Seção I	– Disposições Gerais	156

Seção II – Do Requerimento de Urgência	157
Seção III – Da Apreciação de Matéria Urgente	158
Seção IV – Da Extinção da Urgência	160
Seção V – Da Urgência que Independe de Reque- rimento.....	160

TÍTULO IX
DAS PROPOSIÇÕES SUJEITAS A
DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULOS:

I – DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	165
II – DOS PROJETOS DE CÓDIGO.	167
III – DOS PROJETOS COM TRAMITAÇÃO URGENTE ESTABELECIDADA PELA CONSTITUIÇÃO	169
IV – DOS PROJETOS REFERENTES A ATOS INTERNA- CIONAIS	170

TÍTULO X
DAS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS

CAPÍTULOS:

I – DO FUNCIONAMENTO COMO ÓRGÃO JUDICIÁRIO	175
II – DA ESCOLHA DE AUTORIDADES	176
III – DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE LEI INCONS- TITUCIONAL	178
IV – DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NOS ARTS. 52 E 155 DA CONSTITUIÇÃO	179
Seção I – Da Autorização para Operações Externas de Natureza Financeira	179
Seção II – Das Atribuições Estabelecidas no art. 52, VI, VII, VIII e IX, da Constituição	180
Seção III – Das Atribuições Relativas à Competência Tributária dos Estados e do Distrito Federal..	180
Seção IV – Disposições Gerais	181

TÍTULO XI	
DA CONVOCAÇÃO E DO COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO	185
TÍTULO XII	
DA ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGIMENTO INTERNO.....	189
TÍTULO XIII	
DA QUESTÃO DE ORDEM	193
TÍTULO XIV	
DOS DOCUMENTOS RECEBIDOS.....	197
TÍTULO XV	
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO LEGISLA- TIVO (*)	201
QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES.....	203
PARTE II – ÍNDICE REMISSIVO DO REGIMENTO INTERNO	
ABREVIATURAS USADAS	223
ÍNDICE	225

(*) Resolução nº 6/92

ATO DA MESA Nº 1, DE 2003

A MESA DO SENADO FEDERAL, em cumprimento ao disposto no art. 402 regimental, **faz publicar o texto do Regimento Interno do Senado Federal, devidamente consolidado em relação ao texto editado em janeiro de 1999, ao final da 50ª (quinquagésima) legislatura, com:**

- as alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 17 e 64, ambas de 2002;
- as modificações decorrentes das Emendas Constitucionais nºs 23, de 1999; 32 e 35, ambas de 2001; e da Lei Complementar nº 105, de 2001;
- as adequações à Lei Complementar nº 107, de 2001, que modificou a Lei Complementar nº 95, de 1998; e
- correções de redação, sem alteração de mérito.

Sala de Reuniões da Mesa, 10 de janeiro de 2003.

Ramez Tebet, Presidente

Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente

Antonio Carlos Valadares, Segundo Vice-Presidente

Carlos Wilson, Primeiro-Secretário

Antero Paes de Barros, Segundo-Secretário

Ronaldo Cunha Lima, Terceiro-Secretário

Mozarildo Cavalcanti, Quarto-Secretário

PARTE I
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

TÍTULO I
DO FUNCIONAMENTO

CAPÍTULOS:

- I – DA SEDE
- II – DAS SESSÕES LEGISLATIVAS
- III – DAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS

TÍTULO I DO FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I DA SEDE

Art. 1º O Senado Federal tem sede no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília. (*)

Parágrafo único. Em caso de guerra, de comoção intestina, de calamidade pública ou de ocorrência que impossibilite o seu funcionamento na sede, o Senado poderá reunir-se, eventualmente, em qualquer outro local, por determinação da Mesa, a requerimento da maioria dos Senadores.

CAPÍTULO II DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Art. 2º O Senado Federal reunir-se-á:

I – anualmente, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, durante as sessões legislativas ordinárias, observado o disposto no art. 57, § 1º, da Constituição (Const., art. 57, *caput*);

II – quando convocado extraordinariamente o Congresso Nacional (Const., art. 57, §§ 6º e 7º).

Parágrafo único. Nos sessenta dias anteriores às eleições gerais, o Senado Federal funcionará de acordo com o disposto no Regimento Comum.

CAPÍTULO III DAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS

Art. 3º A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de reuniões preparatórias, que obedecerão às seguintes normas:

(*) Ver Ato Con jun to nº 1, de 2001

I – iniciar-se-ão com o *quorum* mínimo de um sexto da composição do Senado, em horário fixado pela Presidência, observando-se, nas deliberações, o disposto no art. 288;

II – a direção dos trabalhos caberá à Mesa anterior, dela excluídos, no início de legislatura, aqueles cujos mandatos com ela houverem terminado, ainda que reeleitos;

III – na falta dos membros da Mesa anterior, assumirá a Presidência o mais idoso dentre os presentes, o qual convidará, para os quatro lugares de Secretários, Senadores pertencentes às representações partidárias mais numerosas;

IV – a primeira reunião preparatória realizar-se-á:

a) no início de legislatura, no dia 1º de fevereiro;

b) na terceira sessão legislativa ordinária, no mês de fevereiro, em data fixada pela Presidência;

V – no início de legislatura, os Senadores eleitos prestarão o compromisso regimental na primeira reunião preparatória; em reunião seguinte, será realizada a eleição do Presidente e, na terceira, a dos demais membros da Mesa;

VI – na terceira sessão legislativa ordinária, far-se-á a eleição do Presidente da Mesa na primeira reunião preparatória e a dos demais membros, na reunião seguinte;

VII – nas reuniões preparatórias, não será lícito o uso da palavra, salvo para declaração pertinente à matéria que nelas deva ser tratada.

TÍTULO II

DOS SENADORES

CAPÍTULOS:

- I – DA POSSE**
- II – DO EXERCÍCIO**
- III – DOS ASSENTAMENTOS**
- IV – DA REMUNERAÇÃO**
- V – DO USO DA PALAVRA**
- VI – DAS MEDIDAS DISCIPLINARES**
- VII – DAS HOMENAGENS DEVIDAS EM CASO DE FALCIMENTO**
- VIII – DAS VAGAS**
- IX – DA SUSPENSÃO DAS IMUNIDADES**
- X – DA AUSÊNCIA E DA LICENÇA**
- XI – DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE**

TÍTULO II DOS SENADORES

CAPÍTULO I DA POSSE

Art. 4º A posse, ato público por meio do qual o Senador se investe no mandato, realizar-se-á perante o Senado, durante reunião preparatória, sessão deliberativa ou não deliberativa, precedida da apresentação à Mesa do diploma expedido pela Justiça Eleitoral, o qual será publicado no *Diário do Senado Federal*.^{(*) (**) (***)}

§ 1º A apresentação do diploma poderá ser feita pelo diplomado, pessoalmente, por ofício ao Primeiro-Secretário, por intermédio do seu Partido ou de qualquer Senador.

§ 2º Presente o diplomado, o Presidente designará três Senadores para recebê-lo, introduzi-lo no plenário e conduzi-lo até a Mesa onde, estando todos de pé, prestará o seguinte compromisso: “Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”.

§ 3º Quando forem diversos os Senadores a prestar o compromisso que se refere o § 2º, somente um o pronunciará e os demais, ao serem chamados, dirão: “Assim prometo”.

§ 4º Durante o recesso, a posse realizar-se-á perante o Presidente, em solenidade pública em seu gabinete, observada a exigência da apresentação do diploma e da prestação do compromisso, devendo o fato ser noticiado no *Diário do Senado Federal*.^(***)

§ 5º O Senador deverá tomar posse dentro de noventa dias, contados da instalação da sessão legislativa, ou, se eleito durante esta, contados da diplomação, podendo o prazo ser prorrogado, por motivo justificado, a requerimento do interessado, por mais trinta dias.

(*) Resolução nº 37/95

(**) Ato do Congresso Nacional de 2-10-95: alterou a denominação do *Diário do Congresso Nacional* – Seção II para *Diário do Senado Federal*

(***) Ver Resolução nº 20, de 1993, e Lei nº 8.730, de 1993

§ 6º Findo o prazo de noventa dias, se o Senador não tomar posse nem requerer sua prorrogação, considerar-se-á como tendo renunciado ao mandato, convocando-se o primeiro Suplente. (NR)

Art. 5º O primeiro Suplente, convocado para a substituição de Senador licenciado, terá o prazo de trinta dias improrrogáveis para prestar o compromisso, e, nos casos de vaga ou de afastamento nos termos do art. 39, II, de sessenta dias, que poderá ser prorrogado, por motivo justificado, a requerimento do interessado, por mais trinta dias.

§ 1º Se, dentro dos prazos estabelecidos neste artigo, o Suplente não tomar posse e nem requerer sua prorrogação, considerar-se-á como tendo renunciado ao mandato, convocando-se o segundo Suplente, que terá, em qualquer hipótese, trinta dias para prestar o compromisso.

§ 2º O Suplente, por ocasião da primeira convocação, deverá prestar o compromisso na forma do art. 4º e, nas seguintes, o Presidente comunicará à Casa a sua volta ao exercício do mandato.

Art. 6º Nos casos dos arts. 4º, § 5º, e 5º, § 1º, havendo requerimento e findo o prazo sem ter sido votado, considerar-se-á como concedida a prorrogação.

Art. 7º Por ocasião da posse, o Senador ou Suplente convocado comunicará à Mesa, por escrito, o nome parlamentar com que deverá figurar nas publicações e registros da Casa e a sua filiação partidária.

§ 1º Do nome parlamentar não constarão mais de duas palavras, não computadas nesse número as preposições.

§ 2º A alteração do nome parlamentar ou da filiação partidária deverá ser comunicada, por escrito, à Mesa, vigorando a partir da publicação no *Diário do Senado Federal*.

CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO

Art. 8º O Senador deve apresentar-se no edifício do Senado à hora regimental, para tomar parte nas sessões do Plenário, bem como à hora de reunião da comissão de que seja membro, cabendo-lhe:

I – oferecer proposições, discutir, votar e ser votado;

II – solicitar, de acordo com o disposto no art. 216, informações às autoridades sobre fatos relativos ao serviço público ou úteis à elaboração legislativa;

III – usar da palavra, observadas as disposições deste Regimento.

Art. 9º É facultado ao Senador, uma vez empossado:

I – examinar quaisquer documentos existentes no Arquivo;

II – requisitar da autoridade competente, por intermédio da Mesa ou diretamente, providências para garantia das suas imunidades e informações para sua defesa;

III – freqüentar a Biblioteca e utilizar os seus livros e publicações, podendo requisitá-los para consulta, fora das dependências do Senado, desde que não se trate de obras raras, assim classificadas pela Comissão Diretora;

IV – freqüentar o edifício do Senado e as respectivas dependências, só ou acompanhado de outras pessoas, vedado a estas ingresso ao plenário durante as sessões e aos locais privativos dos Senadores;

V – utilizar-se dos diversos serviços do Senado, desde que para fins relacionados com as suas funções;

VI – receber em sua residência o *Diário do Senado Federal*, o do *Congresso Nacional*, e o *Diário Oficial da União*.

Parágrafo único. O Senador substituído pelo Suplente continuará com os direitos previstos neste artigo.

CAPÍTULO III DOS ASSENTAMENTOS

Art. 10. O Senador ou Suplente, por ocasião da posse, inscreverá, em livro específico, de próprio punho, seu nome, o nome parlamentar, a respectiva rubrica, filiação partidária, idade, estado civil e outras declarações que julgue conveniente fazer.

Art. 11. Com base nos dados referidos no art. 10, o Primeiro-Secretário expedirá as respectivas carteiras de identidade.

CAPÍTULO IV DA REMUNERAÇÃO^(*)

Art. 12. A remuneração do Senador é devida:

I – a partir do início da legislatura, ao diplomado antes da instalação da primeira sessão legislativa ordinária;

II – a partir da expedição do diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III – a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Parágrafo único. Na hipótese do art. 39, II, o Senador poderá optar pela remuneração do mandato (Const., art. 56, § 3º).

Art. 13. Será considerado ausente o Senador cujo nome não conste da lista de comparecimento, salvo se em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.^(**)

§ 1º O pai no plenário será acionado nas sessões deliberativas.^(**)

§ 2º Considerar-se-á ainda ausente o Senador que, embora conste da lista de presença das sessões deliberativas, deixar de comparecer às votações, salvo se em obstrução declarada por líder partidário ou de bloco parlamentar. (NR)^(**)

CAPÍTULO V DO USO DA PALAVRA

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

I – nos sessenta minutos que antecedem a Ordem do Dia, por vinte minutos;

II – se líder:

a) por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, excepcionalmente, para comunicação urgente de interesse partidário;

(*) Ver Decretos Legislativos nº 7, de 1995, 7, de 1999, e 444, de 2002

(**) Resolução nº 37/95

b) por vinte minutos, após a Ordem do Dia, com preferência sobre os oradores inscritos;

III – na discussão de qualquer proposição (art. 273), uma só vez, por dez minutos;

IV – na discussão da redação final (art. 321), uma só vez, por cinco minutos, o relator e um Senador de cada partido;

V – no encaminhamento de votação (art. 308 e parágrafo único do art. 310), uma só vez, por cinco minutos;

VI – para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão;

VII – para comunicação inadiável, manifestação de aplauso ou semelhante, homenagem de pesar, justificação de proposição, uma só vez, por cinco minutos;

VIII – em qualquer fase da sessão, por cincominutos:

a) pela ordem, para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do Regimento, indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia, vedado, porém, abordar assunto já resolvido pela Presidência;

b) para suscitar questão de ordem, nos termos do art. 403;

c) para contraditar questão de ordem, limitada a palavra a um só Senador;

IX – após a Ordem do Dia, pelo prazo de cinquenta minutos, para as considerações que entender (art. 176);

X – para apartear, por dois minutos, obedecidas as seguintes normas:

a) o aparte dependerá de permissão do orador, subordinando-se, em tudo que lhe for aplicável, às disposições referentes aos debates;

b) não serão permitidos apartes:

1 – ao Presidente;

2 – a parecer oral;

3 – a encaminhamento de votação, salvo nos casos de requerimento de homenagem de pesar ou de voto de aplauso ou semelhante;

4 – a explicação pessoal;

5 – a questão de ordem;

6 – a contradita a questão de ordem;

c) a recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação a um só Senador;

d) o aparte proferido sem permissão do orador não será publicado;

e) ao apartear, o Senador conservar-se-á sentado e falará ao microfone;

XI – para interpelar Ministro de Estado, por cinco minutos, e para a réplica, por dois minutos (art. 398, X).

§ 1º É vedado ao orador tratar de assunto estranho à finalidade do dispositivo em que se basear a concessão da palavra.

§ 2º (Revogado) (NR)^(*)

Art. 15. Os prazos previstos no art. 14 são improrrogáveis, não sendo lícito ao Senador utilizar-se do tempo destinado a outro, em acréscimo ao de que disponha.

Art. 16. A palavra será dada na ordem em que for pedida, salvo inscrição.

Art. 17. Haverá, sobre a mesa, no plenário, livro especial no qual se inscreverão os Senadores que quiserem usar da palavra, nas diversas fases da sessão, devendo ser rigorosamente observada a ordem de inscrição.

§ 1º O Senador só poderá usar da palavra mais de duas vezes por semana se não houver outro orador inscrito que pretenda ocupar a tribuna.

§ 2º A inscrição será para cada sessão, podendo ser aceita com antecedência não superior a duas sessões deliberativas ordinárias ou não deliberativas. (NR)^(**)

Art. 18. O Senador, no uso da palavra, poderá ser interrompido:

I – pelo Presidente:

(*) Resolução nº 32/91

(**) Resolução nº 37/95

a) para leitura e votação de requerimento de urgência, no caso do art. 336, I, e deliberação sobre a matéria correspondente;

b) para votação não realizada no momento oportuno, por falta de número (arts. 304 e 305);

c) para comunicação importante;

d) para recepção de visitante (art. 199);

e) para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

f) para suspender a sessão, em caso de tumulto no recinto ou ocorrência grave no edifício do Senado;

g) para adverti-lo quanto à observância do Regimento;

h) para prestar esclarecimentos que interessem à boa ordem dos trabalhos;

II – por outro Senador:

a) com o seu consentimento, para apartear-lo;

b) independentemente de seu consentimento, para formular à Presidência reclamação quanto à observância do Regimento.

Parágrafo único. O tempo de interrupção previsto neste artigo será descontado em favor do orador, salvo quanto ao disposto no inciso II, a.

Art. 19. Ao Senador é vedado:

I – usar de expressões descorteses ou insultuosas;

II – falar sobre resultado de deliberação definitiva do Plenário, salvo em explicação pessoal.

Art. 20. Não será lícito ler da tribuna ou incluir em discurso, aparte, declaração de voto ou em qualquer outra manifestação pública, documento de natureza sigilosa.

Art. 21. O Senador, ao fazer uso da palavra, manter-se-á de pé, salvo licença para se conservar sentado, por motivo de saúde, e dirigir-se-á ao Presidente ou a este e aos Senadores, não lhe sendo lícito permanecer de costas para a Mesa.

CAPÍTULO VI DAS MEDIDAS DISCIPLINARES^(*)

Art. 22. Em caso de infração do art. 19, I, proceder-se-á da seguinte maneira:

I – o Presidente advertirá o Senador, usando da expressão “Atenção!”;

II – se essa observação não for suficiente, o Presidente dirá “Senador F..., atenção!”;

III – não bastando o aviso nominal, o Presidente retirar-lhe-á a palavra;

IV – insistindo o Senador em desatender às advertências, o Presidente determinará sua saída do recinto, o que deverá ser feito imediatamente;

V – em caso de recusa, o Presidente suspenderá a sessão, que não será reaberta até que seja obedecida sua determinação.

Art. 23. Constituirá desacato ao Senado:

I – reincidir na desobediência à medida disciplinar prevista no art. 22, IV;

II – agressão, por atos ou palavras, praticada por Senador contra a Mesa ou contra outro Senador, nas dependências da Casa.

Art. 24. Em caso de desacato ao Senado, proceder-se-á de acordo com as seguintes normas:

I – o Segundo-Secretário, por determinação da Presidência, lavrará relatório pormenorizado do ocorrido;

II – cópias autenticadas do relatório serão encaminhadas aos demais membros da Mesa e aos líderes que, em reunião convocada pelo Presidente, deliberarão:

a) pelo arquivamento do relatório;

b) pela constituição de comissão para, sobre o fato, se manifestar;

III – na hipótese prevista na alínea *b* do inciso II, a comissão, de posse do relatório, reunir-se-á, no prazo de duas horas, a partir de sua constituição, a fim de eleger o Presidente, que designará relator para a matéria;

(*) Ver Resoluções nºs 17, de 1993, que “Dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar”, e 20, de 1993, que “Instí tui o Có dí go de É tí ca e De co ro Par la men tar”.

IV – a comissão poderá ouvir as pessoas envolvidas no caso e as testemunhas que entender;

V – a comissão terá o prazo de dois dias úteis para emitir parecer, que será conclusivo, podendo propor uma das seguintes medidas: (*)

a) censura pública ao Senador;

b) instauração de processo de perda de mandato (Const., art. 55, II);

VI – aprovado pela comissão, o parecer será encaminhado à Mesa para o procedimento cabível no caso. (NR)

Art. 25. Se algum Senador praticar, dentro do edifício do Senado, ato incompatível com o decoro parlamentar ou com a compostura pessoal, a Mesa dele conhecerá e abrirá inquérito, submetendo o caso ao Plenário, que deliberará em sessão secreta, no prazo improrrogável de dez dias úteis. (NR) (*)

CAPÍTULO VII DAS HOMENAGENS DEVIDAS EM CASO DE FALECIMENTO

Art. 26. Falecendo algum Senador em período de funcionamento do Senado, o Presidente comunicará o fato à Casa e proporá seja a sessão do dia dedicada a reverenciar a memória do extinto, deliberando o Plenário com qualquer número.

Art. 27. O Senado far-se-á representar, nas cerimônias fúnebres que se realizarem pelo falecimento de qualquer dos seus membros, por uma comissão constituída, no mínimo, de três Senadores, designados pelo Presidente, de ofício ou mediante deliberação do Plenário, sem embargo de outras homenagens aprovadas.

Parágrafo único. Na hipótese de ser a comissão designada de ofício, o fato será comunicado ao Plenário, pelo Presidente.

(*) Resolução nº 37/95

CAPÍTULO VIII DAS VAGAS

Art. 28. As vagas, no Senado, verificar-se-ão em virtude de:

- I – falecimento;
- II – renúncia;
- III – perda de mandato.

Art. 29. A comunicação de renúncia à senatória ou à suplência deve ser dirigida por escrito à Mesa, com firma reconhecida, e independe da aprovação do Senado, mas somente tornar-se-á efetiva e irrevogável depois de lida na Hora do Expediente e publicada no *Diário do Senado Federal*.^(*)

Parágrafo único. É lícito ao Senador, ou ao Suplente em exercício, fazer em plenário, oralmente, a renúncia ao mandato, a qual tornar-se-á efetiva e irrevogável depois da sua publicação no *Diário do Senado Federal*.

Art. 30. Considerar-se-á como tendo renunciado:

- I – o Senador que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento;
- II – o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 31. A ocorrência de vacância, em qualquer hipótese, será comunicada pelo Presidente ao Plenário.

Parágrafo único. Nos casos do art. 30, até o dia útil que se seguir à publicação da comunicação de vacância, qualquer Senador dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (NR)^(**)

Art. 32. Perde o mandato o Senador (Const., art. 55):^(***)

- I – que infringir qualquer das proibições constantes do art. 54 da Constituição;
- II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(*) Ver Constituição, art. 55, § 4º, e Decreto Legislativo nº 16, de 1994

(**) Resolução nº 37/95

(***) Ver Resolução nº 20, de 1993

III – que deixar de comparecer à terça parte das sessões deliberativas ordinárias do Senado, em cada sessão legislativa anual, salvo licença ou missão autorizada; (*)

IV – que perder ou tiver suspenso os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Senador e a percepção de vantagens indevidas (Const., art. 55, § 1º).

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional (Const., art. 55, § 2º).

§ 3º Nos casos dos incisos III a V, a perda do mandato será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer Senador, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa (Const., art. 55, § 3º).

§ 4º A representação será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que proferirá seu parecer em quinze dias úteis, concluindo: (*)

I – nos casos dos incisos I, II e VI, do *caput*, pela aceitação da representação para exame ou pelo seu arquivamento;

II – no caso do inciso III, do *caput*, pela procedência, ou não, da representação.

§ 5º O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lido e publicado no *Diário do Senado Federal* e em avulsos, será:

I – nos casos dos incisos I, II e VI, do *caput*, incluído na Ordem do Dia após o interstício regimental;

II – no caso do inciso III, do *caput*, encaminhado à Mesa para decisão. (NR)

Art. 33. Admitida a representação pelo voto do Plenário, o Presidente designará comissão composta de nove membros para instrução da matéria.

(*) Resolução nº 37/95

§ 1^a Recebida e processada, será fornecida cópia da representação ao acusado, que terá o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para apresentar, à comissão, sua defesa escrita.^(*)

§ 2^a Apresentada ou não a defesa, a comissão, após proceder às diligências que entender necessárias, emitirá parecer, concluindo por projeto de resolução, no sentido da perda do mandato ou do arquivamento definitivo do processo.

§ 3^a Para falar sobre o parecer, será concedida vista do processo ao acusado pelo prazo de dez dias úteis. (NR)^(*)

Art. 34. O acusado poderá assistir, pessoalmente ou por procurador, a todos os atos e diligências, e requerer o que julgar conveniente aos interesses da defesa.

Art. 35. O projeto de resolução, depois de lido na Hora do Expediente, publicado no *Diário do Senado Federal* e distribuído em avulsos, será incluído em Ordem do Dia, sendo submetido à votação pelo processo secreto.

CAPÍTULO IX DA SUSPENSÃO DAS IMUNIDADES

Art. 36. As imunidades dos Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante voto de dois terços dos membros da Casa, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida (Const., art. 53, § 8^o).

Art. 37. Serão observadas, na decretação da suspensão das imunidades, as disposições do capítulo VIII no que forem aplicáveis.

CAPÍTULO X DA AUSÊNCIA E DA LICENÇA

Art. 38. Considerar-se-á como ausente, para efeito do disposto no art. 55, III, da Constituição, o Senador cujo nome não conste das listas de comparecimento das sessões deliberativas ordinárias.^(*)

(*) Resoluçãoⁿ 37/95

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, aplica-se o disposto no art. 13, não sendo, ainda, considerada a ausência do Senador nos sessenta dias anteriores às eleições gerais. (NR)^(*)

Art. 39. O Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que:

I – ausentar-sedo País;

II – assumir cargo de Ministro de Estado, de Governador de Território, de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou de chefe de missão diplomática temporária (Const., art. 56, I).

Parágrafo único. Ao comunicar o seu afastamento, no caso do inciso I, o Senador deverá mencionar o respectivo prazo.

Art. 40. A ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado.^(*)

§ 1º A autorização poderá ser:

I – solicitada pelo interessado;

II – proposta:

a) pela Presidência, quando de sua autoria a indicação;

b) pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no caso de missão a realizar-se no estrangeiro;

c) pela comissão que tiver maior pertinência, no caso de missão a realizar-se no País;

d) pelo líder do bloco parlamentar ou do partido a que pertença o interessado.

§ 2º Na solicitação ou na proposta deverá ser mencionado o prazo de afastamento do Senador.

§ 3º A solicitação ou proposta será lida na Hora do Expediente e votada em seguida à Ordem do Dia da mesma sessão.

§ 4º No caso do § 1º, I e II, *d*, será ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a que tiver maior pertinência, sendo o parecer oferecido, imediatamente, por escrito ou oralmente, podendo o Relator solicitar prazo não excedente a duas horas.

(*) Resolução nº 37/95

§ 5º Os casos de licença serão decididos pela Mesa com recurso para o Plenário.(NR)^(*)

Art. 41. Nos casos do art. 40, se não for possível, por falta de número, realizar-se a votação em duas sessões deliberativas ordinárias consecutivas, ou se o Senado estiver em recesso, o pedido será despachado pelo Presidente, retroagindo os efeitos da licença à data do requerimento. (NR)^(*)

Art. 42. O Senador afastado do exercício do mandato não poderá ser incumbido de representação da Casa, de comissão, ou de grupo parlamentar.

Art. 43. Para os efeitos do disposto no art. 55, III, da Constituição, o Senador poderá:

I – quando, por motivo de doença, se encontrar impossibilitado de comparecer às sessões do Senado, requerer licença, instruída com laudo de inspeção de saúde (Const., art. 56, II);^(**)

II – solicitar licença para tratar de interesses particulares, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa (Const., art. 56, II).

§ 1º (Revogado)^(*)

§ 2º (Revogado)^(*)

§ 3º É permitido ao Senador desistir a qualquer tempo de licença que lhe tenha sido concedida, salvo se, em virtude dela, haja sido convocado Suplente, quando a desistência somente poderá ocorrer uma vez decorrido prazo superior a cento e vinte dias. (NR)

Art. 44. Considerar-se-á como licença concedida, para os efeitos do art. 55, III, da Constituição, o não-comparecimento às sessões do Senador temporariamente privado da liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

Art. 44-A. Considerar-se-á como licença autorizada, para os fins do disposto no art. 55, III, da Constituição, e no art. 38, parágrafo único, deste Regimento, a ausência às sessões de Senador candidato à Presidência ou Vice-Presidência da República, no período compreendido entre o registro da candidatura no Tribunal Superior Eleitoral e a apuração do respectivo pleito.^(***)

(*) Resolução nº 37/95

(**) Resolução nº 60/91

(***) Resolução nº 51/89

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos candidatos que concorrerem ao segundoturno. (*)

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo o Senador deverá encaminhar à Mesa certidão comprobatória do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral. (*)

CAPÍTULO XI DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

Art. 45. Dar-se-á a convocação de Suplente nos casos de vaga, de afastamento do exercício do mandato para investidura nos cargos referidos no art. 39, II, ou de licença por prazo superior a cento e vinte dias (Const., art. 56, § 1º).

(*) Resolução nº 51/89

TÍTULO III

DA MESA

CAPÍTULOS:

- I - DA COMPOSIÇÃO**
- II - DAS ATRIBUIÇÕES**
- III - DA ELEIÇÃO**

TÍTULO III DA MESA^(*)

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 46. A Mesa se compõe de Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Secretários.

§ 1º Os Secretários substituir-se-ão conforme a numeração ordinal e, nesta ordem, substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

§ 2º Os Secretários serão substituídos, em seus impedimentos, por Suplentes em número de quatro.

§ 3º O Presidente convidará quaisquer Senadores para substituírem, em sessão, os Secretários, na ausência destes e dos Suplentes.

§ 4º Não se achando presentes o Presidente e seus substitutos legais, inclusive os Suplentes, assumirá a Presidência o Senador mais idoso.

Art. 47. A assunção a cargo de Ministro de Estado, de Governador de Território e de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital, ou de chefe de missão diplomática temporária, implica renúncia ao cargo que o Senador exerça na Mesa.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 48. Ao Presidente compete: ^(**)

I – exercer as atribuições previstas nos arts. 57, § 6º, I e II, 66, § 7º, e 80 da Constituição;

II – velar pelo respeito às prerrogativas do Senado e às imunidades dos Senadores; ^(***)

III – convocar e presidir as sessões do Senado e as sessões conjuntas do Congresso Nacional;

(*) Ver Resoluções nº 84, de 1996, e 2, de 2001, e Leis nº 9.868 e 9.882, de 1999

(**) Ver Leis nº 8.041, de 1990, e 8.183, de 1991, e Decreto nº 52.795, de 1963

(***) Ver Resolução nº 40, de 1995

IV – propor a transformação de sessão pública em secreta;

V – propor a prorrogação da sessão;

VI – designar a Ordem do Dia das sessões deliberativas e retirar matéria da pauta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão no avulso e para sanar falhas da instrução; (*)

VII – fazer ao Plenário, em qualquer momento, comunicação de interesse do Senado e do País;

VIII – fazer observar na sessão a Constituição, as leis e este Regimento;

IX – assinar as atas das sessões secretas, uma vez aprovadas;

X – determinar o destino do expediente lido e distribuir as matérias às comissões;

XI – impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou a este Regimento, ressalvado ao autor recurso para o Plenário, que decidirá após audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

XII – declarar prejudicada proposição que assim deva ser considerada, na conformidade regimental;

XIII – decidir as questões de ordem;

XIV – orientar as discussões e fixar os pontos sobre que devam versar, podendo, quando conveniente, dividir as proposições para fins de votação;

XV – dar posse aos Senadores;

XVI – convocar Suplente de Senador;

XVII – comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral a ocorrência de vaga de Senador, quando não haja Suplente a convocar e faltarem mais de quinze meses para o término do mandato;

XVIII – propor ao Plenário a indicação de Senador para desempenhar missão temporária no País ou no exterior;

XIX – propor ao Plenário a constituição de comissão para a representação externa do Senado;

(*) Resolução nº 37/95

XX – designar oradores para as sessões especiais do Senado e sessões solenes do Congresso Nacional;

XXI – designar substitutos de membros das comissões e nomear relator em plenário;

XXII – convidar, se necessário, o relator ou o Presidente da comissão a explicar as conclusões de seu parecer;

XXIII – desempatar as votações, quando ostensivas;

XXIV – proclamar o resultado das votações;

XXV – despachar, de acordo com o disposto no art. 41, requerimento de licença de Senador;^(*)

XXVI – despachar os requerimentos constantes do parágrafo único do art. 214 e do inciso II do art. 215;

XXVII – assinar os autógrafos dos projetos e emendas a serem remetidos à Câmara dos Deputados, e dos projetos destinados à sanção;

XXVIII – promulgar as resoluções do Senado e os decretos legislativos;

XXIX – assinar a correspondência dirigida pelo Senado às seguintes autoridades:

a) Presidente da República;

b) Vice-Presidente da República;

c) Presidente da Câmara dos Deputados;

d) Presidentes do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores do País e do Tribunal de Contas da União;

e) Chefes de Governos estrangeiros e seus representantes no Brasil;

f) Presidentes das Casas de Parlamento estrangeiro;

g) Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios Federais;

h) Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados;

i) Autoridades judiciárias, em resposta a pedidos de informações sobre assuntos pertinentes ao Senado, no curso de feitos judiciais;

(*) Resolução nº 37/95

XXX – autorizar a divulgação das sessões, nos termos do disposto no art. 186;

XXXI – promover a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos do Senado, impedindo a de expressões vedadas por este Regimento, inclusive quando constantes de documento lido pelo orador;

XXXII – avocar a representação do Senado quando se trate de atos públicos de especial relevância, e não seja possível designar comissão ou Senador para esse fim;

XXXIII – resolver, ouvido o Plenário, qualquer caso não previsto neste Regimento;

XXXIV – presidir as reuniões da Mesa e da Comissão Diretora, podendo discutir e votar;

XXXV – exercer a competência fixada no Regulamento Administrativo do Senado Federal. (NR)

Art. 49. Na distribuição das matérias subordinadas, na forma do art. 91, à apreciação terminativa das comissões, o Presidente do Senado, quando a proposição tiver seu mérito vinculado a mais de uma comissão, poderá:

I – definir qual a comissão de maior pertinência que deva sobre ela decidir;

II – determinar que o seu estudo seja feito em reunião conjunta das comissões, observado, no que couber, o disposto no art. 113.

Art. 50. O Presidente somente se dirigirá ao Plenário da cadeira presidencial, não lhe sendo lícito dialogar com os Senadores nem os apartear, podendo, entretanto, interrompê-los nos casos previstos no art. 18, I.

Parágrafo único. O Presidente deixará a cadeira presidencial sempre que, como Senador, quiser participar ativamente dos trabalhos da sessão.

Art. 51. O Presidente terá apenas voto de desempate nas votações ostensivas, contando-se, porém, a sua presença para efeito de *quorum* e podendo, em escrutínio secreto, votar como qualquer Senador.

Art. 52. Ao Primeiro Vice-Presidente compete:

I – substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;

II – exercer as atribuições estabelecidas no art. 66, § 7º, da Constituição, quando não as tenha exercido o Presidente.

Art. 53. Ao Segundo Vice-Presidente compete substituir o Primeiro Vice-Presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Art. 54. Ao Primeiro-Secretário compete:

I – ler em plenário, na íntegra ou em resumo, a correspondência oficial recebida pelo Senado, os pareceres das comissões, as proposições apresentadas quando os seus autores não as tiverem lido, e quaisquer outros documentos que devam constar do expediente da sessão;

II – despachar a matéria do expediente que lhe for distribuída pelo Presidente;

III – assinar a correspondência do Senado Federal, salvo nas hipóteses do art. 48, inciso XXIX, e fornecer certidões;

IV – receber a correspondência dirigida ao Senado e tomar as providências dela decorrentes;

V – assinar, depois do Presidente, as atas das sessões secretas;

VI – rubricar a listagem especial com o resultado da votação feita através do sistema eletrônico, e determinar sua anexação ao processo da matéria respectiva;

VII – promover a guarda das proposições em curso;

VIII – determinar a entrega aos Senadores dos avulsos impressos relativos à matéria da Ordem do Dia;

IX – encaminhar os papéis distribuídos às comissões;

X – expedir as carteiras de identidade dos Senadores (art. 11).

Art. 55. Ao Segundo-Secretário compete lavrar as atas das sessões secretas, proceder-lhes a leitura e assiná-las depois do Primeiro-Secretário.

Art. 56. Ao Terceiro e Quarto-Secretários compete:

I – fazer a chamada dos Senadores, nos casos determinados neste Regimento;

II – contar os votos, em verificação de votação;

III – auxiliar o Presidente na apuração das eleições, anotando os nomes dos votados e organizando as listas respectivas.

Art. 57. Os Secretários, ao lerem qualquer documento, conservar-se-ão de pé e permanecerão sentados ao procederem à chamada dos Senadores.

Art. 58. Os Secretários não poderão usar da palavra, ao integrarem a Mesa, senão para a chamada dos Senadores ou para a leitura de documentos, ordenada pelo Presidente.

CAPÍTULO III DA ELEIÇÃO

Art. 59. Os membros da Mesa serão eleitos para mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período imediatamente subsequente (Const., art. 57, § 4º).^(*)

§ 1º No caso de vaga definitiva, o preenchimento far-se-á, dentro de cinco dias úteis, pela forma estabelecida no art. 60, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Mesa.^(**)

§ 2º Enquanto não eleito o novo Presidente, os trabalhos do Senado serão dirigidos pela Mesa do período anterior. (NR)

Art. 60. A eleição dos membros da Mesa será feita em escrutínio secreto, exigida maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado e assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado.

§ 1º A eleição far-se-á em quatro escrutínios, na seguinte ordem:

I – para o Presidente;

II – para os Vice-Presidentes;

III – para os Secretários;

IV – para os Suplentes de Secretários.

§ 2º A eleição, para os cargos constantes dos incisos II a IV do § 1º, far-se-á com cédulas uninominais, contendo a indicação do cargo a preencher, e colocadas, as referentes a cada escrutínio, na mesma sobrecarta.

(*) Ver Parecer nº 555, de 1998

(**) Resolução nº 37/95

§ 3º Na apuração, o Presidente fará, preliminarmente, a separação das cédulas referentes ao mesmo cargo, lendo-as, em seguida, uma a uma, e passando-as ao Segundo-Secretário, que anotará o resultado.

§ 4º Por proposta de um terço dos Senadores ou de líder que represente este número, a eleição para o preenchimento dos cargos constantes do § 1º, II e III, poderá ser feita em um único escrutínio, obedecido o disposto nos §§ 2º e 3º.

TÍTULO IV
DOS BLOCOS PARLAMENTARES, DA MAIORIA,
DA MINORIA E DAS LIDERANÇAS

TÍTULO IV

DOS BLOCOS PARLAMENTARES, DA MAIORIA, DA MINORIA E DAS LIDERANÇAS

Art. 61. As representações partidárias poderão constituir bloco parlamentar.^(*)

Parágrafo único. Somente será admitida a formação de bloco parlamentar que represente, no mínimo, um décimo da composição do Senado.

Art. 62. O bloco parlamentar terá líder, a ser indicado dentre os líderes das representações partidárias que o compõem.^(*)

§ 1º Os demais líderes assumirão, preferencialmente, as funções de vice-líderes do bloco parlamentar, na ordem indicada pelo titular da liderança.

§ 2º As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais. (NR)^(**)

Art. 63. (Revogado)^(***)

Art. 64. Aplica-se ao líder de bloco parlamentar o disposto no art. 66.

Art. 65. A maioria, a minoria e as representações partidárias terão líderes e vice-líderes.^{(***)(****)}

§ 1º A maioria é integrada por bloco parlamentar ou representação partidária que represente a maioria absoluta da Casa.

§ 2º Formada a maioria, a minoria será aquela integrada pelo maior bloco parlamentar ou representação partidária que se lhe opuser.

§ 3º A constituição da maioria e da minoria será comunicada à Mesa pelos líderes dos blocos parlamentares ou das representações partidárias que as compõem.

§ 4º O líder da maioria e o da minoria serão os líderes dos blocos parlamentares ou das representações partidárias que as compõem, e as funções

(*) Ver Parecer nº 480, de 1990

(**) Resolução nº 12/92

(***) Resolução nº 32/91

(****) Ver Leis nºs 4.319, de 1964, e 8.041, de 1990

de vice-liderança serão exercidas pelos demais líderes das representações partidárias que integrem os respectivos blocos parlamentares.

§ 4^a-A As vantagens administrativas adicionais estabelecidas para os gabinetes das lideranças somente serão admitidas às representações partidárias que tiverem, no mínimo, um vinte e sete avos da composição do Senado Federal. (*)

§ 5^o Na hipótese de nenhum bloco parlamentar alcançar maioria absoluta, assume as funções constitucionais e regimentais da maioria o líder do bloco parlamentar ou representação partidária que tiver o maior número de integrantes, e da minoria, o líder do bloco parlamentar ou representação partidária que se lhe seguir em número de integrantes e que se lhe opuser.

§ 6^o A indicação dos líderes partidários será feita no início da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, e comunicada à Mesa em documento subscrito pela maioria dos membros da respectiva bancada, podendo a mesma maioria substituí-los em qualquer oportunidade.

§ 7^o Os vice-líderes das representações partidárias serão indicados pelos respectivos líderes, na proporção de um vice-líder para cada grupo de três integrantes de bloco parlamentar ou representação partidária, assegurado pelo menos um vice-líder e não computada a fração inferior a três. (NR)(**)

Art. 66. É da competência dos líderes das representações partidárias, além de outras atribuições regimentais, indicar os representantes das respectivas agremiações nas comissões.

Parágrafo único. Ausente ou impedido o líder, as suas atribuições serão exercidas pelo vice-líder.

Art. 66-A. O Presidente da República poderá indicar Senador para exercer a função de líder do governo. (***)

Parágrafo único. O líder do governo poderá indicar vice-líderes dentre os integrantes das representações partidárias que apoiem o governo. (***)

(*) Resoluções nºs 32/90 e 21/93

(**) Resolução nº 17/90

(***) Resolução nº 9/90

TÍTULO V
DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA

TÍTULO V DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA

Art. 67. O Senado, atendendo a convite, poderá se fazer representar em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional, mediante deliberação do Plenário por proposta do Presidente ou a requerimento de qualquer Senador ou comissão.

Art. 68. A representação externa far-se-á por comissão ou por um Senador.

Art. 69. É lícito ao Presidente avocar a representação do Senado quando se trate de ato de excepcional relevo.

Art. 70. Na impossibilidade de o Plenário deliberar sobre a matéria, será facultado ao Presidente autorizar representação externa para:

I – chegada ou partida de personalidade de destaque na vida pública nacional ou internacional;

II – solenidade de relevante expressão nacional ou internacional;

III – funeral ou cerimônia fúnebre em que, regimentalmente, caiba essa representação.

Parágrafo único. O Presidente dará conhecimento ao Senado da providência adotada na primeira sessão que se realizar.

TÍTULO VI

DAS COMISSÕES

CAPÍTULOS:

- I – DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS
- II – DA COMPOSIÇÃO
- III – DA ORGANIZAÇÃO
- IV – DA SUPLÊNCIA, DAS VAGAS E DAS SUBSTITUIÇÕES
- V – DA DIREÇÃO
- VI – DA COMPETÊNCIA
 - Seção I – Disposições Gerais**
 - Seção II – Das Atribuições Específicas**
- VII – DAS REUNIÕES
- VIII – DOS PRAZOS
- IX – DAS EMENDAS APRESENTADAS PERANTE AS COMISSÕES
- X – DOS RELATORES
- XI – DOS RELATÓRIOS E PARECERES
 - Seção I – Dos Relatórios**
 - Seção II – Dos Pareceres**
- XII – DAS DILIGÊNCIAS
- XIII – DA APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS ENVIADOS ÀS COMISSÕES
- XIV – DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

TÍTULO VI DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

Art. 71. O Senado terá comissões permanentes e temporárias (Const., art. 58).

Art. 72. As comissões permanentes, além da Comissão Diretora, são as seguintes:

I – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE;

II – Comissão de Assuntos Sociais – CAS;

III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ;

IV – Comissão de Educação – CE;

IV-A – Comissão de Fiscalização e Controle – CFC;^(*)

IV-B – Comissão de Legislação Participativa – CLP;^(**)

V – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE;

VI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI. (NR)

Art. 73. Ressalvada a Comissão Diretora, cabe às comissões permanentes, no âmbito das respectivas competências, criar subcomissões permanentes ou temporárias, até o máximo de quatro, mediante proposta de qualquer de seus integrantes.

§ 1º Ao funcionamento das subcomissões aplicar-se-ão, no que couber, as disposições deste Regimento relativas ao funcionamento das comissões permanentes.

§ 2º Os relatórios aprovados nas subcomissões serão submetidos à apreciação do Plenário da respectiva comissão, sendo a decisão final, para todos os efeitos, proferida em nome desta.

Art. 74. As comissões temporárias serão:

(*) Resoluçãoⁿ 46/93

(**) Resoluçãoⁿ 64/02

- I – internas – as previstas no Regimento para finalidade específica;
- II – externas – destinadas a representar o Senado em congressos, solenidades e outros atos públicos;
- III – parlamentares de inquérito – criadas nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição.

Art. 75. As comissões externas serão criadas por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão, ou por proposta do Presidente.

Parágrafo único. O requerimento ou a proposta deverá indicar o objetivo da comissão e o número dos respectivos membros.

Art. 76. As comissões temporárias se extinguem:

- I – pela conclusão da sua tarefa, ou
- II – ao término do respectivo prazo, e
- III – ao término da sessão legislativa ordinária.

§ 1º É lícito à comissão que não tenha concluído a sua tarefa requerer a prorrogação do respectivo prazo:

I – no caso do inciso II, do *caput*, por tempo determinado não superior a um ano;

II – no caso do inciso III, do *caput*, até o término da sessão legislativa seguinte.

§ 2º Quando se tratar de comissão externa, finda a tarefa, deverá ser comunicado ao Senado o desempenho de sua missão.

§ 3º O prazo das comissões temporárias é contado a partir da publicação dos atos que as criarem, suspendendo-se nos períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 4º Em qualquer hipótese o prazo da comissão parlamentar de inquérito não poderá ultrapassar o período da legislatura em que for criada.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 77. A Comissão Diretora é constituída dos titulares da Mesa, tendo as demais comissões permanentes o seguinte número de membros:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos, 27;
- II – Comissão de Assuntos Sociais, 29;
- III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 23;
- IV – Comissão de Educação, 27;
- IV-A – Comissão de Fiscalização e Controle, 17;(*)
- IV-B – Comissão de Legislação Participativa, 19;(**)
- V – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 19;
- VI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 23.

§ 1^o O membro da Comissão Diretora não poderá fazer parte de outra comissão permanente.

§ 2^o Ressalvada a participação na Comissão de Fiscalização e Controle e na Comissão de Legislação Participativa, cada Senador somente poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente. (NR)(**)

Art. 78. Os membros das comissões serão designados pelo Presidente, por indicação escrita dos respectivos líderes, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado Federal (Const., art. 58, § 1^o).

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 79. No início de cada legislatura, os líderes, uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes.

Art. 80. Fixada a representação prevista no art. 79, os líderes entregarão à Mesa, nos dois dias úteis subseqüentes, as indicações dos titulares das comissões e, em ordem numérica, as dos respectivos suplentes. (***) (****)

(*) Resolução nº 46/93

(**) Resolução nº 64/02

(***) Resolução nº 13/91

(****) Resolução nº 37/95

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o Presidente fará a designação das comissões. (NR)

Art. 81. O lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar, competindo ao líder respectivo pedir, em documento escrito, a substituição, em qualquer circunstância ou oportunidade, de titular ou suplente por ele indicado.

§ 1º A substituição de membro da comissão que se desligar do partido ao qual pertence o lugar na comissão não alterará, até o encerramento da sessão legislativa respectiva, a proporcionalidade anteriormente estabelecida.

§ 2º A substituição de Senador que exerça a presidência de comissão, salvo na hipótese de seu desligamento do partido que ali representar, deverá ser precedida de autorização da maioria da respectiva bancada.

Art. 82. A designação dos membros das comissões temporárias será feita:

I – para as internas, nas oportunidades estabelecidas neste Regimento;

II – para as externas, imediatamente após a aprovação do requerimento que der motivo à sua criação.

CAPÍTULO IV DA SUPLÊNCIA, DAS VAGAS E DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 83. As comissões permanentes, exceto a Diretora e a de Fiscalização e Controle, terão suplentes em número igual ao de titulares. (*)

Parágrafo único. A Comissão de Fiscalização e Controle terá nove suplentes. (NR)(*)

Art. 84. Compete ao Suplente substituir o membro da comissão:

I – eventualmente, nos seus impedimentos, para *quorum* nas reuniões;

II – por determinados períodos, nas hipóteses previstas nos arts. 39, 40 e 43.

(*) Resolução nº 46/93

§ 1º A convocação será feita pelo Presidente da comissão, obedecida a ordem numérica e a representação partidária.

§ 2º Ao Suplente poderá ser distribuída proposição para relatar quando:

I – se tratar de substituição prevista no inciso II do *caput*;

II – se tratar de matéria em regime de urgência;

III – o volume das matérias despachadas à comissão assim o justifique.

§ 3º Nas hipóteses dos incisos II e III do § 2º, se a representação do bloco parlamentar ou do partido a que pertencer o Suplente estiver completa na reunião, o seu voto só será computado em relação à matéria que relatar, deixando de participar da deliberação o Suplente convocado por último ou, na inexistência desse, o último dos titulares do bloco parlamentar ou do partido, conforme a lista oficial da comissão, publicada no *Diário do Senado Federal*.

§ 4º Serão devolvidas ao Presidente da comissão, para serem redistribuídas, as proposições em poder de titular ou suplente que se afastar do exercício do mandato nos casos dos arts. 39, 40 e 43.

Art. 85. Em caso de impedimento temporário de membro da comissão e não havendo suplente a convocar, o Presidente desta solicitará à Presidência da Mesa a designação de substituto, devendo a escolha recair em Senador do mesmo partido ou bloco parlamentar do substituído, salvo se os demais representantes do partido ou bloco não puderem ou não quiserem aceitar a designação.

§ 1º Ausentes o Presidente e o Vice-Presidente da comissão, o Presidente do Senado poderá designar, de ofício, substitutos eventuais a fim de possibilitar o funcionamento do órgão.

§ 2º Cessará o exercício do substituto desde que o substituído compareça à reunião da respectiva comissão.

Art. 86. A renúncia a lugar em comissão far-se-á em comunicação escrita à Mesa.

Art. 87. Impossibilitado de comparecer a qualquer reunião de comissão a que pertença, o Senador deverá comunicar o fato ao Presidente a tempo de ser tomada a providência regimental para a sua substituição.

CAPÍTULO V DA DIREÇÃO

Art. 88. No início da legislatura, nos cinco dias úteis que se seguirem à designação de seus membros, e na terceira sessão legislativa, nos cinco dias úteis que se seguirem à indicação dos líderes, cada comissão reunir-se-á para instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, o seu Presidente e o Vice-Presidente.^(*)

§ 1º Em caso do não-cumprimento do disposto neste artigo, ficarão investidos nos cargos os dois titulares mais idosos, até que se realize a eleição.

§ 2º Ocorrendo empate, a eleição será repetida no dia seguinte; verificando-se novo empate, será considerado eleito o mais idoso.

§ 3º Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, presidirá a comissão o mais idoso dos titulares.

§ 4º Em caso de vaga dos cargos de Presidente ou de Vice-Presidente, far-se-á o preenchimento por meio de eleição realizada nos cinco dias úteis que se seguirem à vacância, salvo se faltarem sessenta dias ou menos para o término dos respectivos mandatos.^(*)

§ 5º Aceitar função prevista no art. 39, II, importa em renúncia ao cargo de Presidente ou de Vice-Presidente de comissão.

§ 6º Ao mandato de Presidente e de Vice-Presidente das comissões permanentes e de suas subcomissões aplica-se o disposto no art. 59. (NR)

Art. 89. Ao Presidente de comissão compete:

- I – ordenar e dirigir os trabalhos da comissão;
- II – dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida;
- III – designar, na comissão, relatores para as matérias;
- IV – designar, dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição;
- V – resolver as questões de ordem;

(*) Resolução nº 37/95

VI – ser o elemento de comunicação da comissão com a Mesa, com as outras comissões e suas respectivas subcomissões e com os líderes;

VII – convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela comissão;

VIII – promover a publicação das atas das reuniões no *Diário do Senado Federal*;

IX – solicitar, em virtude de deliberação da comissão, os serviços de funcionários técnicos para estudo de determinado trabalho, sem prejuízo das suas atividades nas repartições a que pertençam;

X – convidar, para o mesmo fim e na forma do inciso IX, técnicos ou especialistas particulares e representantes de entidades ou associações científicas;

XI – desempatar as votações quando ostensivas;

XII – distribuir matérias às subcomissões;

XIII – assinar o expediente da comissão.

§ 1º Quando o Presidente funcionar como relator, passará a Presidência ao substitutoeventual, enquanto discutir ou votar o assunto que relatar.

§ 2º Ao encerrar-se a legislatura, o Presidente providenciará a fim de que os seus membros devolvam à secretaria da comissão os processos que lhes tenham sido distribuídos.

CAPÍTULO VI DA COMPETÊNCIA

Seção I Disposições Gerais

Art. 90. Às comissões compete:

I – discutir e votar projeto de lei nos termos do art. 91 (Const., art. 58, § 2º, I);

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil (Const., art. 58, § 2º, II);

III – convocar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições e ouvir os Ministros quando no exercício da faculdade prevista no art. 50, § 1º, da Constituição (Const., arts. 50 e 58, § 2º, III);^(*)

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas (Const., art. 58, § 2º, VI);

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão (Const., art. 58, § 2º, V);

VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer (Const., art. 58, § 2º, VI);

VII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (Const., art. 49, V);

VIII – acompanhar junto ao Governo a elaboração da proposta orçamentária, bem como sua execução;

IX – acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência;

X – exercer a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e quanto às questões relativas à competência privativa do Senado (Const., arts. 49, X, e 52, V a IX);

XI – estudar qualquer assunto compreendido nas atribuições do Senado, propondo as medidas legislativas cabíveis;

XII – opinar sobre o mérito das proposições submetidas ao seu exame, emitindo o respectivo parecer;

XIII – realizar diligência.

Parágrafo único. Ao depoimento de testemunhas e autoridades aplicam-se, no que couber, as disposições do Código de Processo Civil. (NR)

Art. 91. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, discutir e votar: ^(**)

(*) Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994

(**) Resolução nº 13/91

I – projetos de lei ordinária de autoria de Senador, ressalvado projeto de código;(*)

II – projetos de resolução que versem sobre a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (Const., art. 52, X).(*)

§ 1º O Presidente do Senado, ouvidas as lideranças, poderá conferir às comissões competência para apreciar, terminativamente, as seguintes matérias:

I – tratados ou acordos internacionais (Const., art. 49, I);

II – autorização para a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas (Const., art. 49, XVI);

III – alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares (Const., art. 49, XVII);

IV – projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa;

V – indicações e proposições diversas, exceto:

a) projeto de resolução que altere o Regimento Interno;

b) projetos de resolução a que se referem os arts. 52, V a IX, e 155, §§ 1º, IV, e 2º, IV e V, da Constituição;(*)

c) proposta de emenda à Constituição.

§ 2º Encerrada a apreciação terminativa a que se refere este artigo, a decisão da comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

§ 3º No prazo de cinco dias úteis, contado a partir da publicação da comunicação referida no § 2º no avulso da Ordem do Dia da sessão seguinte, poderá ser interposto recurso para apreciação da matéria pelo Plenário do Senado. (*)

§ 4º O recurso, assinado por um décimo dos membros do Senado, será dirigido ao Presidente da Casa.

(*) Resolução nº 13/91

§ 5º Esgotado o prazo previsto no § 3º, sem interposição de recurso, o projeto será, conforme o caso, encaminhado à sanção, promulgado, remetido à Câmara ou arquivado. (NR)

Art. 92. Aplicam-se à tramitação dos projetos e demais proposições submetidas à deliberação terminativa das comissões as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias submetidas à apreciação do Plenário do Senado.

Art. 93. A audiência pública será realizada pela comissão para:

I – instruir matéria sob sua apreciação;

II – tratar de assunto de interesse público relevante.

§ 1º A audiência pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil.

§ 2º A audiência prevista para o disposto no inciso I poderá ser dispensada por deliberação da comissão.

Art. 94. Os depoimentos serão prestados por escrito e de forma conclusiva.

§ 1º Na hipótese de haver defensores e opositores, relativamente à matéria objeto de exame, a comissão procederá de forma que possibilite a audiência de todas as partes interessadas.

§ 2º Os membros da comissão poderão, terminada a leitura, interpellar o orador exclusivamente sobre a exposição lida, por prazo nunca superior a três minutos.

§ 3º O orador terá o mesmo prazo para responder a cada Senador, sendo-lhe vedado interpellar os membros da comissão.

Art. 95. Da reunião de audiência pública será lavrada ata, arquivando-se, no âmbito da comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, a requerimento de Senador, o traslado de peças.

Art. 96. A comissão receberá petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública sobre assunto de sua competência.

§ 1º Os expedientes referidos neste artigo deverão ser encaminhados por escrito, com identificação do autor e serão distribuídos a um relator que

os apreciará e apresentará relatório com sugestões quanto às providências a serem tomadas pela comissão, pela Mesa ou pelo Ministério Público.

§ 2º O relatório será discutido e votado na comissão, devendo concluir por projeto de resolução se contiver providência a ser tomada por outra instância que não a da própria comissão.

Seção II

Das Atribuições Específicas

Art. 97. Às comissões permanentes compete estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

Art. 98. À Comissão Diretora compete:

I – exercer a administração interna do Senado nos termos das atribuições fixadas no seu Regulamento Administrativo;

II – regulamentar a polícia interna;

III – propor ao Senado projeto de resolução dispondo sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (Const., art. 52, XIII);^(*)

IV – emitir, obrigatoriamente, parecer sobre as proposições que digam respeito ao serviço e ao pessoal da Secretaria do Senado e as que alterem este Regimento, salvo o disposto no art. 401, § 2º, inciso II;

V – elaborar a redação final das proposições de iniciativa do Senado e das emendas e projetos da Câmara dos Deputados aprovados pelo Plenário, escoimando-os dos vícios de linguagem, das impropriedades de expressão, defeitos de técnica legislativa, cláusulas de justificação e palavras desnecessárias.

Parágrafo único. Os esclarecimentos ao Plenário sobre atos da competência da Comissão Diretora serão prestados, oralmente, por relator ou pelo Primeiro-Secretário. (NR)

Art. 99. À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes assuntos:^(**)

(*) Emenda Constitucional nº 19, de 1998

(**) Ver Lei Complementar nº 101, de 2000, e Leis: nº 7.827, de 1989, nº 9.069, de 1995, e nº 9.496, de 1997

I – aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário;

II – direito agrário, planejamento e execução da política agrícola, agricultura, pecuária, organização do ensino agrário, investimentos e financiamentos agropecuários, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira, definição da pequena e da média propriedade rural;

III – problemas econômicos do País, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio e sorteio e propaganda comercial;

IV – tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico; orçamento, juntas comerciais, conflitos de competência em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dívida pública e fiscalização das instituições financeiras;

V – escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União (Const., arts. 49, XIII, e 52, III, *b*), e do presidente e diretores do Banco Central (Const., art. 52, III, *d*);

VI – matérias a que se referem os arts. 389, 393 e 394;

VII – outros assuntos correlatos.

Art. 100. À Comissão de Assuntos Sociais compete opinar sobre proposições que digam respeito a:

I – relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena, assistência social, normas gerais de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e proteção à infância, à juventude e aos idosos;

II – proteção e defesa da saúde, condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle

e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde;

III – normas gerais sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, floresta, caça, pesca, fauna, flora e cursos d'água;

IV – outros assuntos correlatos.

Art. 101. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

I – opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário;

II – ressalvadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente as seguintes:

a) criação de Estado e Territórios, incorporação ou desmembramento de áreas a eles pertencentes;(*)

b) estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal (Const., art. 49, IV), requisições civis e anistia;

c) segurança pública, corpos de bombeiros militares, polícia, inclusive marítima, aérea de fronteiras, rodoviária e ferroviária;

d) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, aeronáutico, espacial, marítimo e penitenciário;

e) uso dos símbolos nacionais, nacionalidade, cidadania e naturalização, extradição e expulsão de estrangeiros, emigração e imigração;

f) órgãos do serviço público civil da União e servidores da administração direta e indireta do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Territórios;(**)

g) normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37,

(*) Ver Lei nº 9.709, de 1998

(**) Ver Lei nº 10.577, de 2002

XXI, da Constituição, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III, também da Constituição (Const., art. 22, XXVII); (*)

h) perda de mandato de Senador (Const., art. 55), pedido de licença de incorporação de Senador às Forças Armadas (Const., art. 53, § 6º);

i) escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e de Governador de Território, escolha e destituição do Procurador-Geral da República (Const., art. 52, III, *a, c e e*);

j) transferência temporária da sede do Governo Federal;

l) registros públicos, organização administrativa e judiciária do Ministério Público e Defensoria Pública da União e dos Territórios, organização judiciária do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

m) limites dos Estados e bens do domínio da União;

n) desapropriação e inquilinato;

o) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas, assistência jurídica e defensoria pública, custas dos serviços forenses;

p) matéria a que se refere o art. 96, II, da Constituição Federal;

III – propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (Const., art. 52, X);(**)

IV – opinar, em cumprimento a despacho da Presidência, sobre as emendas apresentadas como de redação, nas condições previstas no parágrafo único do art. 234;

V – opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente, de ofício, ou por deliberação do Plenário, ou por outra comissão;

VI – opinar sobre recursos interpostos às decisões da Presidência;

VII – opinar sobre os requerimentos de voto de censura, aplauso ou semelhante, salvo quando o assunto possa interessar às relações exteriores do País.

(*) Emenda Constitucional nº 19, de 1998

(**) Resolução nº 13/91

§ 1º Quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente do Senado, salvo, não sendo unânime o parecer, recurso interposto nos termos do art. 254.

§ 2º Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício. (NR)

Art. 102. À Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem sobre:

I – normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional, salário-educação;

II – diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas;

III – formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV – comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; ^(*)(**)

V – criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;

VI – outros assuntos correlatos.

Art. 102-A. À Comissão de Fiscalização e Controle, além da aplicação, no que couber, do disposto no art. 90 e sem prejuízo das atribuições das demais comissões, compete exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim:^{(**)(****)}

I – avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo no plano nacional, no regional e no setorial de desenvolvimento, emitindo parecer conclusivo;

(*) Ver Resolução nº 39, de 1992, e Pare cer nº 252, de 1993

(**) Ver Lei nº 8.389, de 1991, regulamentada pelo Ato da Mesa nº 2, de 2002

(***) Resolução nº 46/93

(****) Ver Leis nº 7.827, de 1989, e 8.443, de 1992

II – apreciar a compatibilidade da execução orçamentária com os planos e programas governamentais e destes com os objetivos aprovados em lei;

III – solicitar, por escrito, informações à administração direta e indireta, bem como requisitar documentos públicos necessários à elucidação do ato objeto de fiscalização;

IV – avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, notadamente quando houver indícios de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza de que resulte prejuízo ao Erário;

V – providenciar a efetivação de perícias, bem como solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da União e demais entidades referidas no inciso IV;

VI – apreciar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe de forma direta ou indireta, bem assim a aplicação de quaisquer recursos repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII – promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Executivo que, pela natureza de suas atividades, possam dispor ou gerar dados de que necessita para o exercício de fiscalização e controle;

VIII – promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público que, pela natureza de suas atividades, possam propiciar ou gerar dados de que necessita para o exercício de fiscalização e controle;

IX – propor ao Plenário do Senado as providências cabíveis em relação aos resultados da avaliação, inclusive quanto ao resultado das diligências realizadas pelo Tribunal de Contas da União.

§ 1º Verificada a existência de irregularidade, será remetida cópia da documentação pertinente ao Ministério Público, a fim de que este promova a ação cabível, de natureza cível ou penal.

§ 2º As comissões permanentes e temporárias, incluídas as comissões parlamentares de inquérito, poderão solicitar à Comissão de Fiscalização e Controle a cooperação adequada ao exercício de suas atividades.

Art. 102-B. A fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, pela Comissão de Fiscalização e Controle, obedecerão às seguintes regras: (*)

I – a proposta de fiscalização e controle poderá ser apresentada por qualquer membro ou Senador à Comissão, com específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada;

II – a proposta será relatada previamente, quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia de avaliação;

III – aprovado o relatório prévio pela Comissão, o relator poderá solicitar os recursos e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à Administração da Casa o atendimento preferencial das providências requeridas. Rejeitado o relatório, a matéria será encaminhada ao Arquivo;

IV – o relatório final da fiscalização e controle, em termos de comprovação da legalidade do ato, avaliação política, administrativa, social e econômica de sua edição, e quanto à eficácia dos resultados sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, obedecerá, no que concerne à tramitação, as normas do artigo 102-C.

Parágrafo único. A Comissão, para a execução das atividades de que trata este artigo, poderá solicitar ao Tribunal de Contas da União as providências ou informações previstas no art. 71, IV e VII, da Constituição Federal.

Art. 102-C. Ao termo dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no *Diário do Senado Federal* e encaminhado: (*)

I – à Mesa, para as providências de alçada desta, ou ao Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou indicação;

II – ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, com cópia da documentação, para que promova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

(*) Resolução nº 46/93

III – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes do disposto no art. 37, §§ 2º a 6º, da Constituição Federal, e demais disposições constitucionais e legais aplicáveis;

IV – à comissão permanente que tenha maior pertinência com a matéria, a qual incumbirá o atendimento do prescrito no inciso III;

V – à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao Tribunal de Contas da União, para as providências previstas no art. 71 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos II, III e V a remessa será feita pelo Presidente do Senado.

Art. 102-D. Aplicam-se à Comissão de Fiscalização e Controle as normas regimentais pertinentes às demais comissões permanentes, no que não conflitam com os termos das disposições constantes dos arts. 102-A a 102-C, salvo quanto às dos arts. 91 e 92.^{(*)(**)}

§ 1º Ocorrendo a hipótese de exercício concorrente de competência fiscalizadora por duas ou mais comissões sobre os mesmos fatos, os trabalhos se desdobrarão em reuniões conjuntas, por iniciativa do Presidente de um dos órgãos ou de um ou mais de seus membros.

§ 2º A Comissão de Fiscalização e Controle poderá, se houver motivo suficiente, comunicar fatos investigados à comissão correspondente da Câmara dos Deputados, para que esta adote providência que lhe afigurar cabível. (NR)

Art. 102-E. À Comissão de Legislação Participativa compete opinar sobre:^(**)

I – sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional;

II – pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas no inciso I.

(*) Resolução nº 46/93

(**) Resolução nº 64/02

§ 1º As sugestões legislativas que receberem parecer favorável da Comissão serão transformadas em proposição legislativa de sua autoria e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame do mérito.

§ 2º As sugestões que receberem parecer contrário serão encaminhadas ao Arquivo.

§ 3º Aplicam-se às proposições decorrentes de sugestões legislativas, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas comissões, ressalvado o disposto no § 1º, *in fine*.

Art. 103. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional compete emitir parecer sobre:

I – proposições referentes aos atos e relações internacionais (Const., art. 49, I) e ao Ministério das Relações Exteriores;

II – comércio exterior;

III – indicação de nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente junto a governos estrangeiros e das organizações internacionais de que o Brasil faça parte (Const., art. 52, IV);

IV – requerimentos de votos de censura, de aplauso ou semelhante, quando se refiram a acontecimentos ou atos públicos internacionais;

V – Forças Armadas de terra, mar e ar, requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz (Const., art. 49, II);^(*)

VI – assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza;

VII – autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República se ausentarem do território nacional (Const., art. 49, III);

VIII – outros assuntos correlatos.

Parágrafo único. A Comissão integrará, por um de seus membros, as comissões enviadas pelo Senado ao exterior, em assuntos pertinentes à política externa do País.

(*) Ver Lei Complementar nº 90, de 1997, e Lei nº 2.953, de 1956

Art. 104. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura compete opinar sobre matérias pertinentes a:

I – transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos e hídricos e serviços de telecomunicações;

II – outros assuntos correlatos.

Art. 105. Às comissões temporárias compete o desempenho das atribuições que lhes forem expressamente deferidas.

CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES

Art. 106. As comissões reunir-se-ão nas dependências do edifício do Senado Federal.

Art. 107. As reuniões das comissões permanentes realizar-se-ão:

I – se ordinárias, semanalmente, durante a sessão legislativa ordinária, nos seguintes dias e horários: (*)

a) Comissão de Assuntos Econômicos: às terças-feiras, dez horas;

b) Comissão de Serviços de Infra-Estrutura: às terças-feiras, quatorze horas;

c) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: às quartas-feiras, dez horas;

d) Comissão de Assuntos Sociais: às quartas-feiras, quatorze horas;

e) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: às quintas-feiras, dez horas;

f) Comissão de Educação: às quintas-feiras, quatorze horas.

II – se extraordinárias, mediante convocação especial para dia, horário e fim indicados, observando-se, no que for aplicável, o disposto neste Regimento sobre a convocação de sessões extraordinárias do Senado;

III – as comissões parlamentares de inquérito reunir-se-ão em horário diverso do estabelecido para o funcionamento das Comissões Permanentes.

(*) Resoluçãoⁿ 26/92

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado. (NR) (*)

Art. 108. As comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros.

Parágrafo único. A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída, com antecedência mínima de dois dias úteis, aos titulares e suplentes da respectiva comissão mediante protocolo. (NR) (**)

Art. 109. As deliberações terminativas nas comissões serão tomadas pelo processo nominal e maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art. 110. As reuniões serão públicas, salvo os casos expressos neste Regimento ou quando o deliberar a comissão.

Art. 111. Os trabalhos das comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior que, se aprovada, será assinada pelo Presidente.

Art. 112. É facultado a qualquer Senador assistir às reuniões das comissões, discutir o assunto em debate, pelo prazo por elas prefixado, e enviar-lhes, por escrito, informações ou esclarecimentos.

Parágrafo único. As informações ou esclarecimentos apresentados serão impressos com os pareceres, se o autor o requerer e a comissão o deferir.

Art. 113. O estudo de qualquer matéria poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais comissões, por iniciativa de qualquer delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso, ou ainda, nos termos do art. 49, II.

Parágrafo único. Nas reuniões conjuntas observar-se-ão as seguintes normas:

I – cada comissão deverá estar presente pela maioria absoluta de seus membros;

II – o estudo da matéria será em conjunto, mas a votação far-se-á separadamente, na ordem constante do despacho da Mesa;

(*) Resolução nº 37/95

(**) Resolução nº 13/91

III – cada comissão poderá ter o seu relator se não preferir relator único;

IV – o parecer das comissões poderá ser em conjunto, desde que consigne a manifestação de cada uma delas, ou em separado, se essa for a orientação preferida, mencionando, em qualquer caso, os votos vencidos, os em separado, os pelas conclusões e os com restrições.

Art. 114. As comissões permanentes e temporárias serão secretariadas por servidores da Secretaria do Senado e terão assessoramento próprio, constituído de até três assessores, designados pelo respectivo Presidente, ouvida a Consultoria Legislativa ou a de Orçamentos, conforme o caso.^(*)

Parágrafo único. Ao secretário da comissão compete: ^(**)

I – redigir as atas;

II – organizar a pauta do dia e do protocolo dos trabalhos com o seu andamento;

III – manter atualizados os registros necessários ao controle de designação de relatores. (NR)

Art. 115. Das reuniões das comissões lavrar-se-ão atas datilografadas em folhas avulsas rubricadas pelo Presidente.

§ 1º Quando, pela importância do assunto em estudo, convier o registro taquigráfico dos debates, o Presidente solicitará ao Primeiro-Secretário as providências necessárias.

§ 2º Das atas constarão:

I – o dia, a hora e o local da reunião;

II – os nomes dos membros presentes e os dos ausentes com causa justificada ou sem ela;

III – a distribuição das matérias por assuntos e relatores;

IV – as conclusões dos pareceres lidos;

V – referências sucintas aos debates;

VI – os pedidos de vista, adiamento, diligências e outras providências, salvo quando não se considere conveniente a divulgação da matéria.

(*) Resolução nº 9/97

(**) Resolução nº 13/92

§ 3º As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, dentro dos dois dias úteis que se seguirem à reunião, podendo, em casos excepcionais, a juízo do Presidente da comissão, ser essa publicação adiada por igual prazo. (NR)^(*)

Art. 116. Serão secretas as reuniões para deliberar sobre:

I – declaração de guerra ou celebração de paz (Const., art. 49, II);

II – trânsito ou permanência temporária de forças estrangeiras no território nacional (Const., art. 49, II);

III – escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente (Const., art. 52, IV);

§ 1º Nas reuniões secretas, quando houver parecer a proferir, lido o relatório, que não será conclusivo, a comissão deliberará em escrutínio secreto, completando-se o parecer com o resultado da votação, não sendo consignadas restrições, declarações de voto ou votos em separado.

§ 2º Nas reuniões secretas, servirá como secretário um dos membros da comissão, designado pelo Presidente.

§ 3º A ata deverá ser aprovada ao fim da reunião, assinada por todos os membros presentes, encerrada em sobrecarta lacrada, datada e rubricada pelo Presidente e pelo Secretário e recolhida ao Arquivo do Senado.

Art. 117. Nas reuniões secretas, além dos membros da comissão, só será admitida a presença de Senadores e das pessoas a serem ouvidas sobre a matéria em debate.

Parágrafo único. Os Deputados Federais poderão assistir às reuniões secretas que não tratem de matéria da competência privativa do Senado Federal.

CAPÍTULO VIII DOS PRAZOS

Art. 118. O exame das comissões sobre as proposições, excetuadas as emendas e os casos em que este Regimento determine em contrário, obedecerá aos seguintes prazos:

(*) Resolução nº 37/95

I – vinte dias úteis para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; (*)

II – quinze dias úteis para as demais comissões. (*)

§ 1º Sobre as emendas, o prazo é de quinze dias úteis, correndo em conjunto se tiver que ser ouvida mais de uma comissão. (*)

§ 2º Se a comissão não puder proferir o parecer no prazo, tê-lo-á prorrogado, por igual período, desde que o seu Presidente envie à Mesa, antes de seu término, comunicação escrita, que será lida na Hora do Expediente e publicada no *Diário do Senado Federal*. Posterior prorrogação só poderá ser concedida por prazo determinado e mediante deliberação do Senado.

§ 3º O prazo da comissão ficará suspenso pelo encerramento da sessão legislativa, continuando a correr na sessão imediata, salvo quanto aos projetos a que se refere o art. 375, e renovar-se-á pelo início de nova legislatura ou por designação de novo relator.

§ 4º Será suspenso o prazo da comissão durante o período necessário ao cumprimento das disposições previstas no art. 90, II, III, V e XIII.

§ 5º O prazo da comissão não se suspenderá nos projetos sujeitos a prazos de tramitação. (NR)

Art. 119. Quando a matéria for despachada a mais de uma comissão e a primeira esgotar o prazo sem sobre ela se manifestar, poderá ser dispensado o seu parecer, por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador.

Parágrafo único. Se uma das comissões considerar indispensável, antes de proferir o seu parecer, o exame da que houver excedido o prazo, proposta neste sentido será submetida à deliberação do Plenário.

Art. 120. O relator tem, para apresentar o relatório, a metade do prazo atribuído à comissão.

Art. 121. O Presidente da comissão, *ex officio* ou a requerimento de Senador, poderá mandar incluir, na pauta dos trabalhos, matéria que, distribuída, não tenha sido relatada no prazo regimental, devendo dar conhecimento da decisão ao relator.

(*) Resolução nº 37/95

CAPÍTULO IX
DAS EMENDAS APRESENTADAS
PERANTE AS COMISSÕES

Art. 122. Perante as comissões, poderão apresentar emendas:

I – qualquer de seus membros, em todos os casos;

II – qualquer Senador:

a) aos projetos de código;

b) aos projetos de iniciativa do Presidente da República com tramitação urgente (Const., art. 64, § 1º);

c) aos projetos referidos no art. 91.

§ 1º No caso do inciso II, o prazo para a apresentação de emenda contar-se-á a partir da publicação da matéria no *Diário do Senado Federal*, sendo de vinte dias úteis para os projetos de Código e de cinco dias úteis para os demais projetos. (*)

§ 2º Nos avulsos da Ordem do Dia consignar-se-á a existência de projetos em fase de recebimento de emendas, com a indicação da comissão que deverá recebê-las, do prazo e do número de dias transcorridos. (NR)

Art. 123. Considera-se emenda de comissão a proposta por qualquer de seus membros e por ela adotada.

Art. 124. Terá o seguinte tratamento a emenda apresentada na forma do art. 122:

I – no caso do inciso I, será considerada inexistente quando não adotada pela comissão;

II – no caso do inciso II, alínea *a*, será encaminhada à deliberação do Plenário do Senado, com parecer favorável ou contrário;

III – no caso do inciso II, alínea *b*, será final o pronunciamento, salvo recurso interposto por um décimo dos membros do Senado no sentido de ser a emenda submetida ao Plenário, sem discussão;

IV – no caso do inciso II, alínea *c*, será final o pronunciamento da comissão, salvo recurso interposto para discussão e votação da proposição principal.

(*) Resolução nº 37/95

Art. 125. Quando a proposição estiver sujeita, na forma deste Regimento, a parecer em Plenário, o relator, ao proferi-lo, poderá oferecer emenda ou subemenda.

CAPÍTULO X DOS RELADORES

Art. 126. A designação de relator, independente da matéria e de reunião da comissão, obedecerá à proporção das representações partidárias ou dos blocos parlamentares nela existentes, será alternada entre os seus membros e far-se-á em dois dias úteis após o recebimento do projeto, salvo nos casos em que este Regimento fixe outro prazo.^{(*)(**)}

§ 1º O relator do projeto será o das emendas a este oferecidas em plenário, salvo ausência ou recusa.

§ 2º Quando se tratar de emenda oferecida pelo relator, em plenário, o Presidente da comissão designará outro Senador para relatá-la, sendo essa circunstância consignada no parecer. (NR)

Art. 127. Não poderá funcionar como relator o autor da proposição.

Art. 128. Vencido o relator, o Presidente da comissão designará um dos membros, em maioria, para suceder-lhe, exceto se o fato ocorrer apenas em relação a parte da proposição ou emenda, quando permanecerá o mesmo relator, consignando-se o vencido, pormenorizadamente, no parecer.

Art. 129. O Presidente poderá, excepcionalmente, funcionar como relator.

CAPÍTULO XI DOS RELATÓRIOS E PARECERES

Seção I Dos Relatórios

Art. 130. As matérias que, em cada reunião, devam ser objeto de estudo, constarão de pauta previamente organizada, sendo relatadas na ordem em que nela figurarem, salvo preferência concedida para qualquer delas.

(*) Resolução nº 13/92

(**) Resolução nº 37/95

Art. 131. O relatório deverá ser oferecido por escrito.

Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer.

§ 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º.

§ 2º Estando a matéria em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida:

I – por meia hora, no caso do art. 336, inciso I;(*)

II – por vinte e quatro horas, nos casos do art. 336, incisos II e III. (*)

§ 3º Quando se tratar de proposição com prazo determinado, a vista, desde que não ultrapasse os últimos dez dias de sua tramitação, poderá ser concedida por vinte e quatro horas.

§ 4º Os prazos a que se referem os §§ 1º a 3º correrão em conjunto se a vista for requerida por mais de um Senador.

§ 5º Verificando-se a hipótese prevista no art. 128, o parecer vencedor deverá ser apresentado na reunião ordinária imediata, salvo deliberação em contrário.

§ 6º Os membros da comissão que não concordarem com o relatório poderão:

I – dar voto em separado;

II – assiná-lo, uma vez constituído parecer, com restrições, pelas conclusões, ou declarando-se vencidos.

§ 7º Contam-se como favoráveis os votos pelas conclusões ou com restrições.

§ 8º O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de *quorum*.

§ 9º Em caso de empate na votação, o Presidente a desempatará.
(NR)

(*) Resolução nº 150/93

Seção II

Dos Pareceres

Art. 133. Todo parecer deve ser conclusivo em relação à matéria a que se referir, podendo a conclusão ser:

I – pela aprovação, total ou parcial;

II – pela rejeição;

III – pelo arquivamento;

IV – pelo destaque, para proposição em separado, de parte da proposição principal, quando originária do Senado, ou de emenda;

V – pela apresentação de:

a) projeto;

b) requerimento;

c) emenda ou subemenda;

d) orientação a seguir em relação à matéria.

§ 1º Considera-se pela rejeição o parecer pelo arquivamento quando se referir a proposição legislativa.

§ 2º Nas hipóteses do inciso V, alíneas *a*, *b* e *c*, o parecer é considerado justificção da proposição apresentada.

§ 3º Sendo favorável o parecer apresentado sobre indicação, ofício, memorial ou outro documento contendo sugestão ou solicitação que dependa de proposição legislativa, esta deverá ser formalizada em conclusão.

§ 4º Quando se tratar de parecer sobre matéria que deva ser apreciada em sessão secreta (art. 197), proceder-se-á de acordo com o disposto no art. 116, § 1º.

§ 5º Quando o parecer se referir a emendas ou subemendas, deverá oferecer conclusão relativamente a cada uma.

§ 6º A comissão, ao se manifestar sobre emendas, poderá reunir a matéria da proposição principal e das emendas com parecer favorável num único texto, com os acréscimos e alterações que visem ao seu aperfeiçoamento.

§ 7^a As emendas com parecer contrário das comissões serão submetidas ao Plenário, desde que a decisão do órgão técnico não alcance unanimidade de votos, devendo esta circunstância constar expressamente do parecer.

§ 8^a Toda vez que a comissão concluir o seu parecer com sugestão ou proposta que envolva matéria de requerimento ou emenda, formalizará a proposição correspondente.

Art. 134. O parecer conterá ementa indicativa da matéria a que se referir.

Art. 135. As comissões poderão, em seus pareceres, propor seja o assunto apreciado pelo Senado em sessão secreta, caso em que o respectivo processo será entregue ao Presidente da Mesa com o devido sigilo.

Art. 136. Uma vez assinados pelo Presidente, pelo relator e pelos demais membros da comissão que participaram da deliberação, os pareceres serão enviados à Mesa, juntamente com as emendas relatadas, declarações de votos e votos em separado.

Art. 137. Os pareceres serão lidos em plenário, publicados no *Diário do Senado Federal* e distribuídos em avulsos, após manifestação das comissões a que tenha sido despachada a matéria.

Parágrafo único. As comissões poderão promover, para estudos, a publicação de seus pareceres ao pé da ata da reunião ou em avulsos especiais.

Art. 138. Se o parecer concluir por pedido de providências:

I – será despachado pelo Presidente da comissão quando solicitar audiência de outra comissão, reunião conjunta com outra comissão ou diligência interna de qualquer natureza;

II – será encaminhado à Mesa para despacho da Presidência ou deliberação do Plenário, nos demais casos.

§ 1^a No caso de convocação de Ministro de Estado, será feita comunicação ao Presidente do Senado, que dela dará conhecimento ao Plenário.

§ 2^a Se a providência pedida não depender de deliberação do Plenário, será tomada independentemente da publicação do parecer.

Art. 139. No caso do art. 133, IV, a proposta será submetida ao Plenário antes do prosseguimento do estudo da matéria.

Art. 140. Os pareceres poderão ser proferidos oralmente, em plenário, por relator designado pelo Presidente da Mesa:

- I – nas matérias em regime de urgência;
- II – nas matérias incluídas em Ordem do Dia, nos termos do art. 172;
- III – nas demais matérias em que este Regimento expressamente o permita.

§ 1º Se, ao ser chamado a emitir parecer, nos casos do art. 172, I e II, alíneas *b*, *c* e *d*, o relator requerer diligência, sendo esta deferida, o seu pronunciamento dar-se-á, em plenário, após o cumprimento do requerido.

§ 2º Para emitir parecer oral em plenário, o relator terá o prazo de trinta minutos.

Art. 141. Se o parecer oral concluir pela apresentação de requerimento, projeto ou emenda, o texto respectivo deverá ser remetido à Mesa, por escrito, assinado pelo relator.

CAPÍTULO XII DAS DILIGÊNCIAS

Art. 142. Quando as comissões se ocuparem de assuntos de interesse particular, procederem a inquérito, tomarem depoimentos e informações, ou praticarem outras diligências semelhantes, poderão solicitar, das autoridades legislativas, judiciárias ou administrativas, das entidades autárquicas, sociedades de economia mista e empresas concessionárias de serviços públicos, quaisquer documentos ou informações e permitir às pessoas diretamente interessadas a defesa dos seus direitos, por escrito ou oralmente.

CAPÍTULO XIII DA APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS ENVIADOS ÀS COMISSÕES

Art. 143. Quando a comissão julgar que a petição, memorial, representação ou outro documento não deva ter andamento, manda-lo-á arquivar, por proposta de qualquer de seus membros, comunicando o fato à Mesa.

§ 1º A comunicação será lida na Hora do Expediente, publicada no *Diário do Senado Federal* e encaminhada ao arquivo com o documento que lhe deu origem.

§ 2º O exame do documento poderá ser reaberto se o Plenário o deliberar, a requerimento de qualquer Senador.

§ 3º A comissão não poderá encaminhar à Câmara dos Deputados ou a outro órgão do Poder Público qualquer documento que lhe tenha sido enviado.

Art. 144. Quanto aos documentos de natureza sigilosa, observar-se-ão, no trabalho das comissões, as seguintes normas:

I – não será lícito transcrevê-lo, no todo ou em parte, nos pareceres e expediente de curso ostensivo;

II – se houver sido encaminhado ao Senado em virtude de requerimento formulado perante a comissão, o seu Presidente dele dará conhecimento ao requerente, em particular;

III – se a matéria interessar à comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em reunião secreta;

IV – se destinado a instruir o estudo de matéria em curso no Senado, será encerrado em sobrecarta, rubricada pelo Presidente da comissão, que acompanhará o processo em toda a sua tramitação;

V – quando o parecer contiver matéria de natureza sigilosa, será objeto das cautelas descritas no inciso IV.

Parágrafo único. A inobservância do caráter secreto, confidencial ou reservado, de documentos de interesse de qualquer comissão sujeitará o infrator à pena de responsabilidade, apurada na forma da lei.

CAPÍTULO XIV DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO (Const., art. 58, §3º)^(*)

Art. 145. A criação de comissão parlamentar de inquérito será feita mediante requerimento de um terço dos membros do Senado Federal.

§ 1º O requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito determinará o fato a ser apurado, o número de membros, o prazo de duração da comissão e o limite das despesas a serem realizadas.^(**)

(*) Ver Lei nº 1.579, de 1952, que “dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito”, e Lei nº 10.001, de 2000

(**) Ver Parecer nº 131, de 1996

§ 2º Recebido o requerimento, o Presidente ordenará que seja numerado e publicado.

§ 3º O Senador só poderá integrar duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular, outra como suplente.

§ 4º A comissão terá suplentes, em número igual à metade do número dos titulares mais um, escolhidos no ato da designação destes, observadas as normas constantes do art. 78.

Art. 146. Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes:

I – à Câmara dos Deputados;

II – às atribuições do Poder Judiciário;

III – aos Estados.

Art. 147. Na hipótese de ausência do relator a qualquer ato do inquérito, poderá o Presidente da comissão designar-lhe substituto para a ocasião, mantida a escolha na mesma representação partidária ou bloco parlamentar.

Art. 148. No exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar Ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias. (*)

§ 1º No dia previamente designado, se não houver número para deliberar, a comissão parlamentar de inquérito poderá tomar depoimento das testemunhas ou autoridades convocadas, desde que estejam presentes o Presidente e o relator.

§ 2º Os indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação processual penal, aplicando-se, no que couber, a mesma legislação, na inquirição de testemunhas e autoridades.

Art. 149. O Presidente da comissão parlamentar de inquérito, por deliberação desta, poderá incumbir um dos seus membros ou funcionários da Se-

(*) Ver Lei Complementar nº 105, de 2001

cretaria do Senado da realização de qualquer sindicância ou diligência necessária aos seus trabalhos.

Art. 150. Ao término de seus trabalhos, a comissão parlamentar de inquérito enviará à Mesa, para conhecimento do Plenário, seu relatório e conclusões.

§ 1^º A comissão poderá concluir seu relatório por projeto de resolução se o Senado for competente para deliberar a respeito.

§ 2^º Sendo diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

Art. 151. A comissão parlamentar de inquérito encaminhará suas conclusões, se for o caso, ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 152. O prazo da comissão parlamentar de inquérito poderá ser prorrogado, automaticamente, a requerimento de um terço dos membros do Senado, comunicado por escrito à Mesa, lido em plenário e publicado no *Diário do Senado Federal*, observado o disposto no art. 76, § 4^º.

Art. 153. Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal.

TÍTULO VII DAS SESSÕES

CAPÍTULOS:

- I – DA NATUREZA DAS SESSÕES**
- II – DA SESSÃO PÚBLICA**
 - Seção I – Da Abertura e Duração**
 - Seção II – Da Hora do Expediente**
 - Seção III – Da Ordem do Dia**
 - Seção IV – Do Término do Tempo da Sessão**
 - Seção V – Da Prorrogação da Sessão**
 - Seção VI – Da Assistência à Sessão**
 - Seção VII – Da Divulgação das Sessões**
 - Seção VIII – Da Sessão Deliberativa Extraordinária^(*)**
- III – DA SESSÃO SECRETA**
- IV – DA SESSÃO ESPECIAL**
- V – DAS ATAS E DOS ANAIS DAS SESSÕES**
 - Seção I – Das Atas**
 - Seção II – Dos Anais**

(*) Resoluçãoⁿ 37/95

TÍTULO VII DAS SESSÕES

CAPÍTULO I DA NATUREZA DAS SESSÕES

Art. 154. As sessões do Senado podem ser: (*)

I – deliberativas: (*)

a) ordinárias; (*)

b) extraordinárias; (*)

II – não deliberativas; e (*)

III – especiais. (*)

§ 1º Considera-se sessão deliberativa ordinária, para os efeitos do art. 55, III, da Constituição Federal, aquela realizada de segunda a quinta-feira às 14 horas e 30 minutos e às sextas-feiras às 9 horas, quando houver Ordem do Dia previamente designada. (*)

§ 2º As sessões deliberativas extraordinárias, com Ordem do Dia própria, realizar-se-ão em horário diverso do fixado para sessão ordinária, ressalvado o disposto no § 3º. (*)

§ 3º O Presidente poderá convocar, para qualquer tempo, sessão extraordinária quando, a seu juízo e ouvidas as lideranças partidárias, as circunstâncias o recomendarem ou haja necessidade de deliberação urgente. (*)

§ 4º As sessões não deliberativas destinam-se a discursos, comunicações, leitura de proposições e outros assuntos de interesse político e parlamentar, e realizar-se-ão sem Ordem do Dia. (*)

§ 5º A sessão especial realizar-se-á exclusivamente para comemoração ou homenagem. (*)

§ 6º A sessão não se realizará: (*)

I – por falta de número; (*)

(*) Resolução nº 37/95

II – por deliberação do Senado;(*)

III – quando o seu período de duração coincidir, embora parcialmente, com o de sessão conjunta do Congresso Nacional;(*)

IV – por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência. (NR)(*)

CAPÍTULO II DA SESSÃO PÚBLICA

Seção I Da Abertura e Duração

Art. 155. A sessão terá início de segunda a quinta-feira, às 14 horas e 30 minutos, e, às sextas-feiras, às 9 horas, pelo relógio do plenário, presentes no recinto pelo menos um vigésimo da composição do Senado, e terá a duração máxima de quatro horas, salvo prorrogação, ou no caso do disposto nos arts. 178 e 179. (*)

§ 1º Ao declarar aberta a sessão, o Presidente proferirá as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos”.

§ 2º Nos casos dos incisos I e IV do § 6º do art. 154, o Presidente declarará que não pode ser realizada a sessão, designando a Ordem do Dia para a seguinte, e despachando, independentemente de leitura, o expediente que irá integrar a ata da reunião a ser publicada no *Diário do Senado Federal*. (*)

§ 3º Havendo na Ordem do Dia matéria relevante que o justifique, a Presidência poderá adiar por até trinta minutos a abertura da sessão.

§ 4º Em qualquer fase da sessão, estando em plenário menos de um vigésimo da composição da Casa, o Presidente a suspenderá, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos, e se, ao fim desse prazo, permanecer a inexistência de número, a sessão será encerrada.

§ 5º Do período do tempo da sessão descontar-se-ão as suspensões ocorridas. (NR)

(*) Resolução nº 37/95

Seção II

Da Hora do Expediente

Art. 156. A primeira parte da sessão, que terá a duração de uma hora, será destinada à leitura do expediente e aos oradores inscritos na forma do disposto no art. 17.

§ 1º Constituem matéria da Hora do Expediente:

I – a apresentação de projeto, indicação, parecer ou requerimento não relacionado com as proposições constantes da Ordem do Dia;

II – as comunicações enviadas à Mesa pelos Senadores;

III – os pedidos de licença dos Senadores;

IV – os ofícios, moções, mensagens, telegramas, cartas, memoriais e outros documentos recebidos.

§ 2º O expediente será lido pelo Primeiro-Secretário, na íntegra ou em resumo, a juízo do Presidente, ressalvado a qualquer Senador o direito de requerer sua leitura integral.

Art. 157. Não será lido, nem constituirá objeto de comunicação em sessão pública, documento de caráter sigiloso, observando-se, quanto ao expediente dessa natureza, as seguintes normas:

I – se houver sido remetido ao Senado a requerimento de Senador, ainda que em cumprimento à manifestação do Plenário, o Presidente da Mesa dele dará conhecimento, em particular, ao requerente;

II – se a solicitação houver sido formulada por comissão, ao Presidente desta será encaminhado em sobrecarta fechada e rubricada pelo Presidente da Mesa;

III – se o documento se destinar a instruir o estudo de matéria em curso no Senado, tramitará em sobrecarta fechada, rubricada pelo Presidente da Mesa e pelos presidentes das comissões que dele tomarem conhecimento, feita na capa do processo a devida anotação.

Art. 158. O tempo que se seguir à leitura do expediente será destinado aos oradores da Hora do Expediente, podendo cada um dos inscritos usar da palavra pelo prazo máximo de vinte minutos.

§ 1º A Hora do Expediente poderá ser prorrogada pelo Presidente, uma única vez, pelo prazo máximo de quinze minutos, para que o orador

conclua seu discurso, caso não tenha esgotado o tempo de que disponha, ou para atendimento do disposto no § 2º, após o que a Ordem do Dia terá início impreterivelmente.

§ 2º Se algum Senador, antes do término da Hora do Expediente, solicitar à Mesa inscrição para manifestação de pesar, comemoração ou comunicação inadiável, explicação pessoal ou para justificar proposição a apresentar, o Presidente lhe assegurará o uso da palavra na prorrogação.

§ 3º No caso do § 2º, somente poderão usar da palavra três Senadores, dividindo a Mesa, igualmente, entre os inscritos, o tempo da prorrogação.

§ 4º As inscrições que não puderem ser atendidas em virtude do levantamento ou da não realização da sessão, comemoração especial, ou em virtude do disposto no § 5º, transferir-se-ão para a sessão do dia seguinte e as desta para a subsequente. (*)

§ 5º Havendo, na Ordem do Dia, matéria urgente compreendida no art. 336, I, não serão permitidos oradores na Hora do Expediente.

§ 6º Ressalvado o disposto no art. 160, II, não haverá prorrogação da Hora do Expediente, nem aplicação do disposto no § 2º, se houver número para votação ou se, na sessão, se deva verificar a presença de Ministro de Estado. (NR)

Art. 159. Na Hora do Expediente, só poderão ser objeto de deliberação requerimentos que não dependam de parecer das comissões, que não digam respeito a proposições constantes da Ordem do Dia ou os que o Regimento não determine sejam submetidos em outra fase da sessão.

Art. 160. O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente poderá ser dedicado a comemoração especial, em virtude de deliberação do Senado, obedecido, no que couber, o disposto no art. 199, observadas as seguintes normas: (**)

I – haverá inscrições especiais para a comemoração; (**)

II – o período da Hora do Expediente será automaticamente prorrogado, se ainda houver oradores para a comemoração; (**)

(*) Resolução nº 37/95

(**) Regulamentado pelo Ato da Mesa nº 1/97

III – se o tempo normal da Hora do Expediente não for consumido pela comemoração, serão atendidos os inscritos na forma do disposto no art. 17.^(*)

Art. 161. Terminados os discursos da Hora do Expediente, serão lidos os documentos que ainda existirem sobre a mesa.

Parágrafo único. Quando houver, entre os documentos a serem lidos, requerimentos a votar, e se mais de um Senador pedir a palavra para encaminhar a votação, esta ficará adiada para o fim da Ordem do Dia.

Seção III Da Ordem do Dia

Art. 162. A Ordem do Dia terá início, impreterivelmente, ao término do tempo destinado à Hora do Expediente, salvo prorrogação.

Art. 163. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, a juízo do Presidente, segundo sua antigüidade e importância, observada a seguinte seqüência:

I – medida provisória, a partir do 46^o (quadragésimo sexto) dia de sua vigência (Const., art. 62, § 6^o);^(**)

II – matéria urgente de iniciativa do Presidente da República, com prazo de tramitação esgotado (Const., art. 64, § 2^o);

III – matéria em regime de urgência do art. 336, I;

IV – matéria preferencial constante do art. 172, II, segundo os prazos ali previstos;

V – matéria em regime de urgência do art. 336, II;

VI – matéria em regime de urgência do art. 336, III;

VII – matéria em tramitação normal.^(***)

§ 1^o Nos grupos constantes dos incisos I a VII do *caput*, terão precedência:

I – as matérias de votação em curso sobre as de votação não iniciada;

II – as de votação sobre as de discussão em curso;

III – as de discussão em curso sobre as de discussão não iniciada.

(*) Regulamento do pelo Ato da Mesa nº 1/97

(**) Emenda à Constituição nº 32, de 2001, regulamentada pela Resolução nº 1, de 2002-CN

(***) Resolução nº 150/93

§ 2º Nos grupos das matérias em regime de urgência, obedecido o disposto no § 1º, a precedência será definida pela maior antigüidade da urgência.

§ 3º Nos grupos dos incisos IV e VII do *caput*, obedecido o disposto no § 1º, observar-se-á a seguinte seqüência:

I – as redações finais:

- a) de proposições da Câmara;
- b) de proposições do Senado;

II – as proposições da Câmara:

- a) as em turno suplementar;
- b) as em turno único;
- c) as em segundo turno;
- d) as em primeiro turno;

III – as proposições do Senado:

- a) as em turno suplementar;
- b) as em turno único;
- c) as em segundo turno;
- d) as em primeiro turno.

§ 4º Na seqüência constante do § 3º, serão observadas as seguintes normas:

I – nas proposições da Câmara, os projetos de lei precederão os de decreto legislativo;

II – nas proposições do Senado, a ordem de classificação será:

- a) projetos de lei;
- b) projetos de decreto legislativo;
- c) projetos de resolução;
- d) pareceres;
- e) requerimentos.

§ 5º Obedecido o disposto nos §§ 1º, 3º e 4º, a precedência será definida pela maior antigüidade no Senado.

§ 6º Os projetos de código serão incluídos com exclusividade em Ordem do Dia. (NR)

Art. 164. Os projetos regulando a mesmamatéria (art. 258), figurarão na Ordem do Dia em série, iniciada pela proposição preferida pela comissão competente, de maneira que a decisão do Plenário sobre esta prejudgue as demais.

Art. 165. Os pareceres sobre escolha de autoridades (art. 383) serão incluídos, em série, no final da Ordem do Dia.

Art. 166. Constarão da Ordem do Dia as matérias não apreciadas da pauta da sessão deliberativa ordinária anterior, com precedência sobre outras dos grupos a que pertençam. (NR)^(*)

Art. 167. Ao ser designada a Ordem do Dia, qualquer Senador poderá sugerir ao Presidente a inclusão de matérias em condições de nela figurar (art. 171).

Parágrafo único. Nenhuma matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia sem que tenha sido efetivamente publicada no *Diário do Senado Federal* e em avulsos, no mínimo, com dez dias de antecedência.

Art. 168. Salvo em casos especiais, assim considerados pela Presidência, não constarão, das Ordens do Dia das sessões das segundas e sextas-feiras, matérias em votação.

Parágrafo único. O princípio estabelecido neste artigo aplica-se ainda às matérias que tenham sua discussão encerrada nas sessões ordinárias das segundas e sextas-feiras.

Art. 169. Somente poderão ser incluídas na Ordem do Dia, para deliberação do Plenário, em cada sessão legislativa, as proposições protocoladas junto à Secretaria-Geral da Mesa até a data de 30 de novembro.

Parágrafo único. Ficam ressalvadas do disposto neste artigo as matérias da competência privativa do Senado Federal relacionadas no art. 52 da Constituição e, em casos excepcionais, até três matérias, por decisão da Presidência e consenso das lideranças.

Art. 170. A Ordem do Dia será anunciada ao término da sessão anterior, publicada no *Diário do Senado Federal* e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a sessão respectiva.

§ 1º Não será designada Ordem do Dia para a primeira sessão de cada sessão legislativa.

(*) Resolução nº 37/95

§ 2º Nos avulsos da Ordem do Dia deverão constar:

I – os projetos em fase de recebimento de emendas perante a Mesa ou comissão;

II – os projetos em fase de apresentação do recurso a que se refere o art. 91, § 4º;

III – as proposições que deverão figurar em Ordem do Dia nas três sessões deliberativas ordinárias seguintes.^(*)

§ 3º Nos dados referidos no § 2º, haverá indicação expressa dos prazos, número de dias transcorridos e, no caso do inciso I, da comissão que deverá receber as emendas. (NR)

Art. 171. Amatéria dependente de exame das comissões só será incluída em Ordem do Dia depois de emitidos os pareceres, lidos na Hora do Expediente, publicados no *Diário do Senado Federal* e distribuídos em avulsos, observado o interstício regimental (arts. 280 e 281).

Art. 172. A inclusão em Ordem do Dia de proposição em rito normal, sem que esteja instruída com pareceres das comissões a que houver sido distribuída, só é admissível nas seguintes hipóteses:

I – por deliberação do Plenário, se a única ou a última comissão a que estiver distribuída não proferir o seu parecer no prazo regimental;

II – por ato do Presidente, quando se tratar:

a) (Revogado)^(**)

b) de projeto de lei ânua ou que tenha por fim prorrogar prazo de lei, se faltarem dez dias, ou menos, para o término de sua vigência ou da sessão legislativa, quando o fato deva ocorrer em período de recesso do Congresso, ou nos dez dias que se seguirem à instalação da sessão legislativa subsequente;

c) de projeto de decreto legislativo referente a tratado, convênio ou acordo internacional, se faltarem dez dias, ou menos, para o término do prazo no qual o Brasil deva manifestar-se sobre o ato em apreço;

d) de projetos com prazo, se faltarem vinte dias para o seu término.

(*) Resolução nº 37/95

(**) Resolução nº 2/95 – CN

Parágrafo único. Nas hipóteses do inciso II, *c e d*, o projeto emendado voltará à Ordem do Dia na segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, salvo se o encerramento da discussão se der no penúltimo dia do prazo ou da sessão legislativa, hipótese em que a matéria terá a mesma tramitação prevista para o caso do art. 336, II. (NR)^(*)

Art. 173. Nenhum projeto poderá ficar sobre a mesa por mais de um mês sem figurar em Ordem do Dia, salvo para diligência aprovada pelo Plenário.

Art. 174. Em casos excepcionais, assim considerados pela Mesa, e nos sessenta dias que precederem as eleições gerais, poderão ser dispensados, ouvidas as lideranças partidárias, os períodos correspondentes à Hora do Expediente ou à Ordem do Dia.

Art. 175. A seqüência dos trabalhos da Ordem do Dia não poderá ser alterada senão:

- I – para posse de Senador;
- II – para leitura de mensagem, ofício ou documento sobre matéria urgente;
- III – para pedido de urgência nos casos do art. 336, I;
- IV – em virtude de deliberação do Senado, no sentido de adiamento ou inversão da Ordem do Dia;
- V – pela retirada de qualquer matéria, para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão nos avulsos e para sanar falhas de instrução;
- VI – para constituição de série, em caso de votação secreta;
- VII – nos casos previstos no art. 304.

Art. 176. Esgotada a Ordem do Dia, o tempo que restar para o término da sessão será destinado, preferencialmente, ao uso da palavra pelas lideranças e, havendo tempo, pelos oradores inscritos na forma do disposto no art. 17.

Seção IV

Do Término do Tempo da Sessão

Art. 177. Esgotado o tempo da sessão ou ultimadas a Ordem do Dia e os discursos posteriores a esta, o Presidente a encerrará.

Art. 178. Se o término do tempo da sessão ocorrer quando iniciada uma votação, esta será ultimada independentemente de pedido de prorrogação.

(*) Resolução^a 37/95

Art. 179. Estando em apreciação matéria constante do art. 336, I e II, a sessão só poderá ser encerrada quando ultimada a deliberação.

Seção V **Da Prorrogação da Sessão**

Art. 180. A prorrogação da sessão poderá ser concedida pelo Plenário, em votação simbólica, antes do término do tempo regimental:

I – por proposta do Presidente;

II – a requerimento de qualquer Senador.

§ 1^o A prorrogação será sempre por prazo fixo, que não poderá ser restringido, salvo por falta de matéria a tratar ou de número para o prosseguimento da sessão.

§ 2^o Se houver orador na tribuna, o Presidente o interromperá para consulta ao Plenário sobre a prorrogação.

§ 3^o Não será permitido encaminhamento da votação do requerimento.

§ 4^o Antes de terminada uma prorrogação, poderá ser requerida outra.

Art. 181. O tempo que restar para o término da prorrogação será destinado à votação de matérias cuja discussão esteja encerrada.

Seção VI **Da Assistência à Sessão**

Art. 182. Em sessões públicas, além dos Senadores, só serão admitidos no plenário os Suplentes de Senadores, os Deputados Federais, os ex-Senadores, entre estes incluídos os Suplentes de Senador que tenham exercido o mandato, os Ministros de Estado, quando comparecerem para os fins previstos neste Regimento, e os funcionários do Senado em objeto de serviço.^(*)

Art. 183. Durante as sessões públicas, não é permitida a presença, na bancada da imprensa, de pessoa a ela estranha.

Art. 184. É permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas, do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nelas se passar.

(*) Ver Ato Conjunto nº 1/98 e Ato da Comissão Diretora nº 9/99

Parágrafo único. A qualquer pessoa é vedado fumar no recinto do plenário. (NR)^(*)

Art. 185. Em sessão secreta, somente os Senadores terão ingresso no plenário e dependências anexas, ressalvados o disposto no parágrafo único do art. 192 e os casos em que o Senado conceda autorização a outras pessoas para a ela assistirem, mediante proposta da Presidência ou de líder.

Seção VII **Da Divulgação das Sessões^(**)**

Art. 186. A reportagem fotográfica no recinto, a irradiação sonora, a filmagem e a transmissão em televisão das sessões dependem de autorização do Presidente do Senado.

Seção VIII **Da Sessão Deliberativa Extraordinária^(***)**

Art. 187. A sessão deliberativa extraordinária, convocada de ofício pelo Presidente ou por decisão do Senado, terá o mesmo rito e duração da ordinária.^(***)

Parágrafo único. A Hora do Expediente de sessão deliberativa extraordinária não excederá a trinta minutos. (NR)^(***)

Art. 188. Em sessão deliberativa extraordinária, só haverá oradores, antes da Ordem do Dia, caso não haja número para as deliberações. (NR)^(***)

Art. 189. O Presidente prefixará dia, horário e Ordem do Dia para a sessão deliberativa extraordinária, dando-os a conhecer, previamente, ao Senado, em sessão ou através de qualquer meio de comunicação.^(***)

Parágrafo único. Não é obrigatória a inclusão, na Ordem do Dia de sessão deliberativa extraordinária, de matéria não ultimada na sessão anterior, ainda que em regime de urgência ou em curso de votação. (NR)^(***)

CAPÍTULO III **DA SESSÃO SECRETA**

Art. 190. A sessão secreta será convocada pelo Presidente, de ofício ou mediante requerimento.

(*) Resolução nº 94/92

(**) Ver Resoluções nº 24/95 e 60/96 (TV e Rádio Senado)

(***) Resolução nº 37/95

Parágrafo único. A finalidade da sessão secreta deverá figurar expressamente no requerimento, mas não será divulgada, assim como o nome do requerente.

Art. 191. Recebido o requerimento a que se refere o art. 190, o Senado passará a funcionar secretamente para a sua votação; se aprovado, e desde que não haja data prefixada, a sessão secreta será convocada para o mesmo dia ou para o dia seguinte.

Art. 192. Na sessão secreta, antes de se iniciarem os trabalhos, o Presidente determinará a saída do plenário, tribunas, galerias e respectivas dependências, de todas as pessoas estranhas, inclusive funcionários da Casa.

Parágrafo único. O Presidente poderá admitir na sessão, a seu juízo, a presença dos servidores que julgar necessários.

Art. 193. No início dos trabalhos de sessão secreta, deliberar-se-á se o assunto que motivou a convocação deverá ser tratado secreta ou publicamente, não podendo esse debate exceder a quinze minutos, sendo permitido a cada orador usar da palavra por três minutos, de uma só vez. No primeiro caso, prosseguirão os trabalhos secretamente; no segundo, serão levantados para que o assunto seja, oportunamente, apreciado em sessão pública.

Art. 194. Antes de encerrar-se uma sessão secreta, o Plenário resolverá, por simples votação e sem debate, se deverão ser conservados em sigilo ou publicados o resultado, o nome dos que requereram a convocação e, nos casos do art. 135, os pareceres e demais documentos constantes do processo.

Art. 195. Ao Senador que houver participado dos debates em sessão secreta é permitido reduzir por escrito o seu discurso, no prazo de vinte e quatro horas, para ser arquivado com a ata.

Art. 196. A sessão secreta terá a duração de quatro horas, salvo prorrogação.

Art. 197. Transformar-se-á em secreta a sessão:

I – obrigatoriamente, quando o Senado tiver de se manifestar sobre:

a) declaração de guerra (Const., art. 49, II);

b) acordo sobre a paz (Const., art. 49, II);

c) perda de mandato (Const., art. 55) ou suspensão de imunidade de Senador durante o estado de sítio (Const., art. 53, § 7^a);

d) escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente (Const., art. 52, IV);

e) requerimento para realização de sessão secreta (art. 191).

II – por deliberação do Plenário, mediante proposta da Presidência ou a requerimento de qualquer Senador.

§ 1º Esgotado o tempo da sessão ou cessado o motivo de sua transformação em secreta, voltará a ser pública, para prosseguimento dos trabalhos ou para designação da Ordem do Dia da sessão seguinte.

§ 2º O período em que o Senado funcionar secretamente não será descontado da duração total da sessão.

Art. 198. Somente em sessão secreta poderá ser dado a conhecer, ao Plenário, documento de natureza sigilosa.

CAPÍTULO IV DA SESSÃO ESPECIAL^(*)

Art. 199. O Senado poderá interromper sessão ou realizar sessão especial para comemoração ou recepção de altas personalidades, a juízo do Presidente ou por deliberação do Plenário, mediante requerimento de seis Senadores.^(**)

§ 1º Em sessão especial, poderão ser admitidos convidados à mesa e no plenário.

§ 2º O parlamentar estrangeiro só será recebido em plenário se o Parlamento do seu país der tratamento igual aos Congressistas brasileiros que o visitem. (NR)

Art. 200. A sessão especial, que independe de número, será convocada em sessão ou através do *Diário do Senado Federal*, e nela somente usarão da palavra os oradores previamente designados pelo Presidente.

(*) Regulação pelo Ato da Mesa nº 1/97

(**) Resolução nº 37/95

CAPÍTULO V DAS ATAS E DOS ANAIS DAS SESSÕES

Seção I Das Atas

Art. 201. Será elaborada ata circunstanciada de cada sessão, contendo, entre outros, os incidentes, debates, declarações da Presidência, listas de presença e chamada, texto das matérias lidas ou votadas e os discursos, a qual constará, salvo se secreta, do *Diário do Senado Federal*, que será publicado diariamente, durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, e, eventualmente, nos períodos de recesso, sempre que houver matéria para publicação.

§ 1º Não havendo sessão, nos casos do art. 154, § 6º, I e IV, será publicada ata da reunião, que conterà os nomes do Presidente, dos Secretários e dos Senadores presentes, e o expediente despachado. (*)

§ 2º Quando o discurso, requisitado para revisão, não for restituído à Taquigrafia até às dezoito horas do dia seguinte, deixará de ser incluído na ata da sessão respectiva, onde figurará nota explicativa a respeito, no lugar a ele correspondente.

§ 3º Se, ao fim de trinta dias, o discurso não houver sido restituído, a publicação se fará pela cópia arquivada nos serviços taquigráficos, com nota de que não foi revisto pelo orador. (NR)

Art. 202. Constarão, também, da ata:

I – por extenso:

a) as mensagens ou ofícios do Governo ou da Câmara dos Deputados, salvo quando relativos à sanção de projetos, devolução de autógrafos ou agradecimento de comunicação;

b) as proposições legislativas e declarações de voto;

II – em súmula, todos os demais documentos lidos na Hora do Expediente, salvo deliberação do Senado ou determinação da Presidência.

Parágrafo único. As informações e documentos de caráter sigiloso não terão publicidade.

(*) Resolução nº 37/95

Art. 203. É permitido ao Senador enviar à Mesa, para publicação no *Diário do Senado Federal* e inclusão nos Anais, o discurso que deseje proferir na sessão, dispensada a sua leitura.

Art. 204. Quando o esclarecimento da Presidência sobre questão regimental ou discurso de algum Senador forem lidos, constará da ata a indicação de o terem sido.

Art. 205. A ata registrará, em cada momento, a substituição ocorrida em relação à Presidência da sessão.

Parágrafo único. Quando a substituição na Presidência se der durante discurso, far-se-á o registro no fim deste.

Art. 206. Na ata, o nome do Presidente será registrado, entre parênteses, em seguida às palavras: “O Sr. Presidente”.

Art. 207. Os pedidos de retificação e as questões de ordem sobre a ata serão decididos pela Presidência.

Art. 208. A ata de sessão secreta será redigida pelo Segundo-Secretário, aprovada com qualquer número, antes de levantada a sessão, assinada pelo Presidente, Primeiro e Segundo-Secretários, encerrada em sobrecarta lacrada, datada e rubricada pelos Secretários, e recolhida ao arquivo.

§ 1º O discurso a que se refere o art. 195 será arquivado com a ata e os documentos referentes à sessão, em segunda sobrecarta, igualmente lacrada.

§ 2º O desarquivamento dos documentos referidos no § 1º, só poderá ser feito mediante requisição da Presidência.

Seção II Dos Anais

Art. 209. Os trabalhos das sessões serão organizados em anais, por ordem cronológica, para distribuição aos Senadores.

Art. 210. A transcrição de documento no *Diário do Senado Federal*, para que conste dos Anais, é permitida:

I – quando constituir parte integrante de discurso de Senador;

II – quando aprovada pelo Plenário, a requerimento de qualquer Senador.

§ 1º O requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora antes de sua inclusão em Ordem do Dia.

§ 2º Se o documento corresponder a mais de cinco páginas do *Diário do Senado Federal*, o espaço excedente desse limite será custeado pelo orador ou requerente, cabendo à Comissão Diretora orçar o custo da publicação.

TÍTULO VIII

DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULOS:

I – DAS ESPÉCIES

Seção I – Das Propostas de Emenda à Constituição

Seção II – Dos Projetos

Seção III – Dos Requerimentos

Subseção I – Disposições Gerais

Subseção II – Dos Requerimentos de Informações

**Subseção III – Dos Requerimentos de Homenagem
de Pesar**

**Subseção IV – Dos Requerimentos de Voto de Aplau-
so ou Semelhante**

Seção IV – Das Indicações

Seção V – Dos Pareceres

Seção VI – Das Emendas

II – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

III – DA LEITURA DAS PROPOSIÇÕES

IV – DA AUTORIA

V – DA NUMERAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

VI – DO APOIAMENTO DAS PROPOSIÇÕES

VII – DA PUBLICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

VIII – DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

IX – DA RETIRADA DAS PROPOSIÇÕES

- X – DA TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO DAS PROPOSIÇÕES
- XI – DOS PROCESSOS REFERENTES ÀS PROPOSIÇÕES
- XII – DAS SINOPSES E RESENHAS DAS PROPOSIÇÕES
- XIII – DA APRECIACÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I – Dos Turnos

Seção II – Da Discussão

Subseção I – Disposições Gerais

Subseção II – Do Encerramento da Discussão

Subseção III – Da Dispensa da Discussão

Subseção IV – Da Proposição Emendada

Subseção V – Do Adiamento da Discussão

Seção III – Do Interstício

Seção IV – Do Turno Suplementar

Seção V – Das Emendas da Câmara a Projeto do Senado

Seção VI – Da Votação

Subseção I – Do *Quorum*

Subseção II – Das Modalidades de Votação

a) Disposições Gerais

b) Da Votação Ostensiva

c) Da Votação Secreta

Subseção III – Da Proclamação do Resultado da Votação

Subseção IV – Do Processamento da Votação

Subseção V – Do Encaminhamento da Votação

Subseção VI – Da Preferência

Subseção VII – Do Destaque

Subseção VIII – Do Adiamento da Votação

Subseção IX – Da Declaração do Voto

- XIV – DA REDAÇÃO DO VENCIDO E DA REDAÇÃO FINAL
- XV – DA CORREÇÃO DE ERRO
- XVI – DOS AUTÓGRAFOS
- XVII – DAS PROPOSIÇÕES DE LEGISLATURAS ANTERIORES
- XVIII – DA PREJUDICIALIDADE
- XIX – DO SOBRESTAMENTO DO ESTUDO DAS PROPOSIÇÕES
- XX – DA URGÊNCIA
 - Seção I – Disposições Gerais**
 - Seção II – Do Requerimento de Urgência**
 - Seção III – Da Apreciação de Matéria Urgente**
 - Seção IV – Da Extinção da Urgência**
 - Seção V – Da Urgência que Independe de Requerimento**

TÍTULO VIII DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I DAS ESPÉCIES

Art. 211. Consistem as proposições em:^(*)

- I – propostas de emenda à Constituição;
- II – projetos;
- III – requerimentos;
- IV – indicações;
- V – pareceres;
- VI – emendas.

Seção I Das Propostas de Emenda à Constituição

Art. 212. Poderão ter tramitação iniciada no Senado propostas de emenda à Constituição de iniciativa:^(**)

- I – de um terço, no mínimo, de seus membros (Const., art. 60, I);
- II – de mais da metade das Assembleias Legislativas das Unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros (Const., art. 60, III).

Seção II Dos Projetos

Art. 213. Os projetos compreendem:

- I – projeto de lei, referente a matéria da competência do Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República (Const., art. 48);^(***)
- II – projeto de decreto legislativo, referente a matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49);

(*) Ver Parecern^o 252, de 1990

(**) Ver Parecern^o 692, de 1995

(***) Ver Parecern^o 527, de 1998

III – projeto de resolução sobre matéria da competência privativa do Senado (Const., art. 52).

Seção III **Dos Requerimentos**

Subseção I **Disposições Gerais**

Art. 214. O requerimento poderá ser oral ou escrito.

Parágrafo único. É oral e despachado pelo Presidente o requerimento:

I – de leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

II – de retificação da ata;

III – de inclusão em Ordem do Dia de matéria em condições regimentais de nela figurar;

IV – de permissão para falar sentado.

Art. 215. São escritos os requerimentos não referidos no art. 214 e dependem de votação por maioria simples, presente a maioria da composição do Senado, salvo os abaixo especificados:

I – dependentes de decisão da Mesa:

a) de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República (Const., art. 50, § 2^o);^(*)

b) de licença (arts. 13 e 43);^(**)

II – dependentes de despacho do Presidente:

a) de publicação de informações oficiais no *Diário do Senado Federal*;

b) de esclarecimentos sobre atos da administração interna do Senado;

c) de retirada de indicação ou requerimento;

d) dereconstituição de proposição;

III – dependentes de votação com a presença, no mínimo, de um décimo da composição do Senado:

(*) Emenda Constitucional de Revisão^o 2, de 1994

(**) Resolução^o 37/95

- a) (Revogado)^(*)
- b) de prorrogação do tempo da sessão;
- c) de homenagem de pesar, inclusive levantamento da sessão;

Subseção II

Dos Requerimentos de Informações (Const., art. 50, § 2º)^() ^(***)**

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

IV – se deferidos, serão solicitadas, à autoridade competente, as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. Se indeferido, irá ao Arquivo, feita comunicação ao Plenário;

V – as informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.^(*)

§ 2º Aplicam-se, no que couber, as disposições do § 1º ao caso de fornecimento de informações falsas. (NR)

(*) Resolução nº 37/95

(**) Regula menta do pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001

(***) Ver Lei Complementar nº 105, de 2001

Art. 217. O requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

Subseção III

Dos Requerimentos de Homenagem de Pesar

Art. 218. O requerimento de inserção em ata de voto de pesar só é admissível por motivo de luto nacional decretado pelo Poder Executivo, ou por falecimento de:

I – pessoa que tenha exercido o cargo de Presidente ou Vice-Presidente da República;

II – ex-membro do Congresso Nacional;

III – pessoa que exerça ou tenha exercido o cargo de:

a) Ministro do Supremo Tribunal Federal;

b) Presidente de Tribunal Superior da União;

c) Presidente do Tribunal de Contas da União;

d) Ministro de Estado;

e) Governador, Presidente de Assembléia Legislativa ou de Tribunal de Justiça estadual;

f) Governador de Território ou do Distrito Federal;

IV – Chefe de Estado ou de governo estrangeiro;

V – Chefe de Missão Diplomática de país estrangeiro acreditada junto ao Governo Brasileiro;

VI – Chefe de Missão Diplomática do Brasil junto a governo estrangeiro, falecido no posto;

VII – personalidade de relevo na vida político-administrativa internacional.

Art. 219. Ao serem prestadas homenagens de pesar, poderá ser observado um minuto de silêncio, em memória do extinto, após usarem da palavra todos os oradores.

Art. 220. O requerimento de levantamento da sessão, por motivo de pesar, só é permitido em caso de falecimento do Presidente da República, do Vice-Presidente da República ou de membro do Congresso Nacional.

Art. 221. Além das homenagens previstas nos arts. 218 a 220, o Plenário poderá autorizar:

I – a apresentação de condolências à família do falecido, ao Estado do seu nascimento ou ao em que tenha exercido a sua atividade, ao partido político e a altas entidades culturais a que haja pertencido;

II – a representação nos funerais e cerimônias levadas a efeito em homenagem à memória do extinto.

Subseção IV **Dos Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante**

Art. 222. O requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

§ 1^o Lido na Hora do Expediente, o requerimento será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou à de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conforme o caso.

§ 2^o O requerimento será incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa imediata àquela em que for lido o respectivo parecer.^(*)

§ 3^o A Mesa só se associará a manifestações de regozijo ou pesar quando votadas pelo Plenário. (NR)

Art. 223. Ao requerimento de voto de censura, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 222.

Seção IV **Das Indicações**

Art. 224. Indicação corresponde a sugestão de Senador ou comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa.

(*) Resolução nº 37/95

Art. 225. A indicação não poderá conter:

I – consulta a qualquer comissão sobre:

a) interpretação ou aplicação de lei;

b) ato de outro Poder;

II – sugestão ou conselho a qualquer Poder.

Art. 226. Lida na Hora do Expediente, a indicação será encaminhada à comissão competente.

Art. 227. A indicação não será discutida nem votada pelo Senado. A deliberação tomará por base a conclusão do parecer da comissão.

Parágrafo único. Se a indicação for encaminhada a mais de uma comissão e os pareceres forem discordantes nas suas conclusões, será votado, preferencialmente, o da que tiver mais pertinência regimental para se manifestar sobre a matéria. Em caso de competência concorrente, votar-se-á, preferencialmente, o último, salvo se o Plenário decidir o contrário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão.

Seção V Dos Pareceres

Art. 228. Constitui proposição o parecer que deva ser discutido e votado pelo Plenário, quando não concluir pela apresentação de projeto, requerimento ou emenda.

Parágrafo único. Para discussão e votação, o parecer será incluído em Ordem do Dia.

Art. 229. Se houver mais de um parecer, de conclusões discordantes, sobre a mesma matéria, a ser submetida ao Plenário, proceder-se-á de acordo com a norma estabelecida no art. 227, parágrafo único.

Seção VI Das Emendas

Art. 230. Não se admitirá emenda:

I – sem relação com a matéria da disposição que se pretenda emendar;

II – em sentido contrário à proposição quando se trate de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei ou de resolução;

III – que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas, de sorte que a aprovação, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros;

IV – que importe aumento da despesa prevista (Const., art. 63):

a) nos projetos de iniciativa do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, §§ 3º e 4º, da Constituição (Const., art. 63, I);

b) nos projetos sobre organização dos serviços administrativos do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público (Const., art. 63, II).

Art. 231. Às comissões é admitido oferecer subemendas, as quais não poderão conter matéria estranha à das respectivas emendas.

Art. 232. A emenda não adotada pela comissão (art. 124, I) poderá ser renovada em plenário, salvo sendo unânime o parecer pela rejeição.

Art. 233. Nenhuma emenda será aceita sem que o autor a tenha justificado por escrito ou oralmente.

Parágrafo único. A justificação oral de emenda em plenário deverá ser feita no prazo que seu autor dispuser para falar na Hora do Expediente da sessão.

Art. 234. A emenda que altere apenas a redação da proposição será submetida às mesmas formalidades regimentais de que dependerem as pertinentes ao mérito.

Parágrafo único. Quando houver dúvidas sobre se a emenda apresentada como de redação atinge a substância da proposição, ouvir-se-á a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CAPÍTULO II DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 235. A apresentação de proposição será feita:

I – perante comissão, quando se tratar de emenda apresentada de acordo com o disposto no art. 122;

II – perante a Mesa, no prazo de cinco dias úteis, quando se tratar de emenda a: (*)

a) projeto de alteração ou reforma do Regimento Interno;

(*) Resolução nº 37/95

b) projeto de decreto legislativo referente a prestação de contas do Presidente da República;

c) projetos apreciados pelas comissões com poder terminativo, quando houver interposição de recurso;

d) projeto, em turno único, que obtiver parecer favorável, quanto ao mérito, das comissões;

e) projeto, em turno único, que obtiver parecer contrário, quanto ao mérito, das comissões, desde que admitido recurso para sua tramitação;

f) projetos de autoria de comissão;

III – em plenário, nos seguintes casos:

a) na Hora do Expediente:

1 – emenda a matéria a ser votada nessa fase da sessão;

2 – indicação;

3 – projeto;

4 – requerimento que, regimentalmente, não deva ser apresentado em outra fase da sessão;

b) na Ordem do Dia:

1 – requerimento que diga respeito a ordenação das matérias da Ordem do Dia ou a proposição dela constante;

2 – emenda a projeto em turno suplementar, ao anunciar-se sua discussão;

c) após a Ordem do Dia – requerimento de:

1 – inclusão, em Ordem do Dia, de matéria em condições de nela figurar;

2 – dispensa de publicação de redação final para imediata deliberação do Plenário;

d) na fase da sessão em que a matéria respectiva foi anunciada – requerimento de:

1 – adiamento de discussão ou votação;

2 – encerramento de discussão;

- 3 – dispensa de discussão;
 - 4 – votação por determinado processo;
 - 5 – votação em globo ou parcelada;
 - 6 – destaque de dispositivo ou emenda para aprovação, rejeição, votação em separado ou constituição de proposição autônoma;
 - 7 – retirada de proposição constante da Ordem do Dia;
- e) em qualquer fase da sessão – requerimento de:
- 1 – leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Senado;
 - 2 – permissão para falar sentado;
- f) antes do término da sessão, requerimento de prorrogação desta. (NR)

Art. 236. As proposições devem ser escritas em termos concisos e claros e divididas, sempre que possível, em artigos, parágrafos, incisos e alíneas.^(*)

Art. 237. Os projetos, pareceres e indicações devem ser encimados por ementa.^(*)

Art. 238. As proposições, salvo os requerimentos, devem ser acompanhadas de justificação oral ou escrita, observado o disposto no parágrafo único do art. 233.

Parágrafo único. Havendo várias emendas do mesmo autor, dependentes de justificação oral, é lícito justificá-las em conjunto.

Art. 239. Qualquer proposição autônoma será sempre acompanhada de transcrição, na íntegra ou em resumo, das disposições de lei invocadas em seu texto.

Art. 240. As matérias constantes de projeto de lei rejeitado somente poderão ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros do Senado (Const., art. 67).

CAPÍTULO III DA LEITURA DAS PROPOSIÇÕES

Art. 241. As proposições que devam ser objeto de imediata deliberação do Plenário serão lidas integralmente, sendo as demais anunciadas em súmula.

(*) Ver Lei Complementar nº 95, de 1998

Art. 242. O projeto ou requerimento de autoria individual de Senador, salvo requerimento de licença e de autorização para o desempenho de missão, só será lido quando presente seu autor.

CAPÍTULO IV DA AUTORIA

Art. 243. Considera-se autor da proposição o seu primeiro signatário quando a Constituição ou este Regimento não exija, para a sua apresentação, número determinado de subscritores, não se considerando, neste último caso, assinaturas de apoio.

Art. 244. Ao signatário de proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da publicação.

Parágrafo único. Nos casos de proposição dependente de número mínimo de subscritores, se, com a retirada de assinatura, esse limite não for alcançado, o Presidente a devolverá ao primeiro signatário, dando conhecimento do fato ao Plenário.

Art. 245. Considera-se de comissão a proposição que, com esse caráter, for por ela apresentada.

Parágrafo único. A proposição de comissão deve ser assinada pelo seu Presidente e membros, totalizando, pelo menos, a maioria da sua composição.

CAPÍTULO V DA NUMERAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 246. As proposições serão numeradas de acordo com as seguintes normas:

I – terão numeração anual, em séries específicas:

a) as propostas de emenda à Constituição;

b) os projetos de lei da Câmara;

c) os projetos de lei do Senado;

d) os projetos de decreto legislativo, com especificação da Casa de origem;

e) os projetos de resolução;

f) os requerimentos;

g) as indicações;

h) os pareceres;

II – as emendas serão numeradas, em cada turno, pela ordem dos artigos da proposição emendada, guardada a seqüência determinada pela sua natureza, a saber: supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas;

III – as subemendas de comissão figurarão ao fim da série das emendas de sua iniciativa, subordinadas ao título “subemendas”, com a indicação das emendas a que correspondam. Quando à mesma emenda forem apresentadas várias subemendas, estas terão numeração ordinal em relação à emenda respectiva;

IV – as emendas da Câmara serão anexadas ao processo do projeto primitivo e tramitarão com o número deste.

§ 1º Os projetos de lei complementar tramitarão com essa denominação.

§ 2º Nas publicações referentes aos projetos em revisão, mencionar-se-á, entre parênteses, o número na Casa de origem, em seguida ao que lhe couber no Senado.

§ 3º Ao número correspondente a cada emenda de comissão acrescentar-se-ão as iniciais desta.

§ 4º A emenda que substituir integralmente o projeto terá, em seguida ao número, entre parênteses, a indicação “substitutivo”.

CAPÍTULO VI DO APOIAMENTO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 247. A proposição apresentada em plenário só será submetida a apoio por solicitação de qualquer Senador.

Art. 248. A votação de apoio não será encaminhada, salvo se algum Senador pedir a palavra para combatê-lo, caso em que o encaminhamento ficará adstrito a um Senador de cada partido ou bloco parlamentar.

Parágrafo único. O *quorum* para aprovação do apoio é de um décimo da composição do Senado.

CAPÍTULO VII DA PUBLICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 249. Toda proposição apresentada ao Senado será publicada no *Diário do Senado Federal*, na íntegra, acompanhada, quando for o caso, da justificação e da legislação citada.

Art. 250. Será publicado em avulsos, para distribuição aos Senadores e comissões, o texto de toda proposição apresentada ao Senado.

Parágrafo único. Ao fim da fase de instrução da matéria serão publicados em avulsos os pareceres proferidos, neles se incluindo:

I – o texto das emendas, caso não tenham sido publicadas em avulso especial;

II – os votos em separado;

III – as informações prestadas sobre a matéria pelos órgãos consultados;

IV – os relatórios e demais documentos referidos no art. 261, § 1º.

CAPÍTULO VIII DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 251. Cada proposição, salvo emenda, terá curso próprio.

Art. 252. Lida perante o Plenário, a proposição será objeto:

I – de decisão da Mesa, no caso do art. 215, I;

II – de decisão do Presidente, nos casos do art. 214, parágrafo único, e art. 215, II;

III – de deliberação de comissão, na forma do art. 91;

IV – de deliberação do Plenário, nos demais casos.

Art. 253. Antes da deliberação do Plenário, haverá manifestação das comissões competentes para estudo da matéria.

Parágrafo único. Quando se tratar de requerimento, só serão submetidos à apreciação das comissões os seguintes:

I – de voto de censura, de aplauso ou semelhante (arts. 222 e 223);

II – de sobrestamento do estudo de proposição (art. 335, parágrafo único).

Art. 254. Quando os projetos receberem pareceres contrários, quanto ao mérito, serão tidos como rejeitados e arquivados definitivamente, salvo recurso de um décimo dos membros do Senado no sentido de sua tramitação.

Parágrafo único. A comunicação do arquivamento será feita pelo Presidente, em plenário, podendo o recurso ser apresentado no prazo de dois dias úteis contado da comunicação. (NR)^(*)

Art. 255. Adeliberação do Senado será:

I – na mesma sessão, após a matéria constante da Ordem do Dia, nos requerimentos que solicitem:

- a) urgência no caso do art. 336, II;^(**)
- b) realização de sessão deliberativa extraordinária, especial ou secreta;^(*)
- c) (Revogado)^(***)

II – mediante inclusão em Ordem do Dia, quando se tratar de:

- a) projeto;
- b) parecer;
- c) requerimento de:

1 – urgência do art. 336, III;^(**)

2 – publicação de documento no *Diário do Senado Federal* para transcrição nos Anais;

3 – inclusão em Ordem do Dia de matéria que não tenha recebido parecer no prazo regimental (art. 172, I);

4 – audiência de comissão que não tenha oferecido parecer no prazo regimental (art. 119, parágrafo único);

5 – dispensa de parecer da comissão que haja esgotado o prazo a ela destinado (art. 119, *caput*);

6 – constituição de comissão temporária;

7 – voto de censura, de aplauso ou semelhante (arts. 222 e 223);

8 – tramitação em conjunto, de projeto regulando a mesma matéria (art. 258);

(*) Resolução^a 37/95

(**) Resolução^a 150/93

(***) Resolução^a 37/92

9 – comparecimento, ao plenário, de Ministro de Estado e titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República (Const., art. 50);^(*)

10 – retirada de proposição não constante da Ordem do Dia (art. 256, § 2º, II, b);

11 – sobrestamento do estudo de proposição;

12 – remessa a determinada comissão de matéria despachada a outra.^(**)

III – imediata, nos requerimentos não constantes dos incisos I e II.

Parágrafo único. Ao ser anunciado o requerimento constante do inciso II, c, 3, será dada a palavra ao Presidente da Comissão em que se ache o projeto para se manifestar sobre a providência requerida. (NR)

CAPÍTULO IX DA RETIRADA DAS PROPOSIÇÕES

Art. 256. A retirada de proposições em curso no Senado é permitida:

I – a de autoria de um ou mais Senadores, mediante requerimento do único signatário ou do primeiro deles;

II – a de autoria de comissão, mediante requerimento de seu Presidente ou do Relator da matéria, com a declaração expressa de que assim procede devidamente autorizado.

§ 1º O requerimento de retirada de proposição só poderá ser recebido antes de iniciada a votação e, quando se tratar de emenda, antes de iniciada a votação da proposição principal.

§ 2º Lido, o requerimento será:

I – despachado pelo Presidente, quando se tratar da retirada de requerimento ou indicação;

II – submetido à deliberação do Plenário:

a) imediatamente, se a matéria constar da Ordem do Dia;

b) mediante inclusão em Ordem do Dia, se a matéria não constar da pauta dos trabalhos da sessão, com distribuição prévia dos avulsos do requerimento e da proposição.

(*) Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994

(**) Resolução nº 37/92

Art. 257. Quando, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o relator se pronunciar pela inconstitucionalidade ou injuridicidade da proposição, é permitida sua retirada, antes de proferido o parecer definitivo, mediante requerimento ao Presidente da Comissão, que, o deferindo, encaminhará a matéria à Mesa, através de ofício, a fim de ser arquivada.

CAPÍTULO X DA TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 258. Havendo, em curso no Senado, dois ou mais projetos regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer comissão ou Senador.

Art. 259. Aprovado o requerimento de tramitação conjunta, os projetos serão remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se sobre algum deles for necessária a apreciação dos aspectos constitucional e jurídico, ou à comissão a que tenham sido distribuídos, para apreciação do mérito.

Art. 260. Na tramitação em conjunto, serão obedecidas as seguintes normas:

I – ao processo do projeto que deva ter precedência serão apensos, sem incorporações, os dos demais;

II – terá precedência:

a) o projeto da Câmara sobre o do Senado;

b) o mais antigo sobre os mais recentes, quando originários todos da mesma Casa, salvo se entre eles houver algum que regule a matéria com maior amplitude;

III – em qualquer caso, a proposição será incluída, em série, com as demais, na Ordem do Dia, obedecido, no processamento dos pareceres, o disposto no art. 268.

CAPÍTULO XI DOS PROCESSOS REFERENTES ÀS PROPOSIÇÕES

Art. 261. O processo referente a cada proposição, salvo emenda, será organizado de acordo com as seguintes normas:

I – será autuada a proposição principal, consignando-se na respectiva capa, no ato da organização do processo:

- a) a natureza da proposição;
- b) a Casa de origem;
- c) o número;
- d) o ano de apresentação;
- e) a ementa completa;
- f) o autor, quando do Senado;

II – em seguida à capa figurarão folhas avulsas, de impresso especial, conforme modelo aprovado pela Comissão Diretora, em duas vias, para original e cópia, constituindo estas últimas os boletins de ação legislativa que irão fornecer informações ao Centro de Processamento de Dados, para registro das matérias em tramitação; e ainda:

a) nos projetos da Câmara:

- 1 – o ofício de encaminhamento;
- 2 – o autógrafo recebido e os documentos que o tiverem acompanhado;
- 3 – o resumo da tramitação na Casa de origem;
- 4 – um exemplar de cada avulso;

5 – as demais vias dos avulsos e de outros documentos, em sobrecarta anexada ao processo;

b) nos projetos do Senado:

1 – o texto, a justificção e a legislação citada, quando houver;

2 – o recorte do *Diário do Senado Federal*, com a justificção oral, quando houver;

3 – os documentos que o acompanhem;

4 – as duplicatas do projeto e dos demais documentos, em sobrecarta anexada ao processo;

III – as peças do processo serão numeradas e rubricadas no Serviço de Protocolo Legislativo antes de seu encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa, para leitura da matéria em plenário;

IV – serão ainda registradas, no impresso especial, pelo funcionário do órgão por onde passar o processo, todas as ações legislativas e administrativas que ocorrerem durante sua tramitação:

a) as ocorrências da tramitação em cada comissão, o encaminhamento à seguinte e, finalmente, à Mesa;

b) a inclusão em Ordem do Dia;

c) a tramitação em plenário;

d) a manifestação do Senado sobre a matéria;

e) a remessa à sanção, à promulgação ou à Câmara;

f) a transformação em lei, decreto legislativo ou resolução, com o número e data respectivos;

g) se houver veto, todas as ocorrências a ele relacionadas;

h) o despacho do arquivamento;

i) posteriores desarquivamentos e novos incidentes;

V – o Serviço de Protocolo Legislativo, ao receber o processo, em qualquer oportunidade, atualizará a numeração das páginas que deverão ser rubricadas pelo funcionário responsável.

§ 1º Serão mantidos, nos processos, os relatórios que não chegarem a se transformar em pareceres nem em votos em separado, bem como os estudos e documentos sobre a matéria, apresentados nas comissões.

§ 2º A anexação de documentos ao processo poderá ser feita:

I – pelo Serviço de Protocolo Legislativo;

II – pela Subsecretaria de Comissões, por ordem do Presidente da respectiva comissão ou do relator da matéria;

III – pela Secretaria-Geral da Mesa.

§ 3º Quando forem solicitadas informações a autoridades estranhas ao Senado, sobre proposições em curso, ao processo anexar-se-ão o texto dos requerimentos respectivos e as informações prestadas.

Art. 262. Relativamente aos documentos de natureza sigilosa, observar-se-ão as normas constantes dos arts. 144 e 157, II e III, e, terminado o curso da matéria, serão recolhidos ao arquivo especial dos documentos com

esse caráter, em sobrecarta fechada, rubricada pelo Presidente da Mesa, feita na capa do processo a devida anotação.

Art. 263. As representações dirigidas à Mesa, contendo observações, sugestões ou solicitações sobre proposições em curso no Senado, serão lidas na Hora do Expediente, publicadas, em súmula ou na íntegra, no *Diário do Senado Federal*, reunidas em processo especial e encaminhadas às respectivas comissões para conhecimento dos relatores e consulta dos demais membros, acompanhando a proposição em todas as suas fases.

Parágrafo único. É facultado aos Senadores encaminhar ao órgão competente as representações que receberem, para anexação ao processo.

Art. 264. Ao ser arquivada a proposição, ser-lhe-á anexada uma coleção dos avulsos publicados para sua instrução no Senado e na Câmara, quando for o caso.

Art. 265. A decisão do Plenário, apoiando, aprovando, rejeitando proposição ou destacando emenda para constituir projeto em separado, será anotada, com a data respectiva, no texto votado, e assinada pela Presidência.

Art. 266. O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em plenário.

Art. 267. Ocorrendo extravio de qualquer proposição, a Presidência determinará providências objetivando sua reconstituição, de ofício ou mediante requerimento de qualquer Senador ou comissão, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 1º Quando se tratar de projeto da Câmara, a Mesa solicitará, da Casa de origem, a remessa de cópias autenticadas dos respectivos autógrafos e documentos que o tenham acompanhado.

§ 2º Os pareceres já proferidos no Senado serão anexados ao novo processo em cópias autenticadas pelos Presidentes das respectivas comissões.

§ 3º A reconstituição do processo deverá ser feita pelo órgão onde este se encontrava por ocasião de seu extravio.

Art. 268. Quando a comissão, no mesmo parecer, se referir a várias proposições autônomas, o original dele instruirá o processo da proposição preferencial, sendo aos demais anexadas cópias autenticadas pelo respectivo Presidente.

CAPÍTULO XII DAS SINOPSES E RESENHAS DAS PROPOSIÇÕES

Art. 269. A Presidência fará publicar:

I – no princípio de cada sessão legislativa, a sinopse de todas as proposições em curso ou resolvidas pelo Senado na sessão anterior;

II – mensalmente, a resenha das matérias rejeitadas e as enviadas, no mês anterior, à sanção, à promulgação e à Câmara.

CAPÍTULO XIII DA APRECIACÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I Dos Turnos

Art. 270. As proposições em curso no Senado são subordinadas, em sua apreciação, a um único turno de discussão e votação, salvo proposta de emenda à Constituição.

Parágrafo único. Havendo substitutivo integral, aprovado pelo Plenário no turno único, o projeto será submetido a turno suplementar.

Art. 271. Cada turno é constituído de discussão e votação.

Seção II Da Discussão

Subseção I Disposições Gerais

Art. 272. A discussão da proposição principal e das emendas será em conjunto.

Art. 273. Anunciada a matéria, será dada a palavra aos oradores para a discussão.

Art. 274. A discussão não será interrompida, salvo para:

I – formulação de questão de ordem;

II – adiamento para os fins previstos no art. 279;

- III – tratar de proposição compreendida no art. 336, I;
- IV – os casos previstos no art. 305;
- V – comunicação importante ao Senado;
- VI – recepção de visitante;
- VII – votação de requerimento de prorrogação da sessão;
- VIII – ser suspensa a sessão (art. 18, I, *f*).

Subseção II **Do Encerramento da Discussão**

Art. 275. Encerra-se a discussão:

- I – pela ausência de oradores;
- II – por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, quando já houverem falado, pelo menos, três Senadores a favor e três contra.

Subseção III **Da Dispensa da Discussão**

Art. 276. As proposições com pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada por deliberação do Plenário, mediante requerimento de líder.

Parágrafo único. A dispensa da discussão deverá ser requerida ao ser anunciada a matéria.

Subseção IV **Da Proposição Emendada**

Art. 277. Lidos os pareceres das comissões sobre as proposições, em turno único, e distribuídos em avulsos, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, findo o qual a matéria, se emendada, voltará às comissões para exame.^(*)

Parágrafo único. Não sendo emendada, a proposição estará em condições de figurar em Ordem do Dia, obedecido o interstício regimental. (NR)

(*) Resolução nº 37/95

Art. 278. Lidos os pareceres sobre as emendas, publicados no *Diário do Senado Federal* e distribuídos em avulsos, estará a matéria em condições de figurar em Ordem do Dia, obedecido o interstício regimental.

Subseção V **Do Adiamento da Discussão**

Art. 279. A discussão, salvo nos projetos em regime de urgência e o disposto no art. 349, poderá ser adiada, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão, para os seguintes fins:

- I – audiência de comissão que sobre ela não se tenha manifestado;
- II – reexame por uma ou mais comissões por motivo justificado;
- III – ser realizada em dia determinado;
- IV – preenchimento de formalidade essencial;
- V – diligência considerada imprescindível ao seu esclarecimento.

§ 1º O adiamento previsto no inciso III do *caput* não poderá ser superior a trinta dias úteis, só podendo ser renovado uma vez, por prazo não superior ao primeiro, não podendo ultrapassar o período da sessão legislativa. (*)

§ 2º Não se admitirá requerimento de audiência de comissão ou de outro órgão que não tenha competência regimental ou legal para se manifestar sobre a matéria.

§ 3º O requerimento previsto no inciso II do *caput* somente poderá ser recebido quando:

- I – a superveniência de fato novo possa justificar a alteração do parecer proferido;
- II – houver omissão ou engano manifesto no parecer;
- III – a própria comissão, pela maioria de seus membros, julgue necessário o reexame.

§ 4º O requerimento previsto nos incisos I, II e III do *caput* será apresentado e votado ao se anunciar a matéria e o dos incisos IV e V, em qualquer fase da discussão.

(*) Resolução nº 37/95

§ 5º Quando, para a mesma proposição, forem apresentados dois ou mais requerimentos previstos no inciso III do *caput*, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo.

§ 6º Não havendo número para votação do requerimento, ficará este prejudicado. (NR)

Seção III Do Interstício

Art. 280. É de três dias úteis o interstício entre a distribuição de avulsos dos pareceres das comissões e o início da discussão ou votação correspondente. (NR)^(*)

Art. 281. A dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão de matéria em Ordem do Dia, poderá ser concedida por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, desde que a proposição esteja há mais de cinco dias em tramitação no Senado.

Seção IV Do Turno Suplementar

Art. 282. Sempre que for aprovado substitutivo integral a projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução em turno único, será ele submetido a turno suplementar.

§ 1º Nos projetos sujeitos a prazo de tramitação, o turno suplementar realizar-se-á dois dias úteis após a aprovação do substitutivo, se faltarem oito dias, ou menos, para o término do referido prazo.^(*)

§ 2º Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. (NR)

Art. 283. Se forem oferecidas emendas, na discussão suplementar, a matéria irá às comissões competentes, que não poderão concluir seu parecer por novo substitutivo.

Parágrafo único. Nos projetos sujeitos a prazo de tramitação, a matéria será incluída em Ordem do Dia na sessão deliberativa ordinária seguinte se faltarem cinco dias, ou menos, para o término do referido prazo, podendo o parecer ser proferido em plenário. (NR)^(*)

(*) Resolução nº 37/95

Art. 284. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

Seção V

Das Emendas da Câmara a Projeto do Senado

Art. 285. A emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda.

Art. 286. A discussão e a votação das emendas da Câmara a projeto do Senado far-se-ão em globo, exceto:

I – se qualquer comissão manifestar-se favoravelmente a umas e contrariamente a outras, caso em que a votação se fará em grupos, segundo os pareceres;

II – se for aprovado destaque para a votação de qualquer emenda.

Parágrafo único. A emenda da Câmara só poderá ser votada em parte se o seu texto for suscetível de divisão.

Art. 287. O substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 286.

Seção VI

Da Votação

Subseção I

Do Quorum

Art. 288. As deliberações do Senado serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros (Const., art. 47), salvo nos seguintes casos, em que serão:

I – por voto favorável de dois terços da composição da Casa:

a) sentença condenatória nos casos previstos no art. 52, I e II, da Constituição;

b) fixação de alíquotas máximas nas operações internas, para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados e do Distrito Federal (Const., art. 155, § 2º, V, *b*);

c) suspensão de imunidade de Senadores, durante o estado de sítio (Const., art. 53, § 7º);

II – por voto favorável de três quintos da composição da Casa, proposta de emenda à Constituição (Const., art. 60, § 2º);

III – por voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa:

a) projeto de lei complementar (Const., art. 69);

b) exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República (Const., art. 52, XI);^(*)

c) perda de mandato de Senador, nos casos previstos no art. 55, § 2º; da Constituição;

d) aprovação de nome indicado para Ministro do Supremo Tribunal Federal (Const., art. 101, parágrafo único) e para Procurador-Geral da República (Const., art. 128, § 1º);^(*)

e) aprovação de ato do Presidente da República que decretar o estado de defesa (Const., art. 136, § 4º);

f) autorização para o Presidente da República decretar o estado de sítio (Const., art. 137, parágrafo único);

g) estabelecimento de alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação (Const., art. 155, § 2º, IV);

h) estabelecimento de alíquotas mínimas nas operações internas (Const., art. 155, § 2º, V, *a*);

i) autorização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, mediante créditos suplementares ou especiais específicos (Const. art. 167, III);

j) aprovação de nome indicado para Defensor Público Geral;^{(**) (***)}

(*) Ver Lei Complementar nº 75, de 1993

(**) Lei Complementar nº 80, de 1994, art. 6º

(***) Ver Constituição, arts. 47 e 52, III, *f*

IV – por voto favorável de dois quintos da composição da Casa, aprovação da não-renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens (Const., art. 223, § 2º);(**)(***)

V – por maioria de votos, presentes um décimo dos Senadores, nos requerimentos compreendidos no art. 215, III.

§ 1º A votação da redação final, em qualquer hipótese, não está sujeita a *quorum* qualificado.

§ 2º Serão computados, para efeito de *quorum*, os votos em branco e as abstenções verificadas nas votações. (NR)

Subseção II **Das Modalidades de Votação**

a) Disposições Gerais

Art. 289. A votação poderá ser ostensiva ou secreta.

Art. 290. Será ostensiva a votação das proposições em geral.

Art. 291. Será secreta a votação:

I – quando o Senado tiver que deliberar sobre:

a) exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República (Const., art. 52, XI);(****)

b) perda de mandato de Senador, nos casos previstos no art. 55, § 2º, da Constituição;

c) prisão de Senador e autorização da formação de culpa, no caso de flagrante de crime inafiançável (Const., art. 53, § 3º);

d) suspensão das imunidades de Senador durante o estado de sítio (Const., art. 53, § 7º);

e) escolha de autoridades (Const., art. 52, III);

(**) Ver Parecernº 252/93

(***) Ver Resolução nº 39/92

(****) Ver Lei Complementarnº 75, de 1993

II – nas eleições;

III – por determinação do Plenário.

Art. 292. Na votação, serão adotados os seguintes processos:

I – ostensiva:

a) simbólico;

b) nominal;

II – secreta:

a) eletrônico;

b) por meio de cédulas;

c) por meio de esfera.

b) Da Votação Ostensiva

Art. 293. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:

I – os Senadores que aprovarem a matéria deverão permanecer sentados, levantando-se os que votarem pela rejeição;

II – o voto dos líderes representará o de seus liderados presentes, permitida a declaração de voto em documento escrito a ser encaminhado à Mesa para publicação;

III – se for requerida verificação da votação, será ela repetida pelo processo nominal;

IV – o requerimento de verificação de votação só será admissível se apoiado por três Senadores;

V – procedida a verificação de votação e constatada a existência de número, não será permitida nova verificação antes do decurso de uma hora;

VI – não será admitido requerimento de verificação se a Presidência já houver anunciado a matéria seguinte;

VII – antes de anunciado o resultado, será lícito tomar o voto do Senador que penetrar no recinto após a votação;

VIII – verificada a falta de *quorum*, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se a nova votação;

IX – confirmada a falta de número, ficará adiada a votação, que será reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do Plenário;

X – se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido.

Art. 294. O processo nominal, que se utilizará nos casos em que seja exigido *quorum* especial de votação ou por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, ou ainda, quando houver pedido de verificação, far-se-á pelo registro eletrônico dos votos, obedecidas as seguintes normas:

I – os nomes dos Senadores constarão de apregoadores instalados, lateralmente, no plenário, onde serão registrados individualmente:

- a) em sinal verde, os votos favoráveis;
- b) em sinal amarelo, as abstenções;
- c) em sinal vermelho, os votos contrários;

II – cada Senador terá lugar fixo, numerado, que ocupará ao ser anunciada a votação, devendo acionar dispositivo próprio de uso individual, localizado na respectiva bancada;

III – os líderes votarão em primeiro lugar;

IV – conhecido o voto das Lideranças, votarão os demais Senadores;

V – verificado, pelo registro no painel de controle localizado na mesa, que houve empate na votação, o Presidente comunicará o fato ao Plenário e a desempatará, transferindo, em seguida, o resultado aos apregoadores;

VI – concluída a votação, o Presidente desligará o quadro, liberando o sistema para o processamento de nova votação;

VII – o resultado da votação será encaminhado à Mesa em listagem especial, onde estarão registrados:

- a) a matéria objetada deliberação;
- b) a data em que se procedeu a votação;
- c) o voto individual de cada Senador;

d) o resultado da votação;

e) o total dos votantes;

VIII – o Primeiro-Secretário rubricará a listagem especial, determinando sua anexação ao processo da matéria respectiva.

Parágrafo único. Quando o sistema de votação eletrônico não estiver em condições de funcionar, a votação nominal será feita pela chamada dos Senadores, que responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a proposição, sendo os votos anotados pelos Secretários.

c) Da Votação Secreta

Art. 295. A votação secreta realizar-se-á pelo sistema eletrônico, salvo nas eleições.

§ 1º Anunciada a votação, o Presidente convidará os Senadores a acionarem o dispositivo próprio, dando, em seguida, início à fase de apuração.

§ 2º Verificada a falta de *quorum*, proceder-se-á na forma do art. 293, VIII, ficando adiada a votação se ocorrer, novamente, falta de número.

Art. 296. A votação por meio de cédulas far-se-á nas eleições.

Art. 297. A votação por meio de esferas realizar-se-á quando o equipamento de votação eletrônico não estiver em condições de funcionar, obedecidas as seguintes normas:

I – utilizar-se-ão esferas brancas, representando votos favoráveis, e pretas, representando votos contrários;

II – a esfera que for utilizada para exprimir voto será lançada em uma urna e a que não for usada, em outra que servirá para conferir o resultado da votação.

Subseção III Da Proclamação do Resultado da Votação

Art. 298. Terminada a apuração, o Presidente proclamará o resultado da votação, especificando os votos favoráveis, contrários, em branco, nulos e as abstenções.

Subseção IV

Do Processamento da Votação

Art. 299. A votação realizar-se-á imediatamente após a discussão, se este Regimento não dispuser noutro sentido.

Art. 300. Na votação, serão obedecidas as seguintes normas:

I – votar-se-á em primeiro lugar o projeto, ressalvados os destaques dele requeridos e as emendas;

II – a votação do projeto, salvo deliberação do Plenário, será em globo, podendo a Presidência dividir a proposição, quando conveniente;

III – a votação das emendas que tenham pareceres concordantes de todas as comissões será feita em grupos, segundo o sentido dos pareceres, ressalvados os destaques; as demais e as destacadas serão votadas uma a uma, classificadas segundo a ordem estabelecida no art. 246, II;

IV – no grupo das emendas de parecer favorável incluem-se as de comissão, quando sobre elas não haja manifestação em contrário de outra;

V – serão incluídas no grupo das emendas de parecer contrário aquelas sobre as quais se tenham manifestado pela rejeição as comissões competentes para o exame do mérito, embora consideradas constitucionais;

VI – as emendas com subemendas serão votadas uma a uma, salvo deliberação do Plenário, mediante proposta de qualquer Senador ou comissão; aprovado o grupo, serão consideradas aprovadas as emendas com modificações constantes das respectivas subemendas;

VII – a emenda com subemenda, quando votada separadamente, sê-lo-á antes e com ressalva desta, exceto nos seguintes casos, em que a subemenda terá precedência:

a) se for supressiva;

b) se for substitutiva de todo o texto da emenda;

c) se for substitutiva de artigo da emenda e a votação desta se fizer por artigo;

VIII – o Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Senador, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma;

IX – serão votadas, destacadamente, as emendas com parecer no sentido de constituírem projeto em separado;

X – quando, ao mesmo dispositivo, forem apresentadas várias emendas da mesma natureza, terão preferência:

a) as de comissões sobre as de Plenário;

b) dentre as de comissões, a da que tiver maior competência para se manifestar sobre a matéria;

XI – o dispositivo, destacado do projeto para votação em separado, precederá, na votação, as emendas e independe de parecer;

XII – se a votação do projeto se fizer separadamente em relação a cada artigo, o texto deste será votado antes das emendas a ele correspondentes, salvo se forem supressivas ou substitutivas;

XIII – terá preferência para votação o substitutivo que tiver pareceres favoráveis de todas as comissões, salvo se o Plenário deliberar noutro sentido;

XIV – havendo mais de um substitutivo, a precedência será regulada pela ordem inversa de sua apresentação, ressalvado o disposto no inciso X, em relação aos das comissões;

XV – o substitutivo integral, salvo deliberação em contrário, será votado em globo;

XVI – aprovado o substitutivo integral, ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele oferecidas;

XVII – anunciada a votação de dispositivo ou emenda destacada, se o autor do requerimento de destaque não pedir a palavra para encaminhá-la, considerar-se-á como tendo o Plenário concordado com o parecer da comissão, tomando a matéria destacada a sorte das demais constantes do grupo a que pertencer;

XVIII – não será submetida a votos emenda declarada inconstitucional ou injurídica pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, salvo se, não sendo unânime o parecer, o requererem líderes que representem, no mínimo, a maioria da composição do Senado.

Art. 301. Arejeição do projeto prejudica as emendas a ele oferecidas.

Art. 302. Arejeição do art. 1º do projeto, votado artigo por artigo, prejudica os demais quando eles forem uma consequência daquele.

Art. 303. A votação não se interrompe senão por falta de *quorum* e, observado o disposto nos arts. 178 e 179, pelo término da sessão.

Art. 304. Ocorrendo falta de número para as deliberações, passar-se-á à matéria em discussão.

Parágrafo único. Esgotada a matéria em discussão e persistindo a falta de número, a Presidência poderá, no caso de figurar na Ordem do Dia matéria que pela sua relevância o justifique, suspender a sessão por prazo não superior a uma hora, ou conceder a palavra a Senador que dela queira fazer uso.

Art. 305. Sobrevindo, posteriormente, a existência de número, voltar-se-á à matéria em votação, interrompendo-se o orador que estiver na tribuna, salvo se estiver discutindo proposição em regime de urgência e a matéria a votar estiver em tramitação normal.

Art. 306. Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de *quorum*.

Art. 307. Em caso de votação secreta, havendo empate, proceder-se-á a nova votação; persistindo o empate, a votação será renovada na sessão seguinte ou nas subseqüentes, até que se dê o desempate.

Subseção V **Do Encaminhamento da Votação**

Art. 308. Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador usar da palavra por cinco minutos para encaminhá-la.

Art. 309. O encaminhamento é medida preparatória da votação; a votação só se considera iniciada após o término do encaminhamento.

Art. 310. Não terão encaminhamento de votação as eleições e os seguintes requerimentos:

I – de permissão para falar sentado;

II – de prorrogação do tempo da sessão;

III – de prorrogação de prazo para apresentação de parecer;

IV – de dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para inclusão de determinada matéria em Ordem do Dia;

V – de dispensa de publicação de redação final para sua imediata apreciação;

VI – de Senador, solicitando de órgão estranho ao Senado a remessa de documentos;

VII – de comissão ou Senador, solicitando informações oficiais;

VIII – de comissão ou Senador, solicitando a publicação, no *Diário do Senado Federal*, de informações oficiais;

IX – de licença de Senador;

X – de remessa determinada comissão de matéria despachada a outra;

XI – de destaque de disposição ou emenda.

Parágrafo único. O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar.

Subseção VI Da Preferência

Art. 311. Conceder-se-á preferência, mediante deliberação do Plenário:

I – de proposição sobre outra ou sobre as demais da Ordem do Dia;

II – de emenda ou grupo de emendas sobre as demais oferecidas à mesma proposição ou sobre outras referentes ao mesmo assunto;

III – de projeto sobre o substitutivo (art. 300, XIII);

IV – de substitutivo sobre o projeto (art. 300, XIII).

Parágrafo único. A preferência deverá ser requerida:

I – antes de anunciada a proposição sobre a qual deva ser concedida, na hipótese do inciso I;

II – até ser anunciada a votação, nas hipóteses dos incisos II, III e IV.

Subseção VII Do Destaque

Art. 312. O destaque de partes de qualquer proposição, bem como de emenda do grupo a que pertencer, pode ser concedido, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, para:

I – constituir projeto autônomo, salvo quando a disposição a destacar seja de projeto da Câmara;

II – votação em separado;

III – aprovação ou rejeição.

Art. 313. Permite-se destacar para votação, como emenda autônoma:

I – parte de substitutivo, quando a votação se faça preferencialmente sobre o projeto;

II – parte de emenda;

III – subemenda;

IV – parte de projeto, quando a votação se fizer preferencialmente sobre o substitutivo.

Parágrafo único. O destaque só será possível quando o texto destacado possa ajustar-se à proposição em que deva ser integrado e forme sentido completo.

Art. 314. Em relação aos destaques, obedecer-se-ão as seguintes normas:

I – o requerimento deve ser formulado:

a) até ser anunciada a proposição, se o destaque atingir algumas de suas partes;

b) até ser anunciado o grupo das emendas, quando o destaque se referir a qualquer delas;

c) até ser anunciada a emenda, se o destaque tiver por fim separar algumas de suas partes;

II – não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente;

III – concedido o destaque para votação em separado, submeter-se-á a votos, primeiramente, a matéria principal e, em seguida, a destacada;

IV – a votação de requerimento de destaque só envolve decisão sobre a parte a destacar se a finalidade do destaque for expressamente mencionada;

V – havendo retirada do requerimento de destaque, a matéria destacada voltará ao grupo a que pertencer;

VI – não se admitirá requerimento de destaque:

a) para aprovação ou rejeição:

1 – de dispositivo a que houver sido apresentada emenda;

2 – de emendas que, regimentalmente, devam ser votadas separadamente;

b) de emendas para constituição de grupos diferentes daqueles a que, regimentalmente, pertençam;

VII – destacada uma emenda, sê-lo-ão, automaticamente, as que com ela tenham relação;

VIII – o destaque para projeto em separado de dispositivo ou emenda pode, também, ser proposto por comissão, em seu parecer;

IX – a votação do requerimento de destaque para projeto em separado precederá a deliberação sobre a matéria principal;

X – o destaque para projeto em separado só pode ser submetido a votos se a matéria a destacar for suscetível de constituir proposição de curso autônomo;

XI – concedido o destaque para projeto em separado, o autor do requerimento terá o prazo de dois dias úteis para oferecer o texto com que deverá tramitar o novo projeto;(*)

XII – o projeto resultante de destaque terá a tramitação de proposição inicial. (NR)

Subseção VIII **Do Adiamento da Votação**

Art. 315. O adiamento da votação obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o adiamento da discussão (art. 279).

§ 1º O requerimento deverá ser apresentado e votado como preliminar ao ser anunciada a matéria.

§ 2º Não havendo número para a votação, o requerimento ficará sobrestado.

(*) Resolução nº 37/95

Subseção IX Da Declaração de Voto

Art. 316. Proclamado o resultado da votação, é lícito ao Senador encaminhar à Mesa, para publicação, declaração de voto.

Parágrafo único. Não haverá declaração de voto se a deliberação for secreta, não se completar por falta de número ou não for suscetível de encaminhamento.

CAPÍTULO XIV DA REDAÇÃO DO VENCIDO E DA REDAÇÃO FINAL

Art. 317. Terminada a votação, com a aprovação de substitutivo, o projeto irá à comissão competente a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

Parágrafo único. A redação final dos projetos de lei da Câmara, destinados à sanção, será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir.

Art. 318. É privativo da comissão específica para o estudo da matéria, redigir o vencido e elaborar a redação final nos casos de:

- I – reforma do Regimento Interno;
- II – proposta de emenda à Constituição;
- III – projeto de código ou sua reforma.

Art. 319. Nos projetos da Câmara emendados pelo Senado, a redação final limitar-se-á às emendas destacadamente, não as incorporando ao texto da proposição.

Art. 320. Lida na Hora do Expediente, a redação final ficará sobre a mesa para oportuna inclusão em Ordem do Dia, após publicação no *Diário do Senado Federal*, distribuição em avulso e interstício regimental.

Parágrafo único. Quando, no decorrer da sessão em que for aprovada a matéria, chegar à mesa a redação final respectiva, poderá o Plenário, por proposta do Presidente, permitir se proceda à sua leitura após o final da Ordem do Dia.

Art. 321. A discussão e a votação da redação final poderão ser feitas imediatamente após a leitura, desde que assim o delibere o Senado.

Art. 322. Quando a redação final for de emendas do Senado a projeto da Câmara, não se admitirão emendas a dispositivo não emendado, salvo as de redação e as que decorram de emendas aprovadas.

Art. 323. As emendas de redação dependem de parecer da comissão que houver elaborado a redação final, sem prejuízo do disposto no art. 234, parágrafo único.

Art. 324. Figurando a redação final na Ordem do Dia, se sua discussão for encerrada sem emendas ou retificações, será considerada definitivamente aprovada, sem votação, a não ser que algum Senador requeira seja submetida a votos.

CAPÍTULO XV DA CORREÇÃO DE ERRO

Art. 325. Verificada a existência de erro em texto aprovado e com redação definitiva, proceder-se-á da seguinte maneira:

I – tratando-se de contradição, incoerência, prejudicialidade ou equívoco que importe em alteração do sentido do projeto, ainda não remetido à sanção ou à Câmara, o Presidente encaminhará a matéria à comissão competente para que proponha o modo de corrigir o erro, sendo a proposta examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de submetida ao Plenário;

II – nas hipóteses do inciso I, quando a matéria tenha sido encaminhada à sanção ou à Câmara, o Presidente, após manifestação do Plenário, comunicará o fato ao Presidente da República ou à Câmara, remetendo novos autógrafos, se for o caso, ou solicitando a retificação do texto, mediante republicação da lei;

III – tratando-se de inexactidão material, devida a lapso manifesto ou erro gráfico, cuja correção não importe em alteração do sentido da matéria, o Presidente adotará as medidas especificadas no inciso II, mediante ofício à Presidência da República ou à Câmara, dando ciência do fato, posteriormente, ao Plenário.

Art. 326. Quando, em autógrafo recebido da Câmara, for verificada a existência de inexatidão material, lapso ou erro manifesto, não estando ainda a proposição aprovada pelo Senado, será sustada a sua apreciação para consulta à Casa de origem, cujos esclarecimentos serão dados a conhecer ao Senado, antes da votação, voltando a matéria às comissões para novo exame se do vício houver resultado alteração de sentido do texto.

Parágrafo único. Quando a comunicação for feita pela Câmara, proceder-se-á da seguinte maneira:

I – lida na Hora do Expediente, será a comunicação encaminhada à comissão em que estiver a matéria;

II – se a matéria já houver sido examinada por outra comissão, a Presidência providenciará a fim de que a ela volte, para novo exame, antes do parecer do órgão em cujo poder se encontre;

III – ao ser a matéria submetida ao Plenário, o Presidente o advertirá do ocorrido;

IV – se a matéria já houver sido votada pelo Senado, a Presidência providenciará para que seja objeto de nova discussão, promovendo, quando necessário, a substituição dos autógrafos remetidos à Presidência da República ou à Câmara.

Art. 327. Quando, após a aprovação definitiva de projeto de lei originário do Senado, for nele verificada a existência de matéria que deva ser objeto de projeto de decreto legislativo ou de resolução, a Presidência providenciará, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o desdobramento da proposição.

Parágrafo único. Seguir-se-á igual orientação quando se trate de projeto de decreto legislativo ou de resolução que contenha matéria de lei.

CAPÍTULO XVI DOS AUTÓGRAFOS

Art. 328. A proposição, aprovada em definitivo pelo Senado, será encaminhada, em autógrafos, à sanção, à promulgação ou à Câmara, conforme o caso.

Art. 329. Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto da Câmara, não emendado.

Art. 330. O autógrafo procedente da Câmara ficará arquivado no Senado.

Art. 331. Quando a proposição originária da Câmara for emendada, será remetida à Casa de origem, juntamente com os autógrafos referidos no art. 329, cópia autenticada do autógrafo procedente daquela Casa, salvo se houver segunda via, caso em que será devolvida.

CAPÍTULO XVII DAS PROPOSIÇÕES DE LEGISLATURAS ANTERIORES

Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto: (*)

I – as originárias da Câmara ou por ela revisadas; (*)

II – as de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos; (*)

III – as apresentadas por Senadores no último ano de mandato; (*)

IV – as com parecer favorável das comissões; (*)

V – as que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49); (*)

VI – as que tratem de matéria de competência privativa do Senado Federal (Const., art. 52); (*)

VII – pedido de sustação de processo contra Senador em andamento no Supremo Tribunal Federal (Const., art. 53, §§ 3º e 4º, EC nº 35/2001). (*)

§ 1º Em qualquer das hipóteses dos incisos do *caput*, será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos Senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado. (*)

(*) Resolução nº 17/02

§ 2º Na hipótese do § 1º, se a proposição desarquivada não tiver a sua tramitação concluída, nessa legislatura, será, ao final dela, arquivada definitivamente. (NR)^(*)

Art. 333. (Revogado)^(*)

CAPÍTULO XVIII DA PREJUDICIALIDADE

Art. 334. O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado:

I – por haver perdido a oportunidade;

II – em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

§ 1º Em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade será feita em plenário, incluída a matéria em Ordem do Dia, se nela não figurar quando se der o fato que a prejudique.

§ 2º Da declaração de prejudicialidade poderá ser interposto recurso ao Plenário, que deliberará ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

§ 3º Se a prejudicialidade, declarada no curso da votação, disser respeito a emenda ou dispositivo de matéria em apreciação, o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania será proferido oralmente.

§ 4º A proposição prejudicada será definitivamente arquivada.

CAPÍTULO XIX DO SOBRESTAMENTO DO ESTUDO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 335. O estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado, temporariamente, a requerimento de comissão ou de Senador, para aguardar:

I – a decisão do Senado ou o estudo de comissão sobre outra proposição com ela conexas;

II – o resultado de diligência;

(*) Resolução nº 17/02

III – o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria.

Parágrafo único. A votação do requerimento, quando de autoria de Senador, será precedida de parecer da comissão competente para o estudo da matéria.

CAPÍTULO XX DA URGÊNCIA (*)

Seção I Disposições Gerais

Art. 336. A urgência poderá ser requerida:

I – quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender a calamidade pública;

II – quando se pretenda a apreciação da matéria na segunda sessão deliberativa ordinária subsequente à aprovação do requerimento;(**) (***)

III – quando se pretenda incluir em Ordem do Dia matéria pendente de parecer.(**)

Parágrafo único. As proposições referidas no art. 91, I e II, reservadas à competência terminativa das comissões, não poderão ser apreciadas em regime de urgência, salvo se da decisão proferida houver recurso interposto por um décimo dos membros do Senado para discussão e votação da matéria pelo Plenário. (NR) (****)

Art. 337. A urgência dispensa, durante toda a tramitação da matéria, interstícios, prazos e formalidades regimentais, salvo pareceres, *quorum* para deliberação e distribuição de cópias da proposição principal.

Art. 338. A urgência pode ser proposta:

I – no caso do art. 336, I, pela Mesa, pela maioria dos membros do Senado ou líderes que representem esse número;

(*) Resolução^a 58/89

(**) Resolução^a 150/93

(***) Resolução^a 37/95

(****) Resolução^a 13/91

II – no caso do art. 336, II, por dois terços da composição do Senado ou líderes que representem esse número;^(*)

III – no caso do art. 336, III, por um quarto da composição do Senado ou líderes que representem esse número;^(*)

IV – por comissão, nos casos do art. 336, II e III;^(*)

V – pela Comissão de Assuntos Econômicos, quando se tratar de pedido de autorização para realizar operações de crédito. (NR)^(**)

Seção II **Do Requerimento de Urgência**

Art. 339. O requerimento de urgência será lido:

I – no caso do art. 336, I, imediatamente, em qualquer fase da sessão, ainda que com interrupção de discurso, discussão ou votação;

II – nos demais casos, na Hora do Expediente.

Art. 340. O requerimento de urgência será submetido à deliberação do Plenário:

I – imediatamente, no caso do art. 336, I;

II – após a Ordem do Dia, no caso do art. 336, II;^(*)

III – na sessão deliberativa seguinte, incluído em Ordem do Dia, no caso do art. 336, III. (NR)^{(*)(***)}

Art. 341. Não serão submetidos à deliberação do Plenário requerimentos de urgência:^(*)

I – nos casos do art. 336, II e III, antes da publicação dos avulsos da proposição respectiva;^(*)

II – em número superior a dois, na mesma sessão, não computados os casos do art. 336, I. (NR)^(*)

Art. 342. No caso do art. 336, II, o requerimento de urgência será considerado prejudicado se não houver número para a votação. (NR)^(*)

(*) Resolução nº 150/93

(**) Resolução nº 78/98

(***) Resolução nº 37/95

Art. 343. No encaminhamento da votação de requerimento de urgência, poderão usar da palavra, pelo prazo de cinco minutos, um dos signatários e um representante de cada partido ou de bloco parlamentar e, quando se tratar de requerimento de autoria de comissão, o seu Presidente e o relator da matéria para a qual foi a urgência requerida.

Art. 344. A retirada de requerimento de urgência, obedecido, no que couber, o disposto no art. 256, é admissível mediante solicitação escrita:

I – do primeiro signatário, quando não se trate de requerimento de líderes;

II – do Presidente da comissão, quando de autoria desta;

III – das lideranças que o houverem subscrito.

Seção III **Da Apreciação de Matéria Urgente**

Art. 345. A matéria para a qual o Senado conceda urgência será submetida ao Plenário:^(*)

I – imediatamente após a concessão da urgência, no caso do art. 336, I;^(*)

II – na segunda sessão deliberativa ordinária que se seguir à concessão da urgência, incluída a matéria na Ordem do Dia, no caso do art. 336, II;^{(*)(**)}

III – na quarta sessão deliberativa ordinária que se seguir à concessão da urgência, na hipótese do art. 336, III.^{(*)(**)}

Parágrafo único. Quando, nos casos do art. 336, II e III, encerrada a discussão, se tornar impossível o imediato início das deliberações, em virtude da complexidade da matéria, à Mesa será assegurado, para preparo da votação, prazo não superior a vinte e quatro horas. (NR)^(*)

Art. 346. Os pareceres sobre as proposições em regime de urgência devem ser apresentados:^(*)

I – imediatamente, nas hipóteses do art. 336, I, podendo o relator solicitar prazo não excedente a duas horas;^(*)

(*) Resolução nº 150/93

(**) Resolução nº 37/95

II – quando a matéria for anunciada na Ordem do Dia, no caso do art. 336, II;^(*)

III – no prazo compreendido entre a concessão da urgência e o dia anterior ao da sessão em cuja Ordem do Dia deva a matéria figurar, quando se tratar de caso previsto no art. 336, III.^(*)

§ 1^a O prazo a que se refere o inciso I será concedido sem prejuízo do prosseguimento da Ordem do Dia.

§ 2^a O parecer será oral nos casos do art. 336, I, e, por motivo justificado, nas hipóteses do art. 336, II e III. (NR)^(*)

Art. 347. Na discussão e no encaminhamento de votação das proposições em regime de urgência no caso do art. 336, I, só poderão usar da palavra, e por metade do prazo previsto para as matérias em tramitação normal, o autor da proposição e os relatores, além de um orador de cada partido. (NR)^(*)

Art. 348. Encerrada a discussão de matéria em regime de urgência, com a apresentação de emendas, proceder-se-á da seguinte forma:^(*)

I – no caso do art. 336, I, os pareceres serão proferidos imediatamente, por relator designado pelo Presidente, que poderá pedir o prazo previsto no art. 346, I;^(*)

II – no caso do art. 336, II, os pareceres poderão ser proferidos imediatamente, ou, se a complexidade da matéria o indicar, no prazo de vinte e quatro horas, saindo, nesta hipótese, a matéria da Ordem do Dia, para nela figurar na sessão deliberativa ordinária subsequente;^{(*)(**)}

III – no caso do art. 336, III, o projeto sairá da Ordem do Dia, para nela ser novamente incluído na quarta sessão deliberativa ordinária subsequente, devendo ser proferidos os pareceres sobre as emendas até o dia anterior ao da sessão em que a matéria será apreciada. (NR)^{(*)(**)}

Art. 349. A realização de diligência, nos projetos em regime de urgência, só é permitida no caso do art. 336, III, e pelo prazo máximo de quatro sessões.^{(*)(**)}

Parágrafo único. O requerimento pode ser apresentado até ser anunciada a votação. (NR)

(*) Resoluçãoⁿ 150/93

(**) Resoluçãoⁿ 37/95

Art. 350. O turno suplementar de matéria em regime de urgência será realizado imediatamente após a aprovação, em turno único, do substitutivo, podendo ser concedido o prazo de vinte e quatro horas para a redação do vencido, quando houver.

Art. 351. A redação final de matéria em regime de urgência não depende de publicação e será submetida à deliberação do Senado:

I – no caso do art. 336, I, imediatamente após a apresentação, ainda que com interrupção de discussão ou votação;

II – nos demais casos, a juízo da Presidência, em qualquer fase da sessão.

Seção IV **Da Extinção da Urgência**

Art. 352. Extingue-se a urgência:

I – pelo término da sessão legislativa;

II – nos casos do art. 336, II e III, até ser iniciada a votação da matéria, mediante deliberação do Plenário.^(*)

Parágrafo único. O requerimento de extinção de urgência pode ser formulado:^(*)

I – no caso do art. 336, II, pela maioria dos membros do Senado ou líderes que representem esse número;^(*)

II – no caso do art. 336, III, por um quarto da composição do Senado ou líderes que representem esse número;^(*)

III – nos casos do art. 336, II e III, pela comissão requerente. (NR)^(*)

Seção V **Da Urgência que Indepe de Requerimento**

Art. 353. São consideradas em regime de urgência, independentemente de requerimento:

(*) Resolução nº 150/93

I – com a tramitação prevista para o caso do art. 336, I, matéria que tenha por fim:

a) autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente (Const., art. 49, II);^(*)

b) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal; autorizar o estado de sítio ou suspender qualquer dessas medidas (Const., art. 49, IV);

II – com a tramitação prevista para o caso do art. 336, II, a matéria que objetive autorização para o Presidente e o Vice-Presidente da República se ausentarem do País (Const., art. 49, III).

Parágrafo único. Terão, ainda, a tramitação prevista para o caso do art. 336, II, independentemente de requerimento, as proposições sujeitas a prazo, quando faltarem dez dias para o término desse prazo.

(*) Ver Lei Complementar nº 90, de 1997

TÍTULO IX
DAS PROPOSIÇÕES SUJEITAS A
DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULOS:

- I – DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
- II – DOS PROJETOS DE CÓDIGO
- III – DOS PROJETOS COM TRAMITAÇÃO URGENTE ESTABELECIDA NA CONSTITUIÇÃO
- IV – DOS PROJETOS REFERENTES A ATOS INTERNACIONAIS

TÍTULO IX DAS PROPOSIÇÕES SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO I DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 354. A proposta de emenda à Constituição apresentada ao Senado será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos membros da Casa (Const., art. 60, § 2º);

§ 1º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir (Const., art. 60, § 4º):

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 2º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio (Const., art. 60, § 1º).

Art. 355. A proposta será lida na Hora do Expediente, publicada no *Diário do Senado Federal* e em avulsos, para distribuição aos Senadores.

Art. 356. A proposta será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá prazo de até trinta dias, contado da data do despacho da Presidência, para emitir parecer.^(*)

Parágrafo único. O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que concluir pela apresentação de emenda deverá conter assinaturas de Senadores que, complementando as dos membros da Comissão, compreendam, no mínimo, um terço dos membros do Senado. (NR)

Art. 357. Cinco dias após a publicação do parecer no *Diário do Senado Federal* e sua distribuição em avulsos, a matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia.

(*) Resolução nº 89/92

Art. 358. Decorrido o prazo de que trata o art. 356 sem que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania haja proferido parecer, a proposta de emenda à Constituição será incluída em Ordem do Dia, para discussão, em primeiro turno, durante cincossessões deliberativas ordinárias consecutivas. (*)(**)(***)

§ 1º O parecer será proferido oralmente, em plenário, por relator designado pelo Presidente. (*)

§ 2º Durante a discussão poderão ser oferecidas emendas assinadas por, no mínimo, um terço dos membros do Senado, desde que guardem relação direta e imediata com a matéria tratada na proposta. (NR) (*)

Art. 359. Para exame e parecer das emendas, é assegurado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o mesmo prazo estabelecido no art. 356. (NR) (*)

Art. 360. Lido o parecer na Hora do Expediente, publicado no *Diário do Senado Federal* e distribuído em avulsos com a proposta e as emendas, a matéria poderá ser incluída em Ordem do Dia.

Art. 361. Esgotado o prazo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, proceder-se-á na forma do disposto no *caput* do art. 358 e em seu § 1º. (*)

§ 1º Na sessão deliberativa ordinária que se seguir à emissão do parecer, a proposta será incluída em Ordem do Dia para votação em primeiro turno. (**)

§ 2º Somente serão admitidos requerimentos que objetivem a votação em separado de partes da proposta ou de emendas.

§ 3º A deliberação sobre a proposta, as emendas e as disposições destacadas para votação em separado será feita pelo processo nominal. (NR)

Art. 362. O interstício entre o primeiro e o segundo turno será de, no mínimo, cinco dias úteis. (NR) (**)

Art. 363. Incluída a proposta em Ordem do Dia, para o segundo turno, será aberto o prazo de três sessões deliberativas ordinárias para discussão, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito. (NR) (**)

(*) Resolução nº 89/92

(**) Resolução nº 37/95

(***) Ver Parecer nº 296, de 1991

Art. 364. Encerrada a discussão, em segundo turno, com apresentação de emendas, a matéria voltará à Comissão, para parecer em cinco dias improrrogáveis, após o que será incluída em Ordem do Dia, em fase de votação.

Art. 365. Aprovada, sem emendas, a proposta será remetida à Câmara dos Deputados; emendada, será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá o prazo de três dias para oferecer a redação final.

Art. 366. A redação final, apresentada à Mesa, será votada, com qualquer número, independentemente de publicação.

Art. 367. Considera-se proposta nova o substitutivo da Câmara a proposta de iniciativa do Senado.

Art. 368. Na revisão do Senado à proposta da Câmara aplicar-se-ão as normas estabelecidas neste Título.

Art. 369. Quando a aprovação da proposta for ultimada no Senado, será o fato comunicado à Câmara dos Deputados e convocada sessão para promulgação da emenda (Const., art. 60, § 3º).

Art. 370. (Revogado)*

Art. 371. É vedada a apresentação de proposta que objetive alterar dispositivos sem correlação direta entre si.

Art. 372. Aplicam-se à tramitação da proposta, no que couber, as normas estabelecidas neste Regimento para as demais proposições.

Art. 373. A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (Const., art. 60, § 5º).

CAPÍTULO II DOS PROJETOS DE CÓDIGO

Art. 374. Na sessão em que for lido o projeto de código, a Presidência designará uma comissão temporária para seu estudo, composta de onze membros, e fixará o calendário de sua tramitação, obedecidos os seguintes prazos e normas:

(*) Resolução nº 52/90

I – a comissão se reunirá até o dia útil seguinte à sua constituição, para eleger o Presidente e o Vice-Presidente, sendo, em seguida, designados um relator-geral e tantos relatores parciais quantos necessários;(*)

II – ao projeto serão anexadas as proposições em curso ou as sobrestadas, que envolvam matéria com ele relacionada;

III – perante a comissão, poderão ser oferecidas emendas, no prazo de vinte dias úteis, a contar da publicação do projeto no *Diário do Senado Federal*;(*)

IV – encerrado o prazo para a apresentação de emendas, os relatores parciais encaminharão, dentro de dez dias úteis, ao relator-geral, as conclusões de seus trabalhos;(*)

V – o relator-geral terá o prazo de cinco dias úteis para apresentar, à comissão, o parecer que será distribuído em avulsos, juntamente com o estudo dos relatores parciais e as emendas;(*)

VI – a comissão terá cinco dias úteis para concluir o seu estudo e encaminhar à Mesa o parecer final sobre o projeto e as emendas;(*)

VII – na comissão, a discussão da matéria obedecerá à divisão adotada para a designação dos relatores parciais, podendo cada membro usar da palavra uma vez, por dez minutos, o relator parcial, duas vezes, por igual prazo, e o relator-geral, duas vezes, pelo prazo de quinze minutos;

VIII – as emendas e subemendas serão votadas, sem encaminhamento, em grupos, segundo o sentido dos pareceres, ressalvados os destaques requeridos pelo autor, com apoio de, pelo menos, cinco membros da comissão ou por líder;

IX – publicado o parecer da comissão e distribuídos os avulsos, será o projeto incluído, com exclusividade, em Ordem do Dia, obedecido o interesse regimental;

X – a discussão, em plenário, far-se-á sobre o projeto e as emendas, em um único turno, podendo o relator-geral usar da palavra sempre que for necessário, ou delegá-la ao relator parcial;

XI – a discussão poderá ser encerrada mediante autorização do Plenário, a requerimento de líder, depois de debatida a matéria em três sessões deliberativas consecutivas;(*)

(*) Resolução nº 37/95

XII – encerrada a discussão, passar-se-á à votação, sendo que os destaques só poderão ser requeridos por líder, pelo relator-geral ou por vinte Senadores;

XIII – aprovado com ou sem emendas, o projeto voltará à comissão para a redação final, que deverá ser apresentada no prazo de cinco dias úteis;(*)

XIV – publicada e distribuída em avulsos, a redação final será incluída em Ordem do Dia, obedecido o interstício regimental;

XV – não se fará tramitação simultânea de projetos de código;

XVI – os prazos previstos neste artigo poderão ser aumentados até o quádruplo, por deliberação do Plenário, a requerimento da comissão.

Parágrafo único. As disposições deste artigo serão aplicáveis exclusivamente aos projetos de código elaborados por juristas, comissão de juristas, comissão ou subcomissão especialmente criada com essa finalidade, e que tenham sido antes amplamente divulgados. (NR)

CAPÍTULO III DOS PROJETOS COM TRAMITAÇÃO URGENTE ESTABELECIDA PELA CONSTITUIÇÃO

Art. 375. Nos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, quando sujeitos à tramitação urgente (Const., art. 64, § 1º) e nos casos de apreciação de atos de outorga ou renovação de concessão, permissão ou autorização para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens (Const., art. 223, § 2º) (**), proceder-se-á da seguinte forma: (***)

I – o projeto será lido na Hora do Expediente e distribuído às comissões competentes, somente podendo receber emendas na primeira comissão constante do despacho, pelo prazo de cinco dias;

II – o projeto será apreciado, simultaneamente, pelas comissões, sendo feitas tantas autuações quantas forem necessárias;

(*) Resolução nº 37/95

(**) Ver Resolução nº 39, de 1992, e Parecer nº 252, de 1993

(***) Resolução nº 1/90

III – as comissões deverão apresentar os pareceres até o vigésimo quinto dia contado do recebimento do projeto no Senado;

IV – publicado o parecer e distribuído em avulsos, decorrido o interstício regimental, o projeto será incluído em Ordem do Dia;

V – não sendo emitidos os pareceres no prazo fixado no inciso III, aplicar-se-á o disposto no art. 172, II, *d*;

VI – o adiamento de discussão ou de votação não poderá ser aceito por prazo superior a vinte e quatro horas;

VII – a redação final das emendas deverá ser apresentada em plenário no prazo máximo de quarenta e oito horas após a votação da matéria;

VIII – esgotado o prazo de quarenta e cinco dias contado do recebimento do projeto sem que se tenha concluída a votação, deverá ele ser incluído em Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação sobre as demais matérias, até que se ultime a sua votação (Const., art. 64, § 2º). (NR)

CAPÍTULO IV DOS PROJETOS REFERENTES A ATOS INTERNACIONAIS (Const., art. 49, I)

Art. 376. O projeto de decreto legislativo referente a atos internacionais terá a seguinte tramitação:

I – só terá iniciado o seu curso se estiver acompanhado de cópia autenticada do texto, em português, do ato internacional respectivo, bem como da mensagem de encaminhamento e da exposição de motivos;

II – lido na Hora do Expediente, será o projeto publicado e distribuído em avulsos, acompanhado dos textos referidos no inciso I e despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

III – perante a Comissão, nos cinco dias úteis subsequentes à distribuição de avulsos, poderão ser oferecidas emendas; a Comissão terá, para opinar sobre o projeto, e emendas, o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período; ^(*)

(*) Resolução nº 37/95

IV – publicados o parecer e as emendas e distribuídos os avulsos, decorrido o interstício regimental, a matéria será incluída em Ordem do Dia;

V – não sendo emitido o parecer, conforme estabelece o inciso III, aplicar-se-á o disposto no art. 172, II, *c.* (NR)

TÍTULO X

DAS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS

CAPÍTULOS:

- I – DO FUNCIONAMENTO COMO ÓRGÃO JUDICIÁRIO
- II – DA ESCOLHA DE AUTORIDADES
- III – DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE LEI INCONSTITUCIONAL
- IV – DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NOS ARTS. 52 E 155 DA CONSTITUIÇÃO
 - Seção I – Da Autorização para Operações Externas de Natureza Financeira**
 - Seção II – Das Atribuições Estabelecidas no art. 52, VI, VII, VIII e IX, da Constituição**
 - Seção III – Das Atribuições Relativas à Competência Tributária dos Estados e do Distrito Federal**
 - Seção IV – Disposições Gerais**

TÍTULO X DAS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS

CAPÍTULO I DO FUNCIONAMENTO COMO ÓRGÃO JUDICIÁRIO^(*)

Art. 377. Compete privativamente ao Senado Federal (Const., art. 52, I e II);

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comodantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;^(**)

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, nos crimes de responsabilidade.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o Senado funcionará sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal (Const., art. 52, parágrafo único). (NR)

Art. 378. Em qualquer hipótese, a sentença condenatória só poderá ser proferida pelo voto de dois terços dos membros do Senado, e a condenação limitar-se-á à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis (Const., art. 52, parágrafo único).

Art. 379. Em todos os trâmites do processo e julgamento serão observadas as normas prescritas na lei reguladora da espécie.

Art. 380. Para julgamento dos crimes de responsabilidade das autoridades indicadas no art. 377, obedecer-se-ão as seguintes normas:

I – recebida pela Mesa do Senado a autorização da Câmara para instauração do processo, nos casos previstos no art. 377, I, ou a denúncia do crime, nos demais casos, será o documento lido na Hora do Expediente da sessão seguinte;

II – na mesma sessão em que se fizer a leitura, será eleita comissão, constituída por um quarto da composição do Senado, obedecida a propor-

(*) Ver Lei n.º 1.079, de 1950

(**) Emenda Constitucional n.º 23, de 1999

cionalidade das representações partidárias ou dos blocos parlamentares, e que ficará responsável pelo processo;

III – a comissão encerrará seu trabalho com o fornecimento do libelo acusatório, que será anexado ao processo e entregue ao Presidente do Senado Federal, para remessa, em original, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, com a comunicação do dia designado para o julgamento;

IV – o Primeiro-Secretário enviará ao acusado cópia autenticada de todas as peças do processo, inclusive do libelo, intimando-o do dia e hora em que deverá comparecer ao Senado para o julgamento;

V – estando o acusado ausente do Distrito Federal, a sua intimação será solicitada pelo Presidente do Senado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado em que ele se encontre;

VI – servirá de escrivão um funcionário da Secretaria do Senado designado pelo Presidente do Senado.

Art. 381. Instaurado o processo, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções (Const., art. 86, § 1º, II).

Parágrafo único. Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente da República, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo (Const., art. 86, § 2º).

Art. 382. No processo e julgamento a que se referem os arts. 377 a 381 aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

CAPÍTULO II

DA ESCOLHA DE AUTORIDADES (Const., art. 52, III e IV)^(*)

Art. 383. Na apreciação do Senado sobre escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

I – a mensagem, que deverá ser acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu *curriculum vitae*, será lida em plenário e encaminhada à comissão competente;

(*) Ver Leis Complementares: nº 75, de 1993, e nº 80, de 1994; Leis: nº 6.385, de 1976, nº 8.443, de 1992, nº 8.884, de 1994, nºs 9.427, 9.472 e 9.478, de 1997, nº 9.615, de 1998, nºs 9.782 e 9.883, de 1999, nºs 9.961, 9.984 e 9.986, de 2000, e nº 10.233, de 2001; Medidas Provisórias: nºs 2.156-5, 2.157-5 e 2.228-1, de 2001; Decretos Legislativos: nº 6, de 1993, nº 18, de 1994, e nº 7, de 1995; e Decretos: nº 91.961, de 1985, e nº 2.338, de 1997.

II – a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a três dias, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado (Const., art. 52, III);

III – a arguição de candidato a chefe de missão diplomática de caráter permanente será feita em reunião secreta (Const., art. 52, IV);

IV – além da arguição do candidato e do disposto no art. 93, a comissão poderá realizar investigações e requisitar, da autoridade competente, informações complementares;

V – o relatório deverá conter dados sobre o candidato, passando a constituir parecer com o resultado da votação, aprovando ou rejeitando o nome indicado; (*)

VI – a reunião será pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto, vedadas declaração ou justificação de voto, exceto com referência ao aspecto legal; (*)

VII – o parecer será apreciado pelo Plenário em sessão pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto;

VIII – a manifestação do Senado será comunicada ao Presidente da República, consignando-se o resultado da votação.

Parágrafo único. A manifestação do Senado e das comissões sobre escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente será procedida em sessão e reunião secretas (Const. art. 52, IV). (NR)

Art. 384. A eleição dos membros do Conselho da República será feita mediante lista sêxtupla elaborada pela Mesa, ouvidas as lideranças com atuação no Senado. (**)

§ 1º Proceder-se-á à eleição por meio de cédulas uninominais, considerando-se eleito o indicado que obtiver a maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros do Senado.

§ 2º Eleito o primeiro representante do Senado, proceder-se-á à eleição do segundo, dentre os cinco indicados restantes, obedecido o mesmo critério previsto no § 1º.

§ 3º Se, na primeira apuração, nenhum dos indicados alcançar maioria de votos, proceder-se-á a nova votação, e, se mesmo nesta, aquele *quorum*

(*) Resolução nº 13/91

(**) Ver Lei nº 8.041, de 1990

não for alcançado, a eleição ficará adiada para outra sessão, a ser convocada pela Presidência e, assim, sucessivamente.

§ 4º No processamento da eleição, aplicar-se-ão, no que couber, as normas regimentais que dispuserem sobre escolha de autoridades.

§ 5º À eleição dos suplentes, previstos na Lei nº 8.041, de 5 de junho de 1990, aplica-se o disposto neste artigo.

Art. 385. A mensagem do Presidente da República solicitando autorização para destituir o Procurador-Geral da República, uma vez lida em plenário, será distribuída, para apresentação de parecer, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (*)

Parágrafo único. Aplicar-se-á na tramitação da mensagem, no que couber, o disposto para escolha de autoridades, sendo que a destituição somente se efetivará se aprovada pela maioria absoluta de votos.

CAPÍTULO III DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE LEI INCONSTITUCIONAL (Const., art. 52, X)

Art. 386. O Senado conhecerá da declaração, proferida em decisão definitiva pelo Supremo Tribunal Federal, de inconstitucionalidade total ou parcial de lei mediante:

I – comunicação do Presidente do Tribunal;

II – representação do Procurador-Geral da República;

III – projeto de resolução de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Art. 387. A comunicação, a representação e o projeto a que se refere o art. 386 deverão ser instruídos com o texto da lei cuja execução se deva suspender, do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento.

Art. 388. Lida em plenário, a comunicação ou representação será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que formulará projeto de resolução suspendendo a execução da lei, no todo ou em parte.

(*) Ver Lei Complementar nº 75, de 1993

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NOS ARTS. 52 E 155
DA CONSTITUIÇÃO

Seção I
Da Autorização para Operações Externas de
Natureza Financeira^(*)

Art. 389. O Senado apreciará pedido de autorização para operações externas, de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Const., art. 52, V), instruído com:

I – documentos que o habilitem a conhecer, perfeitamente, a operação, os recursos para satisfazer os compromissos e a sua finalidade;

II – publicação oficial com o texto da autorização do Legislativo competente;

III – parecer do órgão competente do Poder Executivo.

Parágrafo único. É lícito a qualquer Senador encaminhar à Mesa documento destinado a complementar a instrução ou o esclarecimento da matéria.

Art. 390. Na tramitação da matéria de que trata o art. 389, obedecer-se-ão as seguintes normas:

I – lida na Hora do Expediente, a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de ser formulado o respectivo projeto de resolução, concedendo ou negando a medida pleiteada;

II – a resolução, uma vez promulgada, será enviada, em todo o seu teor, à entidade interessada e ao órgão a que se refere o art. 389, III, devendo constar do instrumento da operação.

Art. 391. Qualquer modificação nos compromissos originariamente assumidos dependerá de nova autorização do Senado.

Art. 392. O disposto nos arts. 389 a 391 aplicar-se-á, também, aos casos de aval da União, Estado, Distrito Federal ou Município, para a contratação de empréstimo externo por entidade autárquica subordinada ao Governo Federal, Estadual ou Municipal.

(*) Ver Resoluções nº 50, de 1993, e 23, de 1996

Seção II
Das Atribuições Estabelecidas no
art. 52, VI, VII, VIII e IX, da Constituição^(*)

Art. 393. Compete ao Senado:

I – fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Const., art. 52, VI);

II – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal (Const., art. 52, VII);

III – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno (Const., art. 52, VIII);

IV – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Const., art. 52, IX).

Parágrafo único. As decisões do Senado quanto ao disposto neste artigo terão forma de resolução tomada por iniciativa:

I – da Comissão de Assuntos Econômicos, nos casos dos incisos II, III e IV do *caput*;

II – da Comissão de Assuntos Econômicos, por proposta do Presidente da República, no caso do inciso I do *caput*.

Seção III
Das Atribuições Relativas à Competência Tributária dos
Estados e do Distrito Federal^()**

Art. 394. Ao Senado Federal, no que se refere à competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, compete:

I – fixar alíquotas máximas do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (Const., art. 155, § 1º, IV);

(*) Ver Lei Complementar nº 101, de 2000; Resoluções: nº 96, de 1989, nº 17, de 1992, nº 50, de 1993, nº 41, de 1999, nº 40 e 43, de 2001, e nº 3 e 5, de 2002

(**) Ver Resoluções nº 22, de 1989, 9, de 1992, e 95, de 1996

II – estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação (Const., art. 155, § 2º, IV);

III – estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas (Const., art. 155, § 2º, V, *a*);

IV – fixar alíquotas máximas nas operações internas para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados e do Distrito Federal (Const., art. 155, § 2º, V, *b*).

Parágrafo único. As decisões do Senado Federal, quanto ao disposto neste artigo, terão forma de resolução tomada por iniciativa:

I – da Comissão de Assuntos Econômicos, no caso do inciso I do *caput*;

II – do Presidente da República ou de um terço dos membros do Senado, no caso do inciso II do *caput*, e aprovação por maioria absoluta de votos;

III – de um terço dos membros do Senado Federal, no caso do inciso III do *caput*, e aprovação por maioria absoluta de votos;

IV – da maioria absoluta dos membros do Senado Federal, no caso do inciso IV do *caput*, e aprovação por dois terços da composição da Casa.

Seção IV **Disposições Gerais**

Art. 395. As matérias a que se referem os arts. 393 e 394 terão a tramitação regimental prevista para os demais projetos de resolução.

Art. 396. O Senado Federal remeterá o texto da resolução a que se referem os arts. 389 a 394 ao Presidente da República, aos Governadores, às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e aos Prefeitos e Câmaras de Vereadores dos Municípios interessados, com a indicação da sua publicação no *Diário do Senado Federal* e no *Diário Oficial da União*.

TÍTULO XI
DA CONVOCAÇÃO E DO COMPARECIMENTO DE
MINISTRO DE ESTADO

TÍTULO XI

DA CONVOCAÇÃO E DO COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO

Art. 397. O Ministro de Estado comparecerá perante o Senado:

I – quando convocado, por deliberação do Plenário, mediante requerimento de qualquer Senador ou comissão, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado (Const., art. 50, *caput*);

II – quando o solicitar, mediante entendimento com a Mesa, para expor assunto de relevância de seu Ministério (Const., art. 50, § 1º).

§ 1º O Ministro de Estado comparecerá, ainda, perante comissão, quando por ela convocado ou espontaneamente, para expor assunto de relevância de seu Ministério (Const., art. 50, *caput* e § 1º, e art. 58, § 2º, III).

§ 2º Sempre que o Ministro de Estado preparar exposição, por escrito, deverá encaminhar o seu texto ao Presidente do Senado, com antecedência mínima de três dias, para prévio conhecimento dos Senadores.

Art. 398. Quando houver comparecimento de Ministro de Estado perante o Senado, adotar-se-ão as seguintes normas:

I – nos casos do inciso I do art. 397, a Presidência oficiará ao Ministro de Estado, dando-lhe conhecimento da convocação e da lista das informações desejadas, a fim de que declare quando comparecerá ao Senado, no prazo que lhe estipular, não superior a trinta dias;

II – nos casos do inciso II do art. 397, a Presidência comunicará ao Plenário o dia e a hora que marcar para o comparecimento;

III – no plenário, o Ministro de Estado ocupará o lugar que a Presidência lhe indicar;

IV – será assegurado o uso da palavra ao Ministro de Estado na oportunidade combinada, sem embargo das inscrições existentes;

V – a sessão em que comparecer o Ministro de Estado será destinada exclusivamente ao cumprimento dessa finalidade;

VI – se, entretanto, o Ministro desejar falar ao Senado no mesmo dia em que o solicitar, ser-lhe-á assegurada a oportunidade após as deliberações da Ordem do Dia;

VII – se o tempo normal da sessão não permitir que se conclua a exposição do Ministro de Estado, com a correspondente fase de interpelações, será ela prorrogada ou se designará outra sessão para esse fim;

VIII – o Ministro de Estado ficará subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Senadores;

IX – o Ministro de Estado só poderá ser aparteado na fase das interpelações desde que o permita;

X – terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá a duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpelação, pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica;

XI – a palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido;

XII – ao Ministro de Estado é lícito fazer-se acompanhar de assessores, aos quais a Presidência designará lugares próximos ao que ele deva ocupar, não lhes sendo permitido interferir nos debates.

Art. 399. Na hipótese de não ser atendida convocação feita de acordo com o disposto no art. 397, I, o Presidente do Senado promoverá a instauração do procedimento legal cabível ao caso.

Art. 400. O disposto nos arts. 397 a 399 aplica-se, quando possível, aos casos de comparecimento de Ministro a reunião de comissão.

Art. 400-A. Aplica-se o disposto neste Título, no que couber, ao comparecimento ao Senado de titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República (Const., art. 50).^(*)

(*) Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994.

TÍTULO XII
DA ALTERAÇÃO OU REFORMA DO
REGIMENTO INTERNO

TÍTULO XII DA ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Art. 401. O Regimento Interno poderá ser modificado ou reformado por projeto de resolução de iniciativa de qualquer Senador, da Comissão Diretora ou de comissão temporária para esse fim criada, em virtude de deliberação do Senado, e da qual deverá fazer parte um membro da Comissão Diretora.

§ 1º Em qualquer caso, o projeto, após publicado e distribuído em avulsos, ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas.^(*)

§ 2º Decorrido o prazo previsto no § 1º, o projeto será enviado:

I – à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em qualquer caso;

II – à comissão que o houver elaborado, para exame das emendas, se as houver recebido;

III – à Comissão Diretora, se de autoria individual de Senador.

§ 3º Os pareceres das comissões serão emitidos no prazo de dez dias úteis, quando o projeto for de simples modificação, e no de vinte dias úteis, quando se tratar de reforma.^(*)

§ 4º Aplicam-se à tramitação do projeto de alteração ou reforma do Regimento as normas estabelecidas para os demais projetos de resolução.

§ 5º A redação final do projeto de reforma do Regimento Interno compete à comissão que o houver elaborado e o de autoria individual de Senador, à Comissão Diretora. (NR)

Art. 402. A Mesa fará, ao fim de cada legislatura, consolidação das modificações feitas no Regimento.

Parágrafo único. Na consolidação, a Mesa poderá, sem modificação de mérito, alterar a ordenação das matérias e fazer as correções de redação que se tornarem necessárias.

(*) Resolução nº 37/95

TÍTULO XIII
DA QUESTÃO DE ORDEM

TÍTULO XIII DA QUESTÃO DE ORDEM

Art. 403. Constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento.

Parágrafo único. Para contraditar questão de ordem é permitido o uso da palavra a um só Senador, por prazo não excedente ao fixado neste artigo.

Art. 404. A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental em que se baseia, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar sobre tese de natureza doutrinária ou especulativa.

Art. 405. A questão de ordem será decidida pelo Presidente, com recurso para o Plenário, de ofício ou mediante requerimento, que só será aceito se formulado ou apoiado por líder.

Art. 406. Considera-se simples precedente a decisão sobre questão de ordem, só adquirindo força obrigatória quando incorporada ao Regimento.

Art. 407. Nenhum Senador poderá falar, na mesma sessão, sobre questão de ordem já resolvida pela Presidência.

Art. 408. Havendo recurso para o Plenário, sobre decisão da Presidência em questão de ordem, é lícito a esta solicitar a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a matéria, quando se tratar de interpretação de texto constitucional.

§ 1º Solicitada a audiência, fica sobrestada a decisão.

§ 2º O parecer da Comissão deverá ser proferido no prazo de dois dias úteis, após o que, com ou sem parecer, será o recurso incluído em Ordem do Dia para deliberação do Plenário.^(*)

§ 3º Quando se tratar de questão de ordem sobre matéria em regime de urgência nos termos do art. 336, I, ou com prazo de tramitação, o parecer deverá ser proferido imediatamente, podendo o Presidente da comissão ou o relator solicitar prazo não excedente a duas horas.^(**)

(*) Resolução nº 37/95

(**) Resolução nº 150/93

TÍTULO XIV
DOS DOCUMENTOS RECEBIDOS

TÍTULO XIV DOS DOCUMENTOS RECEBIDOS

Art. 409. As petições, memoriais, representações ou outros documentos enviados ao Senado serão recebidos pelo Serviço de Protocolo e, segundo a sua natureza, despachados às comissões competentes ou arquivados, depois de lidos em plenário, quando o merecerem, a juízo da Presidência.

Art. 410. Não serão recebidas petições e representações sem data e assinaturas ou em termos desrespeitosos, podendo as assinaturas, a juízo da Presidência, ser reconhecidas.

Art. 411. O Senado não encaminhará à Câmara ou a outro órgão do poder público documento compreendido no art. 409.

TÍTULO XV
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO LEGISLATIVO^(*)

(*) Resolução nº 6/92

TÍTULO XV

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO LEGISLATIVO^(*)

Art. 412. Alegitimidade na elaboração da norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

I – a participação plena e igualitária dos Senadores em todas as atividades legislativas, respeitados os limites regimentais;

II – modificação da norma regimental apenas por norma legislativa competente, cumpridos rigorosamente os procedimentos regimentais;

III – impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, ainda que unânime, tomados ou não mediante voto;

IV – nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental;

V – prevalência de norma especial sobre a geral;

VI – decisão dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios gerais de Direito;

VII – preservação dos direitos das minorias;

VIII – definição normativa, a ser observada pela Mesa em questão de ordem decidida pela Presidência;

IX – decisão colegiada, ressalvadas as competências específicas estabelecidas neste Regimento;

X – impossibilidade de tomada de decisões sem a observância do *quorum* regimental estabelecido;

XI – pauta de decisões feita com antecedência tal que possibilite a todos os Senadores seu devido conhecimento;

XII – publicidade das decisões tomadas, exceção feita aos casos específicos previstos neste Regimento;

XIII – possibilidade de ampla negociação política somente por meio de procedimentos regimentais previstos.

(*) Resolução nº 6/92

Art. 413. A transgressão a qualquer desses princípios poderá ser denunciada, mediante questão de ordem, nos termos do disposto no art. 404.

Parágrafo único. Levantada a questão de ordem referida neste artigo, a Presidência determinará a apuração imediata da denúncia, verificando os fatos pertinentes, mediante consulta aos registros da Casa, notas taquigráficas, fitas magnéticas ou outros meios cabíveis.

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS
NO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, EM RAZÃO DA
CONSOLIDAÇÃO EFETUADA AO FINAL DA 51ª LEGISLATURA
(JANEIRO/2003)

TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 1999	TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 2003	OBSERVAÇÕES
Art. 4º, § 3º – ...a que se refere o parágrafo anterior,...	...a que se refere o § 2º,...	LC 107/01
§ 6º – ... não tomar posse, e nem requerer...	...não tomar posse nem requerer...	art. 402 (redação)
§ 6º – ...considera-se haver renunciado...	... considerar-se-á como tendo renunciado...	art. 402 (redação)
§ 6º – ...sendo convocado o primeiro Suplente.	... convocando-se o primeiro Suplente.	art. 402 (redação)
Art. 5º § 1º – ...considera-se haver renunciado...	... considerar-se-á como tendo renunciado...	art. 402 (redação)
§ 1º – ...sendo convocado o segundo Suplente,...	... convocando-se o segundo Suplente,...	art. 402 (redação)
§ 2º – ...na forma do artigo anterior...	...na forma do art. 4º ...	LC 107/01
Art. 6º Nos casos do art. 4º, § 5º, e § 1º do artigo anterior,...	Nos casos dos arts. 4º, § 5º, e 5º, § 1º ,...	LC 107/01
– ...considera-se concedida a prorrogação.	... considerar-se-á como concedida a prorrogação.	art. 402 (redação)
Art. 11 – ...referidos no artigo anterior,...	...referidos no art. 10 ,...	LC 107/01
Art. 13, § 2º – Considera-se...	Considerar-se-á ...	art. 402 (redação)
Art. 14, IV – ...redação final,...	...redação final (art. 321),...	art. 402 (redação)
Art. 15 – ...previstos no artigo anterior...	...previsto no art. 14 ...	LC 107/01
Art. 23, I – ...prevista no inciso IV do artigo anterior;	...prevista no art. 22, IV ;	LC 107/01
Art. 24, III – ...do inciso anterior,...	...do inciso II ,...	LC 107/01
Art. 30, <i>caput</i> – Considera-se haver renunciado:	Considerar-se-á como tendo renunciado:	art. 402 (redação)
Art. 31, parágrafo único – Nos casos do artigo anterior,...	Nos casos do art. 30 ,...	LC 107/01
Art. 32, § 5º, II – ...inciso III,...	...inciso III, do caput ,...	art. 402 (redação)

TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 1999	TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 2003	OBSERVAÇÕES
Art. 36 – (Const., art. 53, §7º)	(Const., art. 53, § 8º)	EC 35/01
Art. 37 – ...do capítulo anterior...	...do capítulo VIII ...	LC 107/01
Art. 38, <i>caput</i> – Considera-se ausente,...	Considerar-se-á como ausente ...	art. 402 (redação)
Art. 41. Nos casos do artigo anterior,...	Nos casos do art. 40 ,...	LC 107/01
Art. 44, <i>caput</i> – Considera-se...	Considerar-se-á ...	art. 402 (redação)
Art. 44-A, <i>caput</i> – Considera-se...	Considerar-se-á ...	art. 402 (redação)
Art. 60, <i>caput</i> – ...escrutínio secreto e maioria de votos,...	...escrutínio secreto, exigida maioria de votos,...	art. 402 (redação)
<i>caput</i> – ...composição do Senado, assegurada,...	...composição do Senado e assegurada,...	art. 402 (redação)
§ 2º – ...incisos II a IV do parágrafo anterior,...	...incisos II a IV do §1º,...	LC 107/01
Art. 72, IV-B – inexistente	Acréscimo de inciso: IV-B – Comissão de Legislação Participativa – CLP;	Res. 64/02
Art. 76, § 1º, II – ...inciso III,...	...inciso III, do <i>caput</i> , ...	art. 402 (redação)
Art. 77, <i>caput</i> , IV-B	Acréscimo de inciso: IV-B – Comissão de Legislação Participativa, 19;	Res. 64/02
Art. 77, § 2º – Cada Senador somente poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente.	Ressalvada a participação na Comissão de Fiscalização e Controle e na Comissão de Legislação Participativa , cada Senador somente poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente.	Res. 64/02
Art. 80, <i>caput</i> – ...prevista no artigo anterior,...	...prevista no art. 79 ,...	LC 107/01
Art. 84, § 3º – ...dos incisos II e III do parágrafo anterior,...	... dos incisos II e III do § 2º,...	LC 107/01
Art. 88, § 5º – ...no art. 39, inciso II , importa...	...no art. 39, II, importa...	art. 402 (redação)
Art. 89, X – ...na forma do inciso anterior,...	...na forma do inciso IX ,...	LC 107/01
Art. 91, § 3º – ...referida no parágrafo anterior...	...referida no § 2º,...	LC 107/01

TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 1999	TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 2003	OBSERVAÇÕES
<p>Art. 102-A, <i>caput</i> – ...além do disposto nos incisos II a V do art. 90...</p> <p>V – ...referidas no inciso anterior;</p>	<p>...além da aplicação, no que couber, do disposto no art. 90..</p> <p>...referidas no inciso IV:</p>	<p>art. 402 (redação); Res. 46/93</p> <p>LC 107/01</p>
<p>Art. 102-B, IV – ...as normas do artigo seguinte.</p>	<p>...as normas do art. 102-C.</p>	<p>LC 107/01</p>
<p>Art. 102-C, IV – ...no inciso anterior;</p>	<p>...no inciso III;</p>	<p>LC 107/01</p>
<p>Art. 102-D – ...salvo quanto à do § 2º do art. 77 e dos arts. 91 e 92.</p>	<p>...salvo quanto à dos arts. 91 e 92.</p>	<p>Res. 64/02</p>
<p>Art. 102-E – inexistente</p>	<p>Acréscimo de artigo:</p> <p>Art. 102-E. À Comissão de Legislação Participativa compete opinar sobre:</p> <p>I – sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional;</p> <p>II – pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas no inciso I.</p> <p>§ 1º As sugestões legislativas que receberem parecer favorável da Comissão serão transformadas em proposição legislativa de sua autoria e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame do mérito.</p>	<p>Res. 64/02</p>

TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 1999	TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 2003	OBSERVAÇÕES
	<p>§ 2º As sugestões que receberem parecer contrário serão encaminhadas ao Arquivo.</p> <p>§ 3º Aplicam-se às proposições decorrentes de sugestões legislativas, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de leis nas comissões, ressalvado o disposto no § 1º, <i>in fine</i>.</p>	
Art. 118, § 3º – ...fica suspenso... § 3º – ...e renova-se... § 5º – ...não se suspende..	...ficará suspenso... ...e renovar-se-á... ...não se suspenderá...	art. 402 (redação) art. 402 (redação) art. 402 (redação)
Art. 132, § 1º – ...o disposto no § 4º deste artigo. § 4º – ...a que se referem os parágrafos anteriores... § 5º – ...deve ser...	...o disposto no § 4º. ...a que se referem os §§ 1º a 3º... ...deverá ser...	LC 107/01 LC 107/01 art. 402 (redação)
Art. 139 – ... do art. 133, inciso IV, a proposta...	...do art. 133, IV, a proposta...	art. 402 (redação)
Art. 144, V – ...descritas no inciso anterior.	...descritas no inciso IV.	LC 107/01
Art. 154, § 2º – ...ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.	...ressalvado o disposto no § 3º.	LC 107/01
Art. 155, § 2º – ...do artigo anterior,...	...do art. 154,...	LC 107/01
Art. 158, § 3º – No caso do parágrafo anterior,...	No caso do § 2º,...	LC 107/01
Art. 163, <i>caput</i> § 1º – ...constantes dos incisos anteriores,...	Acréscimo de novo inciso I, renumerando-se os demais: I – medida provisória, a partir do 46º (quadragésimo sexto) dia de sua vigência (Const., art. 62, § 6º); ...constantes dos incisos I a VII do caput ,...	EC 32/01 LC 107/01

TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 1999	TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 2003	OBSERVAÇÕES
§ 2º – ...o disposto no parágrafo anterior...	...o disposto no § 1º...	LC 107/01
§ 3º – Nos grupos dos incisos III e VI do <i>caput</i> ,...	Nos grupos dos incisos IV e VII do <i>caput</i> ,...	art. 402 (redação)
§ 4º – ...constante do parágrafo anterior...	...constante do § 3º...	LC 107/01
Art. 170, § 3º – ... referidos no parágrafo anterior...	...referidos no § 2º...	LC 107/01
Art. 172, parágrafo único – ...legislativa, caso em que...	...legislativa, hipótese em que...	art. 402 (redação)
Art. 191 – ...a que se refere o artigo anterior,...	...a que se refere o art. 190 ,...	LC 107/01
Art. 208, § 2º – ...referidos no parágrafo anterior...	...referidos no § 1º...	LC 107/01
Art. 215, <i>caput</i> – ...não referidos no artigo anterior...	...não referidos no art. 214 ...	LC 107/01
I, a – requerimento de informação...	de informação...	art. 402 (redação)
I, b – requerimento de licença...	de licença...	art. 402 (redação)
IV – inexistente	Acréscimo de inciso: IV – dependente de aprovação pela maioria absoluta do Senado, requerimento de informação sigilosa (LC 105, de 2001).	LC 105/01
Art. 216, § 2º – ...disposições do parágrafo anterior...	...disposições do § 1º...	LC 107/01
Art. 221, <i>caput</i> – ...previstas nos artigos anteriores,...	...previstas nos arts. 218 a 220 ,...	LC 107/01
Art. 223 – ...do artigo anterior.	...do artigo 222 .	LC 107/01
Art. 235, II – ...quando se tratar de emenda:	...quando se tratar de emenda: a : (retirar o a inicial das alíneas “ <i>d</i> ” a “ <i>f</i> ”)	art. 402 (redação)
Art. 255, III – ...dos incisos anteriores	...dos incisos I e II .	LC 107/01
Art. 279, § 1º – ...no inciso III...	...no inciso III do caput ...	art. 402 (redação)
§ 3º – ...no inciso II...	...no inciso II do caput ...	art. 402 (redação)
Art. 287 – ...disposto no parágrafo único do artigo anterior.	...disposto no parágrafo único do art. 286 .	LC 107/01

TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 1999	TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 2003	OBSERVAÇÕES
Art. 325, II – ...do inciso anterior,...	...do inciso I,...	LC 107/01
III – ...no inciso anterior,...	...no inciso II,...	LC 107/01
Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto as originárias da Câmara ou por ela revisadas e as com parecer favorável das comissões.	<p>Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto:</p> <p>I – as originárias da Câmara dos Deputados ou por ela revisadas;</p> <p>II – as de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos;</p> <p>III – as apresentadas por Senadores no último ano de mandato;</p> <p>IV – as com parecer favorável das comissões;</p> <p>V – as que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49);</p> <p>VI – as que tratem de matéria de competência privativa do Senado Federal (Const., art. 52);</p> <p>VII – pedido de sustação de processo contra Senador em andamento no Supremo Tribunal Federal (Const., art. 53, §§ 3º e 4º, EC 35/2001).</p> <p>§ 1º Em qualquer das hipóteses dos incisos do caput, será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade</p>	Res. 17/02

TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 1999	TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 2003	OBSERVAÇÕES
	de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos Senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado. § 2º Na hipótese do § 1º, se a proposição desarquivada não tiver a sua tramitação concluída, nessa legislatura, será, ao final dela, arquivada definitivamente.	
Art. 333. Serão, ainda, automaticamente arquivadas as proposições que se encontrem em tramitação há duas legislaturas. <i>Parágrafo único.</i> A proposição arquivada, nos termos deste e do artigo anterior, não poderá ser desarquivada.	Revogado	Res. 17/02
Art. 374, I – ...dia útil seguinte a partir de sua...	...dia útil seguinte à sua...	art. 402 (redação)
Art. 375, V – ...aplica-se o disposto...	... aplicar-se-á o disposto...	art. 402 (redação)
Art 376, II – ...referidos no inciso anterior... V – ...aplica-se o disposto...	...referidos no inciso I... ... aplicar-se-á o disposto...	
Art. 377, I – ...e os Ministros de Estado, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;	... bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;	EC 23/99
Art. 382 – ...a que se referem os artigos anteriores...	...a que se referem os arts. 377 a 381...	LC 107/01
Art. 384, § 2º – ...previsto no parágrafo anterior.	...previsto no § 1º.	LC 107/01
Art. 387 – ...a que se refere o artigo anterior...	...a que se refere o art. 386..	LC 107/01

TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 1999	TEXTO CONSOLIDADO EM JANEIRO DE 2003	OBSERVAÇÕES
Art. 390, <i>caput</i> – ...de que trata o artigo anterior,...	...de que trata o art. 389 ,...	LC 107/01
Art. 392. O disposto nos artigos anteriores...	O disposto nos arts. 389 a 381 ...	LC 107/01
Art. 396 – ...a que se referem os artigos anteriores...	...a que se referem os arts. 389 a 394 ...	LC 107/01
TITULO XI DO COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO	TITULO XI DA CONVOCAÇÃO E DO COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO	art. 402 (redação)
Art. 398, I – ...inciso I do artigo anterior,...	...inciso I do art. 397 ,...	LC 107/01
II – ...inciso II do artigo anterior,...	...inciso II do art. 397 ,...	LC 107/01
Art. 400. O disposto nos artigos anteriores...	O disposto nos artigos arts. 397 a 399 ...	LC 107/01
Art. 401, § 2º – ...o prazo previsto no parágrafo anterior,...	...o prazo previsto no § 1º ,...	LC 107/01
Art. 404 – ...podendo versar sobre...	...podendo versar sobre tese...	art. 402 (redação)

QUADRO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS
NO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, EM RAZÃO DA
CONSOLIDAÇÃO EFETUADA AO FINAL DA 50ª LEGISLATURA
(JANEIRO/1999)

TEXTO CONSOLIDADO EM 1994	TEXTO CONSOLIDADO EM 1999	OBSERVAÇÕES
art. 2º – alíneas <i>a e b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 3º – alíneas <i>a a g</i> – alínea <i>d</i>	incisos I a VII inciso IV, <i>a e b</i>	LC 95/98 LC 95/98
art. 4º – ... ordinária ou extraordinária... ...Diário do Congresso Nacional...	...deliberativa ou não deliberativa... ...Diário do Senado Federal...	Res. 37/95 Ato do Congresso Nacional de 2.10.95(*)
art. 8º – alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 9º – alíneas <i>a a f</i>	incisos I a VI	LC 95/98
art. 13	nova redação	Res. 37/95
art. 14, X, <i>b</i>	itens 1 a 6	LC 95/98
art. 17 – § 2º – ...ordinárias.	...deliberativas ordinárias ou não deliberativas.	Res. 37/95
art. 19 – alíneas <i>a e b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 22, IV ...convidad-lo-á a deixar o...	...Determinará sua saída do...	art. 402 (redação)
art. 24, V ...quarenta e oito horas...	...dois dias úteis...	Res. 37/95
art. 25 – ...dias.	...dias úteis.	Res. 37/95
art. 28 – alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 31 – parágrafo único... nas vinte e quatro horas que se seguirem...	...até o dia útil que se seguir...	Res. 37/95
art. 32, III – ...sessões ordinárias...	...sessões deliberativas ordinárias...	Res. 37/95
§ 4º ...dias, §§ 4º e 5º – alíneas <i>a e b</i>	...dias úteis , incisos I e II	Res. 37/95 LC 95/98
art. 33, § 1º ...quinze dias,...mais quinze,...	...quinze dias úteis,...igual período...	Res. 37/95
§ 3º – dias	dias úteis	Res. 37/95

(*) Em todos os dispositivos do Regimento Interno, a denominação “Diário do Congresso Nacional” foi substituída pela “Diário do Senado Federal”, consoante o Ato do Congresso Nacional de 2-10-1995.

TEXTO CONSOLIDADO EM 1994	TEXTO CONSOLIDADO EM 1999	OBSERVAÇÕES
art. 38 – <i>caput</i> – ...sessões ordinárias... – parágrafo único –...no art. 13, § 1º, não sendo...	...sessões deliberativas ordinárias. ... no art. 13, não sendo...	Res. 37/95 Res. 37/95
art. 39 – alíneas <i>a</i> e <i>b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 40, <i>caput</i> § 1º – alíneas <i>a</i> e <i>b</i> alínea <i>b</i> § 5º – inexistente	nova redação incisos I e II inciso II – alíneas <i>a</i> a <i>d</i> § 5º (acréscimo) Os casos de licença serão decididos pela Mesa com recurso para o Plenário.	Res. 37/95 Res. 37/95 Res. 37/95 Res. 37/95
art. 41 ... sessões ordinárias...	...sessões deliberativas ordinárias...	Res. 37/95
art. 43 – §§ 1º e 2º	revogados	Res. 37/95
art. 48 – itens 1 a 35 – item 6 – ...sessões <i>e</i> ...	incisos I a XXXV inciso VI ...sessões deliberativase...	LC 95/98 Res. 37/95
art. 49 – alíneas <i>a</i> e <i>b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 52 – alíneas <i>a</i> e <i>b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 54 – alíneas <i>a</i> a <i>j</i>	incisos I a X	LC 95/98
art. 56 – alíneas <i>a</i> a <i>c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 59, § 1º ...cinco dias,	...cinco dias úteis,	Res. 37/95
art. 70 – itens 1 a 3	incisos I a III	LC 95/98
art. 72 – itens 1 a 6 – inciso IV-A inexistente	incisos I a VI IV-A (acréscimo) – Comissão de Fiscalização e Controle	LC 95/98 Res. 46/93
art. 74 – alíneas <i>a</i> a <i>c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 76, § 1º – alíneas <i>a</i> e <i>b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 77 – alíneas <i>a</i> a <i>f</i> – inciso IV-A inexistente	incisos I a VI IV-A (acréscimo) – CFC	LC 95/98 Res. 46/93
art. 80 ... nas quarenta e oito horas...	...nos dois dias úteis...	Res. 37/95
art. 83 – somente <i>caput</i>	Parágrafo único. (acréscimo) A Comissão de Fiscalização e Controle terá nove suplentes.	Res. 46/93

TEXTO CONSOLIDADO EM 1994	TEXTO CONSOLIDADO EM 1999	OBSERVAÇÕES
art. 84 – <i>caput</i> – alíneas <i>a</i> e <i>b</i> § 2º – itens 1 a 3 § 4º...para serem distribuídas...	incisos I e II incisos I a III ...para serem redistribuídas...	LC 95/98 LC 95/98 art. 402 (redação)
art. 88 – <i>caput</i> e § 4º ...cinco dias...	...cinco dias úteis...	Res. 37/95
art. 89 – alíneas <i>a</i> a <i>n</i> alínea <i>f</i>	incisos I a XIII VI...com as outras Comissões e suas respectivas sub-comissões e com os líderes;	LC 95/98 art. 402 (redação)
art. 90 – inciso III	nova redação: convocar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições e ouvir os Ministros quando no exercício da faculdade prevista no art. 50, § 1º, da Constituição;	ECR 2/94
art. 98 – inciso III...de seus serviços e fixação...	...de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação...	EC 19/98
art. 101 – inciso II – itens 1 a 15 – inciso II – item 7 – nova redação	alínea <i>a</i> a <i>p</i> g) normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, da Constituição, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III, também da Constituição;	LC 95/98 EC 19/98

TEXTO CONSOLIDADO EM 1994	TEXTO CONSOLIDADO EM 1999	OBSERVAÇÕES
arts. 102-A a 102-D inexistentes	(acréscimo: arts. 102-A a 102-D) – competências da Comissão de Fiscalização e Controle	Res. 46/93
art. 107 – <i>a a c</i> – alínea <i>a</i> , itens 1 a 6 – parágrafo único ...sessões ordinárias...	incisos I a III inciso I, alíneas <i>a a f</i> ...sessões deliberativas ordinárias...	LC 95/98 LC 95/98 Res. 37/95
art. 113, <i>caput</i> – ...mais idoso. – parágrafo único – alíneas <i>a a d</i>	...mais idoso, ou, ainda, nos termos do art. 49, II. incisos I a IV	art. 402 (redação) LC 95/98
art. 114, <i>caput</i> – <i>in fine</i> ...Assessoria. parágrafo único, alíneas <i>a a c</i>	...Consultoria Legislativa ou de Orçamento, conforme o caso. incisos I a III	Res. 9/97 LC 95/98
art. 115, § 2º – alíneas <i>a a f</i> § 3º – ...dentro das quarenta e oito horas que...	incisos I a VI ...dentro dos dois dias úteis que...	LC 95/98 Res. 37/95
art. 116, alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 117, parágrafo único...exclusiva competência...	...competência privativa...	art. 402 (redação)
art. 118, alíneas <i>a e b</i> – ...dias para... § 1º ...dias, correndo...	incisos I e II...dias úteis para... ... dias úteis , correndo...	Res. 37/95 Res. 37/95
art. 122, § 1º – ...vinte dias para...cinco dias para...	...vinte dias úteis para...cinco dias úteis para...	Res. 37/95
art. 124 – itens 1 a 4	incisos I a IV	LC 95/98
art. 126 – <i>caput</i> – ...quarenta e oito horas...	...dois dias úteis...	Res. 37/95
art. 132, §§ 2º e 6º – alíneas <i>a e b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 133 – alíneas <i>a a e</i> – alínea <i>e</i> , itens 1 a 4	incisos I a V inciso V, alínea <i>a a d</i>	LC 95/98 LC 95/98
art. 140 – alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 144 – alíneas <i>a a e</i>	incisos I a V	LC 95/98
art. 146 – alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98

TEXTO CONSOLIDADO EM 1994	TEXTO CONSOLIDADO EM 1999	OBSERVAÇÕES
TÍTULO VII, CAPÍTULO II, Seção VIII – Da Sessão Extraordinária	Da Sessão Deliberativa Extraordinária	Res. 37/95
art. 154	nova redação	Res. 37/95
art. 155 <i>caput</i> – A sessão ordinária terá...	A sessão terá...	Res. 37/98
art. 156, § 1º – alíneas <i>a a d</i>	incisos I a IV	LC 95/98
art. 157 – alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 158, § 4º – ...sessão ordinária seguinte...	...sessão do dia seguinte...	Res. 37/98
art. 160 – alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 163, § 1º – alíneas <i>a a c</i> § 3º – alínea <i>a a c</i> alíneas <i>a e b</i> – itens 1 e 2 alínea <i>c</i> – itens 1 a 4 § 4º – alíneas <i>a e b</i> alínea <i>b</i> – itens 1 a 5	incisos I a III incisos I a III incisos I e II – alíneas <i>a e b</i> inciso III alíneas <i>a a d</i> incisos I e II inciso II – alíneas <i>a a e</i>	LC 95/98 LC 95/98 LC95/98 LC 95/98 LC 95/98 LC 95/98
art. 166...sessão ordinária...	...sessão deliberativa ordinária...	Res. 37/95
art. 168 <i>caput</i> e parágrafo único – ...das sessões ordinárias das...	...das sessões das...	Res. 37/95
art. 170, § 2º – alíneas <i>a a c</i> – alínea <i>c</i> ...sessões ordinárias...	incisos I a III inciso III...sessões deliberativas ordinárias...	LC 95/98 Res. 37/95
art. 172, inciso II, alínea <i>a</i> – parágrafo único – ...sessão ordinária...	revogado ...sessão deliberativa ordinária...	Res. 2/95-CN Res. 37/95
art. 175, alíneas <i>a a g</i>	incisos I a VII	LC 95/98
art. 180, alíneas <i>a e b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 187, <i>caput</i> e parágrafo único – ...sessão extraordinária...	... sessão deliberativa extraordinária...	Res. 37/95
art. 188 – ...sessão extraordinária...	sessão deliberativa extraordinária...	Res. 37/95
art. 189 – <i>caput</i> e parágrafo único – ...sessão extraordinária...	sessão deliberativa extraordinária...	Res. 37/95
art. 199 – ... poderá realizar sessão especial ou interromper ordinária,...	poderá interromper sessão ou realizar sessão especial,...	Res. 37/95
art. 210 – itens 1 e 2	incisos I e II	LC 95/98

TEXTO CONSOLIDADO EM 1994	TEXTO CONSOLIDADO EM 1999	OBSERVAÇÕES
TÍTULO VIII, CAPÍTULO I, Seção III – letras <i>a a d</i>	Subseções I a IV	LC 95/98
TÍTULO VIII, CAPÍTULO XIII, Seção II – letras <i>a a e</i>	Subseções I a V	LC 95/98
art. 213 – alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 214 – parágrafo único – alíneas <i>a a d</i>	incisos I a IV	LC 95/98
art. 215, I – I – dependente de decisão da Mesa, requerimento de informação a Ministro de Estado; – III – alínea <i>a</i>	nova redação, com desdobramento em alíneas <i>a e b</i>: I – dependente de decisão da Mesa: <i>a</i>) requerimento de informação a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República (Const. art. 50, § 2º, com a redação dada pela ECR nº 2/94); <i>b</i>) requerimento de licença (arts. 13 e 43); revogado	Res. 37/95 Res. 37/95
art. 216, IV – ...ao Ministro de Estado... § 1º ...dentro de setenta e duas horas,...	...à autoridade competente... dentro de três dias úteis,...	ECR 2/94 Res. 37/95
art. 218 – alíneas <i>a a g</i> – alínea <i>c</i> , itens 1 a 6	incisos I a VII inciso III – alíneas <i>a a f</i>	LC 95/98 LC 95/98
art. 221 – alíneas <i>a e b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 222, § 2º ...sessão...	...sessão deliberativa...	Res. 37/95
art. 230 – alíneas <i>a a d</i> – alínea <i>d</i> itens 1 e 2	incisos I a IV inciso IV – alíneas <i>a e b</i>	LC 95/98 LC 95/98
art. 235, inciso II ...cinco sessões ordinárias,...	...cinco dias úteis,...	Res. 37/95
art. 250, parágrafo único – alíneas <i>a a d</i>	incisos I a IV	LC 95/98
art. 252, itens 1 a 4	incisos I a IV	LC 95/98
art. 253, parágrafo único – itens 1 e 2	incisos I e II	LC 95/98
art. 254, parágrafo único – ...prazo de quarenta e oito horas...	...prazo de dois dias úteis...	Res. 37/95

TEXTO CONSOLIDADO EM 1994	TEXTO CONSOLIDADO EM 1999	OBSERVAÇÕES
art. 255, I, <i>b</i> – ...sessão extraordinária... , II, <i>c</i> , 9 – comparecimento de Ministro de Estado ao Plenário;	...sessão deliberativa extraordinária... comparecimento, ao plenário, de Ministro de Estado e títular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República;	Res. 37/95 ECR 2/94
art. 256, <i>caput</i> , alíneas <i>a</i> e <i>b</i> § 2º, alíneas <i>a</i> e <i>b</i> alínea <i>b</i> , itens 1 e 2	incisos I e II incisos I e II inciso II, alíneas <i>a</i> e <i>b</i>	LC 95/98 LC 95/98 LC 95/98
art. 260 – alíneas <i>a</i> a <i>c</i> – alínea <i>b</i> – itens 1 e 2	incisos I a III inciso II, alíneas <i>a</i> e <i>b</i>	LC 95/98 LC 95/98
art. 261, § 2º – alíneas <i>a</i> a <i>c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 274 – alíneas <i>a</i> a <i>h</i>	incisos I a VIII	LC 95/98
art. 275 – alíneas <i>a</i> e <i>b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 277 – ...cinco sessões ordinárias...	...cinco dias úteis	Res. 37/95
art. 279 – alíneas <i>a</i> a <i>e</i> § 1º – ...superior a trinta dias,... § 3º – alíneas <i>a</i> a <i>c</i>	incisos I a V ...superior a trinta dias úteis ,... incisos I a III	LC 95/98 Res. 37/95 LC 95/98
art. 280 – ...três sessões ordinárias...	...três dias úteis ...	Res. 37/95
art. 282, § 1º – ... quarenta e oito horas...	... dois dias úteis ...	Res. 37/95
art. 283, parágrafo único – ...sessão ordinária...	...sessão deliberativa ordinária...	Res. 37/95
art. 286, alíneas <i>a</i> e <i>b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 288, inciso III – alínea <i>j</i> inexistente	<i>j</i>) (acréscimo): aprovação de nome indicado para Defensor Público Geral;	LC 80/94
art. 291, alíneas <i>a</i> a <i>c</i> alínea <i>a</i> – itens 1 a 5	incisos I a III inciso I – alíneas <i>a</i> a <i>e</i>	LC 95/98 LC 95/98
art. 294, alíneas <i>a</i> a <i>h</i> alínea <i>a</i> itens 1 a 3 alínea <i>g</i> itens 1 a 5	incisos I a VIII inciso I alíneas <i>a</i> a <i>c</i> inciso VII – alíneas <i>a</i> a <i>e</i>	LC 95/98 LC 95/98 LC 95/98
art. 295, § 1º, ... a ocuparem os respectivos lugares...	expressões suprimidas	art. 402 (redação) (novo sistema de votação)
art. 297 – alíneas <i>a</i> e <i>b</i>	incisos I e II	LC 95/98

TEXTO CONSOLIDADO EM 1994	TEXTO CONSOLIDADO EM 1999	OBSERVAÇÕES
art. 303	art. 303 – nova redação: A votação não se interrompe senão por falta de quorum e, observado o disposto nos arts. 178 e 179, pelo término da sessão.	art. 402 (redação)
art. 309	art. 309 – nova redação – O encaminhamento é medida preparatória da votação; a votação só se considera iniciada após o término do encaminhamento.	art. 402 (redação)
art. 310 – <i>a a l</i>	incisos I a XI	LC 95/98
art. 311, <i>caput</i> alínea <i>a</i> a <i>d</i> parágrafo único – alíneas <i>a e b</i>	incisos I a IV incisos I e II	LC 95/98 LC 95/98
art. 312 – alínea <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 313 – alíneas <i>a a d</i>	incisos I a IV	LC 95/98
art. 314, inciso XI – ...prazo de quarenta e oito horas	prazo de dois dias úteis...	Res. 37/95
art. 325 – alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 326, parágrafo único – alíneas <i>a a d</i>	incisos I a IV	LC 95/98
art. 334 – alíneas <i>a e b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 335 – itens 1 a 3	incisos I a III	LC 95/98
art. 336 – alíneas <i>a a c</i> – alínea <i>b</i> ... sessão ordinária...	incisos I a III inciso II...sessão deliberativa ordinária...	LC 95/98 Res. 37/95
art. 338– inciso Vinexistente	acréscimo: V – pela Comissão de Assuntos Econômicos, quando se tratar de pedido de autorização para realizar operação de crédito	Res. 78/98
art. 340 – inciso III – ... sessão seguinte...	... sessão deliberativa seguinte...	Res. 37/95
art. 345 – in ci sos II e III ...ses são ordinária...	...sessão deliberativa ordinária...	Res. 37/95
art. 348 – in ci sos II e III ...ses são ordinária...	...ses são deliberativa ordinária...	Res. 37/95

TEXTO CONSOLIDADO EM 1994	TEXTO CONSOLIDADO EM 1999	OBSERVAÇÕES
art. 349 ...quatro sessões ordinárias.	...quatro sessões.	Res. 37/95
art. 352, parágrafo único – alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 358 – ...sessões ordinárias...	...sessões deliberativas ordinárias...	Res. 37/95
art. 361 – § 1º ...sessão ordinária...	...sessão deliberativa ordinária...	Res. 37/95
art. 362 – ... cinco sessões.	cinco dias úteis .	Res. 37/95
art. 363 ...sessões ordinárias...	...sessões deliberativas ordinárias...	Res. 37/95
art. 374 – inciso I – ... no prazo de vinte e quatro horas... – inciso III – ...vinte dias, – inciso IV – ...dez dias... – inciso V – ...cinco dias... – inciso VI – ...cinco dias... – Inciso XI – ...sessões consecutivas... – inciso XIII – ...Cinco dias;	...até o dia útil seguinte... ...vinte dias úteis , ...dez dias úteiscinco dias úteiscinco dias úteissessões deliberativas consecutivas ... cinco dias úteis ;	Res. 37/95 Res. 37/95 Res. 37/95 Res. 37/95 Res. 37/95 Res. 37/95
art. 376 – alíneas <i>a a e</i> – alínea <i>c</i> – ...cinco dias... quinze dias...	incisos I a V ...cinco dias úteis ... quinze dias úteis ...	LC 95/98 Res. 37/95
art. 380 – alíneas <i>a a f</i>	incisos I a VI	LC 95/98
art. 383 – alíneas <i>a a h</i>	incisos I a VII	LC 95/98
art. 386 – alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 389 – alíneas <i>a a c</i>	incisos I a III	LC 95/98
art. 390 – alíneas <i>a e b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 393, parágrafo único – alíneas <i>a e b</i>	incisos I e II	LC 95/98
art. 394, parágrafo único – alíneas <i>a a d</i>	incisos I a IV	LC 95/98
art. 398 – alíneas <i>a a m</i>	incisos I a XII	LC 95/98
art. 400-A – inexistente	art. 400-A (acréscimo) Aplica-se o disposto neste Título, no que couber, ao comparecimento ao Senado de titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. (Const. Art. 50, com a redação dada pela ECR nº 2/94).	ECR 2/94

TEXTO CONSOLIDADO EM 1994	TEXTO CONSOLIDADO EM 1999	OBSERVAÇÕES
art. 401, § 1º ... cinco sessões... § 2º – alíneas <i>a</i> a <i>c</i> § 3º – ...dez dias,...vinte dias...	...cinco dias úteis ... incisos I a III ...dez dias úteis , ... vinte dias úteis ...	Res. 37/95 LC 95/98 Res. 37/95
art. 408, <i>caput</i> Mesa ao Presidente	Presidência... a esta	Res. 37/95
art. 408, § 2º – ... no prazo de quarenta e oito horas,...	no prazo de dois dias úteis ,...	Res. 37/95

PARTE II
ÍNDICE REMISSIVO DO REGIMENTO INTERNO

ABREVIATURAS USADAS:

CâmaradosDeputados.....	CD
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	CCJ
Diário do Senado Federal	DSF
Ordem do Dia	OD
Para	P/
Projeto de Resolução	PR
Proposta de Emenda à Constituição	PEC
Regimento Interno do Senado Federal	RISF
SenadoFederal	SF

Observação:

São separados por vírgula os artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens.

ABERTURA E DURAÇÃO DAS SESSÕES – 155; ver SESSÕES.

ADIAMENTO DA:

- discussão – 279;
- discussão e votação de projeto de iniciativa do Presidente da República com tramitação urgente – 375,VI;
- requerimento de, da votação – 315, § 1º;
- votação – 315;
- votação secreta – 295, § 2º.

ADVERTÊNCIA AO SENADOR – 22.

ALÍQUOTA: ver ATRIBUIÇÕES privativas do SF;

- fixação e estabelecimento de – 394;
- iniciativa e *quorum* para aprovação – 394, parágrafo único.

ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGIMENTO INTERNO – 401;

- consolidação das normas de – 402;
- exame pelas Comissões – 401, § 2º;
- iniciativa de PR – 401;
- recebimento emenda a PR – 401, § 1º;
- redação final – 401, § 5º.

ANAIS:

- discurso para inclusão nos – 203;
- limite de págs. no *DSF* – 210, § 2º;
- trabalhos das sessões, organização em – 209;
- transcrição de matérias nos – 210.

ANEXAÇÃO DE DOCUMENTOS AO PROCESSO – 261, §§ 2º e 3º.

APARTES: – 14, X;

- a Ministro de Estado – 398, IX, e 14, XI;
- interrupção do uso da palavra por outro Senador, para – 18, II, *a*;

- não permitidos – 14, X, *b*;
- não publicados – 14, X, *d*;
- postura para – 14, X, *e*;
- proibição ao Presidente – 50;
- recusa de permissão para – 14, X, *c*;
- sem permissão – 14, X, *d*;
- uso da palavra – 14, X;
- vedada a inclusão em discurso, assunto sigiloso – 20.

APOIAMENTO DAS PROPOSIÇÕES – 247;

- encaminhamento de votação – 248;
- *quorum* – 248, parágrafo único.

APRECIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES – 270; – ver PROPOSIÇÕES.

APRECIÇÃO DE MATÉRIA URGENTE – 345; – ver URGÊNCIA.

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES – 235;

- em Plenário – 235, III;
 - após a OD – 235, III, *c*;
 - em qualquer fase da sessão – 235, III, *e*;
 - na fase da sessão em que a matéria respectiva for anunciada – 235, III, *d*;
 - na Hora do Expediente – 235, III, *a*;
 - na OD – 235, III, *b*;
- normas para apresentação – 236 a 239;
- perante a Mesa – 235, II;
- perante as Comissões – 235, I;
- projetos de lei rejeitados – 240;
- proposição autônoma – 239.

ARQUIVAMENTO DE PROPOSIÇÃO:

- anexação de documentos – 264;
- ao fim da legislatura – 332;

- parecer pelo – 133, III;
- pareceres contrários, quanto ao mérito – 254;
- prejudicada – 334, § 4º;
- recurso para a tramitação – 254, *caput* e parágrafo único.

ASSENTAMENTOS – 10; – ver SENADORES.

ASSINATURA – 244;

- retirada de – 244, parágrafo único.

ASSISTÊNCIA À SESSÃO: – 182;

- bancada da imprensa – 183;
- manifestações populares – 184;
- presenças permitidas em Plenário – 182;
- pública – 182; 183; 184;
- secreta – 185.

ATAS: – 201;

- conteúdo – 201; 202;
- da sessão pública – 202;
- da sessão secreta – 208;
- das reuniões das comissões – 115;
- de reunião secreta – 116, § 3º;
- desarquivamento de documentos de caráter secreto – 208, § 2º;
- discurso:
 - não inclusão de, em – 201, § 2º;
 - para publicação, enviado à Mesa – 203;
 - proferido em sessão secreta – 195; 208, § 1º;
 - publicação da cópia sem revisão – 201, § 3º.
- documento de caráter sigiloso – 202, parágrafo único;
- elaboração – 201; 208;
- esclarecimento da Presidência – 204;
- inserção de declaração de voto – 202, I, *b*;

- inserção de voto de pesar – 218;
- publicação no *DSF* – 201;
- questão de ordem sobre a – 207;
- recolhidas ao arquivo – 208;
- registro do nome do Presidente – 206;
- retificação – 207;
- substituição na Presidência – 205; *caput* e parágrafo único;
- súmula dos documentos – 202, II.

ATOS INTERNACIONAIS, dos PROJETOS REFERENTES A – 376.

ATRIBUIÇÕES:

- autorização para operação externa de natureza financeira – 389;
- das Comissões Permanentes e Temporárias – 97 a 105; – ver COMISSÕES PERMANENTES;
- do Presidente do Senado – 41; 43, § 2º; 48; 49; 51; 69; 140;
- do 1º Secretário – 54;
- do 2º Secretário – 55;
- do 3º e 4º Secretários – 56;
- do 1º Vice-Presidente – 52;
- do 2º Vice-Presidente – 53;
- dos Líderes – 66; – ver LÍDER;
- escolha de autoridades – 383; – ver ESCOLHA DE AUTORIDADES;
- estabelecidas nos incisos VI a IX do art. 52 da Const. – 393;
- fixação de alíquotas referentes aos tributos dos Estados e do DF – 394;
- funcionamento como órgão judiciário – 377; – ver FUNCIONAMENTO COMO ÓRGÃO JUDICIÁRIO;
- privativas do Senado – 377; 386; 389; 393; 394;
- suspensão de lei inconstitucional – 386; – ver SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE LEI INCONSTITUCIONAL.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PELA COMISSÃO – 93.

AUSÊNCIA DE SENADOR: – 38; – ver também SENADORES;

- do País – 39;
- para efeito de perda de mandato – 32, III;
- para efeito de remuneração – 13, § 2º.

AUTÓGRAFOS: – 328;

- conteúdo – 329;
- de proposição definitivamente aprovada pelo SF – 328;
- de proposição procedente da CD, arquivamento no SF – 330;
- de proposição procedente da CD e emendada no SF – 331;
- retificação de erros – 325, II, c; 326.

AUTORIA DAS PROPOSIÇÕES: – 243;

- de comissão – 245;
- retirada de assinatura – 244.

AUTORIDADES, escolha de – 383; – ver ESCOLHA DE AUTORIDADE;

- recepção a – 199.

AUTORIZAÇÃO:

- para desempenho de missão – 40;
- para operações externas de natureza financeira – 389;
- para Presidente ou Vice-Presidente da República se ausentarem do País – 103, VII.

AVULSOS:

- da OD (registro de projeto em fase de recebimento de emendas) – 122, § 2º;
- da OD – 170, *caput* e § 2º;
 - registro das matérias constantes das sessões – 170, § 2º;
- das proposições em – 250;
- dispensa de interstício – 281;
- dos pareceres em – 137;

- especiais das Comissões – 137, parágrafo único;
- prévia distribuição de – 281.

BLOCOS PARLAMENTARES: da MAIORIA, da MINORIA e das LIDERANÇAS – 61;

- competência dos Líderes – 64; 66;
- constituição de – 61;
- escolha de líderes e vice-líderes de blocos das representações partidárias – 65;
- formação de – 61, parágrafo único;
- líder, indicação de, e comunicação – 62; 65, § 4º;
- maioria – 65, §§ 1º, 3º, 4º e 5º;
- minoria – 65, §§ 2º, 3º, 4º e 5º;
- não obtenção da maioria absoluta – 65, § 5º;
- vice-líderes – 65, § 4º.

CARTEIRA DE IDENTIDADE (de Senador) – 11.

CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

- escolha – 383, III, e parágrafo único;
- falecimento, homenagens – 218, V e VI.

CÓDIGO, projeto de – 374; – ver PROJETO DE CÓDIGO.

COMEMORAÇÕES ESPECIAIS:

- em sessão especial – 199;
- na Hora do Expediente (normas) – 160.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE):

- competência – 99; 390, I; 393, parágrafo único; 394, parágrafo único, I;
- composição – 77, I.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS):

- competência – 100;
- composição – 77, II.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ):

- audiência solicitada pelo Presidente em questão de ordem – 408;
- competência – 101;
- composição – 77, III;
- desdobramento de proposição – 327;
- destituição do Procurador-Geral da República – 385;
- emendas de redação – 101, IV; 234;
- exame de prejudicialidade (recurso) – 334, §§ 2º e 3º;
- exame para correção de erro – 325, I;
- parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade – 101, I;
- parecer quanto ao mérito sobre as matérias de competência da União – 101, II;
- parecer sobre alteração ou reforma do Regimento Interno – 401, § 2º, I;
- parecer sobre recurso interposto pelo Plenário em caso de vacância – 31, parágrafo único;
- participação de membros na Comissão incumbida de emitir parecer sobre a PEC nº 356, parágrafo único;
- suspensão da execução de lei inconstitucional – 388; 386, III; 101, III.

COMISSÃO DIRETORA: – 98; ver também MESA;

- competência – 98;
- composição – 77; 46;
- consolidação das modificações feitas no Regimento – 402, parágrafo único;
- esclarecimento ao Plenário de atos de competência da – 98, parágrafo único;
- impedimento de participação de membros da, em outra Comissão Permanente – 77, § 1º;
- mandato – 59;
- redação final de projeto de reforma do Regimento Interno – 401, § 5º;
- suplentes – 46, § 2º e 83.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE):

- competência – 102;
- composição – 77, IV.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CFC):

- competência – 102-A;
- composição – 77, IV-A.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE):

- competência – 103;
- composição – 77, V;
- participação de senador em missão no País ou no exterior – 40; 103, parágrafo único;
- projetos referentes a atos internacionais – 376, II e III.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA (CI):

- competência – 104;
- composição – 77, VI.

COMISSÃO PARA ELABORAR OU MODIFICAR O REGIMENTO INTERNO – 401.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO: – 145;

- aplicação subsidiária do Código de Processo Penal – 153;
- apuração de fato determinado: – 145, § 1º;
 - mais de um fato determinado – 150, § 2º;
- atos processuais – 153;
- ausência do relator – 147;
- conclusão por PR – 150, § 1º;
- conclusão por responsabilidade criminal ou civil, ao Ministério Público – 151;
- convocação de Ministro – 148;
- criação – 145;
- depoimento, tomada de – 148;

- diligência – 148; 149;
- escolha de relator – 126;
- escolha de substituto de relator – 147;
- falta de *quorum* para a deliberação – 148, § 1º;
- finalidade – 145;
- indicação de número de membros, prazo, duração, fato a apurar e despesas – 145, § 1º;
- indicação para procedimento de sindicância – 149;
- indiciados, testemunhas, inquiridos – 14, *caput* e § 2º;
- inquirição de testemunhas – 148, *caput* e § 2º;
- inspeções pelo TCU – 148;
- intimação – 148, § 2º;
- investigação de diversos fatos – 150, § 2º;
- limite do número de participação de Senadores – 145, § 3º;
- não admissibilidade – 146;
- poderes da – 148;
- prazo – 76, § 4º; 145, § 1º;
- prorrogação do prazo – 152;
- publicação do requerimento – 145, § 2º;
- relator, escolha de: – 126;
 - ausência do – 147;
- relatório – 150;
- requerimento de criação (requisitos) – 145, § 1º;
- requisição de documentos – 148;
- sindicância – 149;
- suplentes – 145, § 4º.

COMISSÕES PERMANENTES:

- ata – 115 e parágrafos;
- atribuições dos presidentes de – 89; 121;
- audiência de outra Comissão – 138, I;
- ausência, nas reuniões, do Presidente e do Vice-Presidente – 88, § 3º;

- comparecimento de Ministro de Estado – 90, III; 400;
- comparecimento de outras autoridades – 400, parágrafo único;
- competência: – 90 e 105;
 - do Presidente – 89;
- denominação – 72;
- designação de membros – 66; 78 e 79;
- devolução de processos ao encerramento da legislatura – 89, § 2º;
- diligências – 138, I; 142;
- direção – 88;
- dispensa de parecer quando esgotado o prazo na primeira Comissão: – 119;
- documentos de natureza sigilosa – 144;
- documentos enviados, apreciação de – 143;
- eleição de Presidente e Vice-Presidente: – 88;
 - não havendo – 88, § 1º;
- emendas apresentadas perante as Comissões – 122;
- emendas de comissão – 123;
- empate na eleição – 88, § 2º;
- espécies – 71; 72; 74;
- estudo em reunião conjunta: – 49, II; 113;
 - normas – 113, parágrafo único e incisos;
- funcionamento das subcomissões – 73, § 1º;
- impedimento temporário de membros de comissão – 85;
- impossibilidade de comparecimento de senador à reunião – 87;
- indicação de titulares e suplentes – 66; 80 e 81;
- mandato – 88, § 6º;
- número de membros – 77;
- pareceres – 133;
- pauta (distribuição e publicação da) – 108, parágrafo único;
- prazos: – 118 – ver também PRAZOS;
 - de projeto sujeito a prazo de tramitação – 118, § 5º; 282, § 1º; 283, parágrafo único; 375, III;

- do relator na comissão – 120;
- esgotado em comissão, dispensa de parecer – 119;
- prorrogação do prazo – 118, § 2º;
- renovação – 118, § 3º;
- sobre emendas – 118, § 1º;
- suspensão do – 118, §§ 3º e 4º;
- presidentes, competência – 89;
- presidente, como relator – 89, § 1º;
- prorrogação do prazo – ver PRORROGAÇÃO;
- *quorum* para deliberação – 108; 109;
- relatores – 126; – ver RELATOR;
- relatórios – 130; – ver RELATÓRIOS;
- renúncia a lugar em – 86;
- renúncia ao cargo de Presidente ou de Vice-Presidente – 88, § 5º;
- representação proporcional dos partidos nas – 78;
- retirada de matéria de comissão que não tenha oferecido parecer no prazo regimental, para remessa a outra – 119;
- reuniões: – 106;
 - assistência às – 110; 112;
 - atas – 115; – ver ATAS;
 - conjuntas: – 49, II; 113; 138, I;
 - normas – 113, parágrafo único;
 - deliberações – 109;
 - horários das – 107, parágrafo único;
 - impedimento de realizar – 107, parágrafo único;
 - início dos trabalhos – 111;
 - local – 106;
 - pauta, fixação da – 108, parágrafo único;
 - *quorum* – 108;
 - secretários das: – 114;
 - competência – 114, parágrafo único;
 - secretas – 116 e 117;

- subcomissões:
 - criação – 73;
 - funcionamento – 73, § 1º;
 - relatórios – 73, § 2º;
- subemenda – 125 e 231;
- substituições de membros – 81;
- substitutos temporários – 85;
- suplentes: – 83;
 - afastamento do – 84, § 4º;
 - competência – 84;
 - convocação – 84, § 1º;
 - inexistência de – 85;
 - número de – 83;
 - redistribuição de matéria – 84, § 4º;
 - re la tor – 84, § 2º;
 - voto – 84, § 3º;
- temporárias: – 74; – ver COMISSÕES TEMPORÁRIAS;
- titular,afastamento do – 84, § 4º;
- vaga de Presidente ou Vice-Pre si den te – 88, § 4º;
- votos:
 - com restrições – 132, § 6º, II;
 - contados como favoráveis – 132, § 7º;
 - do autor – 132, § 8º;
 - do relator, pedido de vista – 132, § 1º;
 - do suplente – 84, § 3º;
 - empate – 132, § 9º;
 - em separado – 132, § 6º, I;
 - pelas conclusões – 132, § 6º, II;
 - vencidos – 132, § 6º, II.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS: – 74;

- externas – 74, II, e 75;
- extinção – 76;
- internas – 74, I;
- para estudar Projeto de Código – 374; – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- parlamentar de inquérito – 74, III e 145;
- prazos: – 76, § 3º;
 - da CPI – 76, § 4º; – ver COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO;
- prorrogação do prazo – 76, § 1º;
- relatório – 76, § 2º; 150.

COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES (disposições gerais) – 90;

- aplicação do Código de Processo Civil – 90, parágrafo único;
- ata – 95;
- audiência pública – 93;
- competência terminativa – 91;
- delegação de competência terminativa pelo Presidente – 91, § 1º;
- depoimento de testemunhas e autoridades – 90, parágrafo único;
- depoimento na audiência pública – 94;
- exceção de competência terminativa – 91, I e V, *a, b e c*;
- recebimento de denúncia, petições e reclamações – 96, *caput* e parágrafos;
- recurso para discussão e votação em plenário, de decisão terminativa: – 91, §§ 3º, 4º e 5º;
 - não havendo recurso – 91, § 5º;
- rito processual das proposições sujeitas à deliberação terminativa – 92;
- vedada apreciação em caráter de urgência – 91, I e II.

COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO – 397;

- apartes – 398, XII;
- assessoramento – 398, XII;
- comunicação ao Plenário – 398, II;
- contradita – 398, X;

- convocação para comparecimento ao plenário; – 397, I;
- convocação para comparecimento perante comissão – 397, § 1º;
- duração da exposição do Ministro – 398, VII;
- encaminhamento do texto do assunto – 397, § 2º;
- interpelantes – ordem de inscrição e uso da palavra – 14, XI; 398, X;
- não atendimento da convocação – 399;
- normas – 398 e 400;
- perante a comissão – 397, § 1º; 400 – ver também COMISSÃO PERMANENTE e TEMPORÁRIA.
- perante o Senado – 39, I e II;
- prazo para comparecimento – 398, I;
- prazo para uso da palavra – 398, X;
- prorrogação da sessão – 398, VII;
- quando solicitar, normas – 397, II, e 398, VI;
- requerimento de convocação – 397, I;
- uso da palavra pelo ministro – 398, IV, VI e VIII.

COMPARECIMENTO DE TITULARES DE ÓRGÃOS DIRETAMENTE SUBORDINADOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 400-A.

COMUNICAÇÃO INADIÁVEL – 14, VII – ver USO DA PALAVRA.

CONSELHO DA REPÚBLICA – 384.

CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE SENADOR – 45.

CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE MEMBRO DE COMISSÃO – 84, §§ 1º e 3º

CONVOCAÇÃO DE MINISTRO DE ESTADO – 138, § 1º; 397, I; – ver COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO.

CORREÇÃO DE ERRO – 325;

- autógrafo recebido da CD – 326;
- casos – 325;
- comunicação de erro pela CD (normas) – 326, parágrafo único;

- desdobramento de proposição – 327, *caput* e parágrafo único;
- exame pela CCJ – 325, I;
- fora do âmbito do SF – 325, II;
- matéria encaminhada à sanção ou à Câmara – 325, II;
- normas – 325;
- novos autógrafos – 325, II;
- republicação da lei – 325, II;
- sem alteração do mérito – 325, III.

CRIME DE RESPONSABILIDADE – 216, § 1º; 380.

DECLARAÇÃO DE VOTO: – 316;

- encaminhamento à Mesa – 293, II; 316;
- impedimento de – 316, parágrafo único;
- inserção em Ata – 202, I, *b*;
- sobre documento de natureza sigilosa – 20;
- voto de liderança – 293, II.

DECORO PARLAMENTAR, VER PERDA DE MANDATO – 32, II e § 1º.

DESACATO AO SENADO: – 23;

- normas aplicáveis – 24.

DESARQUIVAMENTO DE PROPOSIÇÃO (vedação) – 333, parágrafo único.

DESPESA:

- aumento de, através de emenda (vedação) – 230, IV.

DESTAQUE: – 312;

- de emendas (relacionadas) – 314, VII;
- de expressão que modifique a proposição – 314, II;
- deliberação do Plenário – 312;
- normas sobre requerimentos – 314, I;
- p/ aprovação ou rejeição – 312, III, e 314, VI, *a*;

- p/ constituir projeto autônomo – 312, I;
- p/ projeto em separado – 300, IX; 314, VIII, IX, X e XI;
- p/ votação como emenda autônoma – 313;
- p/ votação de emendas a Projeto de Código: – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- p/ votação em separado – 312, II;
- possibilidade p/ – 313, parágrafo único;
- precedência de, para projeto em separado, sobre a matéria principal – 314, IX;
- proposta por comissão (parecer) – 314, VIII;
- requerimento de 312 e 314, I;
 - não admissíveis – 314, VI, *a, b*;
- retirada do requerimento de, (conseqüência); – 314, V;
- tramitação de projeto resultante de – 314, XII;
- votação – 314, III, IV.

DILIGÊNCIAS: – 142;

- adiamento da discussão, p/ – 279, V;
- adiamento de votação – 279, V;
- em apreciação de matéria urgente – 349;
- pedido por Comissão – 138, I;
- pedido por CPI – 148;
- requerida pelo relator, em parecer oral – 140, § 1º.

DIPLOMA, apresentação de – 4º, *caput* e § 1º.

DIREÇÃO das comissões: – 88; – ver COMISSÕES PERMANENTES;

- competência do Presidente – 89.

DISCURSOS:

- do uso da palavra – ver USO DA PALAVRA;
- enviado à Mesa p/ publicação – 203;
- interrupção de – 18, I, II;
- publicação – 201;

- revisão pelo autor – 201, §§ 2º e 3º.

DISCUSSÃO – 272;

- adiamento da: – 279;
 - em regime de urgência – 279;
- da redação final – 321;
- da proposição emendada – 277;
- das emendas da CD a projeto do SF – 286;
- das proposições em regime de urgência – 347;
- de emendas em conjunto – 272;
- de projeto de Código: – 374, X, XI e XII; – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- de Proposta de Emenda à Constituição: – 358, § 2º; 363 e 364; – ver PEC.;
- dispensa da – 276;
- encerramento da – 275;
- encerramento da, redação final, sem emendas ou retificações – 324;
- interrupção da – 274;
- uso da palavra – 273.

DISTRITO FEDERAL, competência tributária do Senado – 394.

DIVULGAÇÃO DAS SESSÕES: – 186;

- fotografia, irradiação, filmagem e televisão – 186.

DOCUMENTO SIGILOSO:

- no plenário – 20; 157; 262;
- normas nas comissões – 144;
- publicidade (não há) – 202, parágrafo único; 157 e 262.

DOCUMENTOS:

- arquivamento – 143;
- da publicação – 263;
- de natureza sigilosa – 144; 157; 262;
- encaminhamento a terceiros (proibição) – 143, § 3º; 411;
- enviado à comissão p/ apreciação – 143;

- leitura – 263;
- para anexação ao processo – 263, parágrafo único;
- reabertura de exame em comissão – 143, § 2º;
- recebidos – 409;
- transcrição no *DSF* – 210.

DOCUMENTOS ENVIADOS ÀS COMISSÕES, da apreciação de: – 143; – ver DOCUMENTOS.

DOCUMENTOS RECEBIDOS: – 409 – ver DOCUMENTOS;

- despachados ou arquivados – 409;
- não encaminhamento a outros órgãos – 143, § 3º; 411;
- normas – 410.

ELEIÇÃO DA MESA: – 59;

- apuração – 60, § 3º;
- cargos – 60, § 1º;
- direção pela Mesa anterior – 59, § 2º;
- em único escrutínio – 60, § 4º;
- encaminhamento de votação não admissível – 310;
- mandato – 59;
- proporcionalidade – 60;
- reeleição (vedada) – 59;
- vaga definitiva – 59, § 1º;
- votação por meio de cédulas – 296.

EMBAIXADORES, Escolha de – 383; – ver ESCOLHA DE AUTORIDADES.

EMENDAS: – 230;

- à Constituição: – 354 – ver PEC – 354;
- adotada pela Comissão – 123;
- a Projetos de Código: – 374, VIII; – ver PROJETO DE CÓDIGO;

- a projetos de iniciativa do Presidente da República com tramitação urgente – 375, I, VII; 122, II, *b*, e § 1º;
- a projetos referentes a atos internacionais – 376, III;
- a proposição – 277;
- a proposição sujeita a parecer em Plenário, pelo Relator – 125;
- a Proposta de Emenda à Constituição – 358, § 2º, e 363;
- apresentada em Plenário – 235, III; 277;
- apresentada em Plenário pelo relator – 125;
- apresentada perante as Comissões – 122; – ver também COMISSÃO PERMANENTE;
- autônoma – 313;
- autorizada, perante a Comissão – 122;
- com parecer contrário – 133, § 7º;
- com parecer no sentido de constituir projeto em separado (processamento da votação) – 300, IX;
- com pareceres concordantes de todas as comissões, votação em grupo – 300, III;
- com subemendas, votação separada – 300, VII;
- com subemendas, votação uma a uma, ou em grupo – 300, VI;
- da CD a projetos do SF: – 285;
 - discussão e votação de, da CD – 286;
 - subemenda, não permitida – 285;
 - substitutivo da CD – 287;
 - votadas em globo, exceção – 286;
 - votadas em parte – 286, parágrafo único;
- da mesma natureza, preferência – 300, X;
- de comissão – 123;
- declarada inconstitucional e injurídica, pela CCJ (não será submetida a votos) – 300, XVIII;
- de redação, ouvida a CCJ – 234, parágrafo único;
- destaque, para votação:
 - como autônoma – 313;
 - para aprovação ou rejeição – 312, III;

- para constituir projeto em separado – 300, IX;
- discussão da – 272;
- fase de recebimento de – 122, § 2º;
- grupo de pareceres favoráveis, inclusão das emendas de comissão – 300, IV;
- inaceitáveis: – 233;
- inclusão de grupos de, de pareceres contrários, as rejeitadas pelas comissões quanto ao mérito – 300, V;
- inexistente – 124, I;
- justificção: – 233; 238;
 - oral, em conjunto, em Plenário – 238, parágrafo único;
- não admissíveis: – 230;
- não adotadas pela comissão – 124, I; 232;
- numeração: – ver NUMERAÇÃO;
- oferecidas em Plenário, relator – 126, §§ 1º e 2º;
- oferecidas pela CCJ para correção de vício – 101, § 2º;
- parecer sobre – 133, § 5º;
- perante a Comissão – 122;
- prazo das comissões para exame das – 118, § 1º;
- prazo p/ apresentação de, perante a Comissão – 122, § 1º;
- prejudicadas, por aprovação de substitutivo integral – 300, XVI;
- prejudicadas, por rejeição do projeto – 301;
- processamento da votação: – ver PROCESSAMENTO DA VOTAÇÃO;
- publicação – 250, parágrafo único, I;
- que alteram apenas a redação da proposição – 234;
- renovação em Plenário, quando não adotada por comissão – 232;
- saneadora de vício de inconstitucionalidade – 101, § 2º;
- subemenda – 231;
- substitutivo da CD a projeto do SF – 287;
- tratamento das emendas nas comissões – 124;
- várias, do mesmo autor, justificção oral em conjunto – 238, parágrafo único;
- votação das, destacadamente ou uma a uma – 300, VIII;
- votação das – ver PROCESSAMENTO DA VOTAÇÃO.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE AS COMISSÕES: – 122;

- a Projeto de Código – 124, II;
- apresentadas em plenário pelo Relator – 125;
- avulsos – 122, § 2º;
- emenda de comissão – 123;
- iniciativa – 122, I, II;
- inexistente – 124, I;
- prazo – 122, § 1º;
- recurso p/ discussão e votação em plenário – 124, IV;
- sem discussão a projeto de iniciativa do Presidente da República em regime de urgência – 124, III;
- tratamento das – 124.

EMPATE DE VOTAÇÃO – ver VOTAÇÃO.

ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO: – 308;

- apartes permitidos e não permitidos – 14, X, b;
- à requerimento de urgência – 343;
- de apoio das proposições – 248;
- de requerimento a votar na Hora do Expediente – 161, parágrafo único;
- limitação de oradores – 310, parágrafo único;
- não admissível:
 - em Projeto de Código – 374, XII; – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- requerimento de – 310;
- uso da palavra: – 308;
 - em regime de urgência – 343; 347.

ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO: – 275;

- de Projeto de Código – 374, XI, XII; – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- de Proposta de Emenda à Constituição – 364; – ver PEC.

ESCOLHA DE AUTORIDADES: – 383;

- arguição – 383, II, III e IV;

- Conselho da República: – 384, *caput* e parágrafos;
 - eleição – 384, *caput*, e parágrafos;
 - *quorum* – 384, § 1º;
- destituição do Procurador-Geral da República – 385, parágrafo único;
- mensagem (instrução) – 383, I;
- normas – 383;
- parecer – 165; 383, V;
- *quorum*, outras autoridades – 288, III, *b, d e f*;
- reunião da comissão – 383, VI e parágrafo único;
- votação – 383, VI.

ESTADOS, COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA – 394.

EXERCÍCIO, DE SENADOR E SUPLENTE: – 8º e 9º, parágrafo único:

- apresentação no SF – 8º;
- competência – 8º, *caput* e incisos;
- direitos – 9º, incisos e parágrafo único.

EXPEDIENTE – ver HORA DO EXPEDIENTE.

EXPLICAÇÃO PESSOAL:

- apartes, proibição – 14, X, *b*;
- uso da palavra – 14, VI; 19, II.

EXPRESSÕES, DESCORTESES E INSULTUOSAS (proibição) – 19, I.

EXTINÇÃO DA URGÊNCIA (casos): – 352; ver URGÊNCIA;

- formulação do requerimento – 352, parágrafo único.

FALECIMENTO DE SENADOR, HOMENAGEM – 26:

- providências – 221;
- levantamento da sessão – 220.

FUNCIONAMENTO DO SF: – 1º;

- das sessões legislativas – 2º;
- reuniões preparatórias – 3º;
- sede – 1º.

FUNCIONAMENTO DO SF COMO ÓRGÃO JUDICIÁRIO: – 377;

- ausência do acusado, (no DF) intimação – 380, V;
- constituição de comissão – 380, II;
- intimação p/ julgamento – 380, IV;
- julgamento (nor mas): – 379; 380;
 - não concluído – 381, parágrafo único;
- julgamento nos crimes de responsabilidade de autoridades – 377;
- libelo acusatório – 380, III;
- presidência do STF – 377, parágrafo único;
- sentença condenatória: – 378;
 - *quorum* – 378;
- suspensão das funções do Presidente da República – 381, *caput*.

GALERIAS – 184;

- assistência à sessão – 184.

HOMENAGEM DE PESAR: – 218;

- apartes – 14, X, *b*, 3;
- encaminhamento de votação de requerimento – 310, parágrafo único;
- requerimentos – 218;
- uso da palavra – 14, VII.

HOMENAGENS DEVIDAS EM CASO DE FALECIMENTO: – 26;

- comissão designada – 27, parágrafo único;
- representação em cerimônias – 27;
- sessões – 26.

HORA DO EXPEDIENTE: – 156;

- apresentação das proposições – 235, III, *a*;
- comemoração especial – 160;
- da sessão extraordinária – 187, parágrafo único;
- deliberações de requerimento – 159;
- dispensa da, em casosexcepcionais – 174;
- documento de caráter sigiloso (não será lido) – 157;
- duração da – 156;
- inscrição de senadores, antes do término da, para manifestações especificadas – 158, §§ 2º, 3º, 4º;
- leitura de PEC – ver PEC;
- leitura de expediente – 156, § 2º; 157; 161;
- matérias da – 156, § 1º;
- oradores da: – 158;
 - não permitido oradores – 158, § 5º;
- prorrogação da: – 158, § 1º;
 - não permitida prorrogação – 158, § 6º;
- requerimentos a votar após o fim da – 161, parágrafo único;
- uso da palavra após a – 158, §§ 2º, 3º, 4º.

IMPEACHMENT, APLICAÇÃO DE LEI – 382.

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO, ALÍQUOTA, FIXAÇÃO – 394, I.

IMUNIDADES, SUSPENSÃO DAS – 36.

INAUGURAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA – 2º.

INCLUSÃO EM OD – ver ORDEM DO DIA.

INCONSTITUCIONALIDADE E INJURIDICIDADE:

- de emenda – 300, XVIII;
- de emenda saneadora apresentada pela CCJ – 101, § 2º;
- parcial, considerada pela CCJ – 101, § 2º.

INDICAÇÃO: – 224;

- encaminhamento a mais de uma comissão – 227, parágrafo único;
- leitura – 226;
- normas: – 225;
 - deliberação – 227.

INFORMAÇÕES:

- anexação ao processo – 261, § 3º;
- de cunho administrativo, requerimento ao Presidente – 215, II, *b*;
- requerimento de normas – 216.

INSCRIÇÃO DE ORADORES – 17:

- inscrição de oradores – 158, § 4º;
- transferência de inscrição – 158, § 4º.

INSERÇÃO EM ATA – ver ATA.

INTERSTÍCIO: – 280;

- dispensa de – 281;
- entre os turnos de PEC – 362; ver PEC;
- período – 280.

INVERSÃO DA ORDEM DO DIA – 175, IV; – ver ORDEM DO DIA.

JURIDICIDADE DAS PROPOSIÇÕES:

- exa me pela CCJ – 101, I.

JUSTIFICAÇÃO:

- das proposições: – 238;
 - uso da palavra – 14, VII;
- de emenda – 233;
- de emenda apresentada em plenário – 233, parágrafo único;
- em conjunto de emendas do mesmo autor – 238, parágrafo único.

LEGISLATURAS ANTERIORES: – 332;

- arquivamento de proposições – 332; 333;
- desarquivamento (proibição de) – 333, parágrafo único;
- proposição originária da CD – 332.

LEI INCONSTITUCIONAL, SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO – 386 – ver SUSPENSÃO.

LEITURA DAS PROPOSIÇÕES: – 241;

- quando presente o autor – 242.

LICENÇA DE SENADOR: – 43; 44;

- candidato a Presidência ou Vice-Presidência da República – 44-A (Resolução nº 51/89);
- considerada concedida – 44;
- competência da Mesa – 40, § 5º;
- desistência da – 43, § 3º;
- incumbida de representação no País ou no exterior – 40;
- para tratar de interesses particulares – 43, II;
- por motivo de doença – 43, I.

LÍDER:

- atribuições – 66;
- ausência ou impedimento – 66, parágrafo único;
- comunicação à Mesa de indicação de – 65, § 3º;
- da Maioria e Minoria – 65;
- de bloco parlamentar – 62;
- indicação de membros nas comissões permanentes: – 66; 78; 79;
 - comunicação à Mesa – 80;
- indicação de Senador para missão no exterior – 40, § 1º, II, d;
- indicação de Vice-Líderes – 65, § 7º;
- indicação de – 65, § 6º;
- recurso em questão de ordem – 405;
- requerimento de, concessão de urgência – 338, I, II, III;

- requerimento de, na tramitação de Projeto de Código – 374, XI, XII;
- requerimento p/ dispensa de discussão – 276;
- requerimento p/ eleição dos membros da Mesa em um único escrutínio – 60, § 4º;
- substituição:
 - de membro de comissão – 81, §§ 1º, 2º;
 - de líder – 65, § 6º;
- uso da palavra – 14, II;
- uso da palavra no tempo posterior a OD – 176;
- voto do – 293, II; 294, III.

LIVRO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES – 17.

MAIORIA – 65 – ver BLOCOS PARLAMENTARES, DA MAIORIA, DA MINORIA E DAS LIDERANÇAS.

MANDATO – ver PERDA DE MANDATO.

MATÉRIA URGENTE, APRECIÇÃO – 345 – ver APRECIÇÃO DE MATÉRIA URGENTE.

MATÉRIA URGENTE INDEPENDENTE DE REQUERIMENTO – 353.

MATÉRIAS IDÊNTICAS OU CORRELATAS, TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO: – 258;

- normas – 260;
- remessa à comissão – 259;
- requerimento – 258.

MEDIDAS DISCIPLINARES: – 22;

- abertura de inquérito – 25;
- ato incompatível com o decoro – 25;
- comissão:
 - criação de – 24, II, *b*;
 - normas – 24, III, IV, V, VI;

- desacato ao SF: – 23;
 - normas p/ procedimento – 24;
- falta de decoro parlamentar – 25;
- infração: – 22;
 - advertências – 22, I, II, III, IV;
 - suspensão da sessão, motivada por – 22, V.

MESA: – 46;

- associação à manifestação em plenário – 222, § 3º;
- atribuições – ver ATRIBUIÇÕES;
- composição – 46;
- eleição – 59 – ver ELEIÇÃO DA MESA;
- renúncia ao cargo – 47;
- substituição de Presidente e Vice-Presidente – 46, §§ 1º e 4º;
- substituição de secretários – 46, §§ 2º e 3º;
- suplentes – 46, § 2º.

MINISTRO DE ESTADO, comparecimento de – 397 a 400;

- apartes – 398, IX ;
- assessoramento – 398, XII;
- comunicação ao plenário – 398, II;
- convocação – 138, § 1º; 397, I e § 1º;
- duração da exposição de Ministro – 398, X;
- encaminhamento do texto do as sun to – 397, § 2º;
- interpelantes, ordem de inscrição e uso da palavra – 398, XI;
- não atendimento da convocação – 399;
- perante a Comissão – 397, § 1º; 400; – ver COMISSÃO PERMANENTE;
- perante o SF: – 397, I;
 - normas – 398;
- prazo p/ comparecimento – 398, I;
- prorrogação da sessão – 398, VII;

- quando solicitar, normas – 397, II; 398, VI;
- requerimento de convocação – 397, I;
- uso da palavra: – 398, IV, VI, VIII, XI;
 - contradita – 398, X;
 - prazo de interpelação – 398, X .

MINORIA: – 65; – ver BLOCOS PARLAMENTARES.

MISSÃO NO PAÍS OU NO EXTERIOR: desempenho de – 40;

- autorização – 40, § 1º;
- competência da Mesa – 40, § 5º;
- impossibilidade de apreciação, despacho pelo Presidente – 41;
- leitura e votação – 40, § 3º;
- parecer de comissões – 40, § 4º;
- prazo de afastamento – 40, § 2º;
- restrições – 42.

MODIFICAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO – 401 – ver ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGIMENTO INTERNO.

NATUREZA DAS SESSÕES: – 154

- deliberativos – 154, I;
- especiais – 154, III;
- extraordinárias – 154, I, b, e §§ 2º e 3º;
- não deliberativas – 154, II e § 4º;
- não realização de – 154, § 6º, I a IV;
- ordinárias – 154, I, a;

NOME PARLAMENTAR – 7º;

- alteração do – 7º, § 2º.

NUMERAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES – 246.

OBSTRUÇÃO PARTIDÁRIA – 13.

OBRIGATORIEDADE DO VOTO – 306.

OPERAÇÕES EXTERNAS, DE NATUREZA FINANCEIRA, AUTORIZAÇÃO – 389;

- encaminhamento, por Senador, de documentos destinados a complementar a instrução ou esclarecimento da matéria – 389, parágrafo único;
- instrução da matéria – 389;
- modificações nos compromissos originariamente assumidos – 391;
- normas p/ a tramitação – 390;
- por entidades autárquicas subordinadas ao Governo Estadual ou Municipal – 392.

ORADORES (ver INSCRIÇÃO DE ORADORES).

ORDEM DO DIA (OD): – 162;

- adiamento da abertura da sessão, por falta de *quorum* – 155, § 3º;
- alteração da seqüência da, – 175;
- anúncio da, – 170;
- apresentação da proposição na – 235, III, *b*;
 - após a – 235, III, *c*;
- avulsos – 170, § 2º;
- casos especiais (matérias para votação) – 168, parágrafo único;
- das sessões extraordinárias – 189, *caput* e parágrafo único;
- designação da – 170;
- dispensa da, em caso excepcional – 174;
- dispensa de interstício – 281;
- inclusão de matéria – 163; 169, *caput* e parágrafo único;
 - dependente de exame das Comissões – 171;
 - em condições de nela figurar – 167 e 278;
 - em regime de urgência – 163, II, IV, V;
 - em tramitação normal – 163, VI; 172;
 - preferencial – 163, III;
 - que não tenha recebido parecer no prazo regimental – 172;

- urgente, de iniciativa do Presidente da República – 163, I;
- inclusão de parecer – 228, parágrafo único;
 - inclusão de pareceres sobre escolha de autoridades – 165;
- inclusão de projetos:
 - de Código – 163, § 6º; 374, IX;
 - de iniciativa do Presidente da República com tramitação urgente – 375, IV, VIII;
 - referente a atos internacionais – 376, IV e V;
 - sobre a mesma matéria – 164; 258;
 - sujeito a prazo de tramitação – 283, parágrafo único;
- inclusão de proposição em rito normal, sem que esteja instruída com pareceres das comissões; admissível – 172;
- inclusão de PEC – 357; 360; 363; 364 – ver PEC;
- início da – 162;
- inversão da – 175, IV;
- matérias não apreciadas da pauta da sessão ordinária anterior – 166;
- matéria prejudicada, inclusão – 334, §§ 1º a 4º – ver PREJUDICIALIDADE;
- não designada – 170, § 1º;
- organização da – 163;
- prazo de matéria para figurar na – 173;
- precedência na pauta – 163, §§ 1º a 5º;
- publicação e distribuição – 170;
- requisito p/ inclusão de matéria em – 167, parágrafo único; 169, *caput* e parágrafo único;
- retirada de matéria da – 256, § 2º, II, *a*;
- retirada de matéria da, pelo Presidente – 48, VI;
- seqüência das matérias (normas) – 163, §§ 3º e 4º;
- tempo posterior a – 176;
- uso da palavra, após a – 14, IX; 176.

ÓRGÃO JUDICIÁRIO, ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO SF – 377; – ver ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS.

ORGANIZAÇÕES DAS COMISSÕES – 79; – ver COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS.

PALAVRA, USO DA – ver USO DA PALAVRA.

PARECERES EM COMISSÃO PERMANENTE E TEMPORÁRIA – 133, – ver PARECERES.

PARECERES: – 133;

- a indicação (discordantes) – 227, parágrafo único;
- anexação – 261, § 2º;
- aparte a, orais (não permitidos) – 14, X, *b*;
- a projeto de iniciativa do Presidente da República com tramitação urgente – 375, III, IV, V;
- a projeto referente a atos internacionais – 376, III, IV, V;
- a projeto sujeito a prazo de tramitação – 283, parágrafo único;
- a questão de ordem – 408, § 3º;
- a Proposta de Emenda à Constituição – 356; 358; 359; 361; – ver PEC;
- a representação de perda de mandato – 32, §§ 4º e 5º;
- a subemenda – 133, § 5º;
- como justificção de proposição – 133, § 2º;
- conclusão – 133; 141;
- conclusão por destaque – 139; 314, VIII;
- conclusão por pedido de providências (normas) – 138;
- contrários quanto ao mérito – 254;
- convocação de Ministro de Estado – 138, § 1º (comunicação ao Presidente);
- da CCJ a recurso a questão de ordem – 408, §§ 2º e 3º;
- da CCJ pela prejudicialidade – 334, § 3º;
- dependentes de deliberação do Plenário (proposição) – 228; 138, II;
- de redação final – 323;
- dispensa de, – 119;
- ementa – 134;
- encaminhado à Mesa – 136;

- esclarecimento em Plenário, a convite do Presidente – 48, inciso XXII;
- favoráveis a várias emendas, num único texto – 133, § 6º;
- favorável a indicação, ofício, memorial e outros documentos; formalização em conclusão – 133, § 3º;
- inclusão de matéria em OD, sem – 172;
- inclusão em OD, para discussão e votação – 228, parágrafo único;
- interstício para distribuição de avulsos – 280; 281;
- leitura, publicação e distribuição, após manifestação da comissão – 137;
- mais de um sobre a mesma matéria, de conclusões discordantes – 229;
- numeração – 246, I, *h*;
- oferecendo proposição – 133, V;
- orais em plenário (normas) – 140;
 - apartes – 14, X, *b*;
 - concluindo por apresentação de proposição – 141;
 - oral, sobre matéria em regime de urgência – 140, I; 346, § 2º;
- orientação a seguir sobre a matéria – 133, V, *d*;
- para estudo – 137, parágrafo único;
- pela inconstitucionalidade e injuridicidade – 101, § 1º;
- pelo arquivamento – 133, III;
- por destaque, para proposição em separado – 133, IV;
- prazo para emissão de, oral, em Plenário – 140, § 2º;
- propondo apreciação de matéria em sessão secreta – 135;
- propondo destaque – 139; 314, VIII;
- propondo diligência – 140, § 1º;
- propondo requerimento ou emendas, formalização – 133, § 8º;
- proposição autônoma – 268;
- prorrogação de prazo para apresentação de, nas comissões – 118, § 2º;
- providências que independem do Plenário – 138, § 2º;
- publicação – 137;
- publicação ao pé da ata da reunião ou em avulsos especiais – 137, parágrafo único;
- publicados em avulsos – 250 e parágrafo único;

- redação do vencido – 128;
- remessa à Mesa – 136;
 - por escrito quando concluir pela apresentação de proposição – 141;
- sobre emenda – 133, § 6º;
 - emenda com parecer contrário – 133, § 7º;
 - emenda e subemenda – 133, § 5º;
 - escolha de autoridades – 383, V, VII;
 - indicação, ofício, memorial ou outro documento – 133, § 3º;
 - matéria de natureza sigilosa – 144, V;
 - matéria que deva ser apreciada em sessão secreta – 133, § 4º;
 - modificação ou reforma do RI – 401, § 3º;
 - prejudicialidade – 334, § 3º;
 - Projeto de Código – 374; – ver PROJETO DE CÓDIGO;
 - projetos sujeitos a prazo de tramitação – 283, parágrafo único;
 - projetos em regime de urgência: – 346;
 - apresentação e prazo – 346;
 - em questão de ordem – 408, § 3º;
 - submetido ao Plenário – 133, § 7º;
 - sugerindo requerimento ou emenda, formalização – 133, § 8º.

PEC – ver PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO.

PEDIDO DE VISTA:

- do parecer sobre perda de mandato – 33, § 3º;
- do processo:
 - relatório – 132, §§ 1º a 4º;
- na comissão – 132, § 1º;
- prazo – 132, §§ 1º a 4º.

PERDA DE MANDATO – 32:

- decidida pelo SF – 32, § 2º;
- declarada pela Mesa – 32, § 3º;

- de fe sa do acu sa do – 33, § 1º;
- direitos do acusado – 34;
- exa me pela CCJ – 32, §§ 4º, 5º, 101, II, *h*;
- instrução da matéria – 33;
- parecer conclusivo da co mis são – 33, § 2º;
- pe di do de vis ta – 33, § 3º;
- prazo e prorrogação – 33, § 1º;
- projeto de resolução – 33, § 2º, 35;
- representação – 32, § 4º, 33.

PERMISSÃO PARA FALAR SENTADO, requerimento – 214, parágrafo único, IV.

PESAR:

- associação da Mesa – 222, § 3º;
- homenagens de – 14, VII;
- levantamento da sessão – 220;
- minuto de silêncio – 219;
- requerimento admissível – 218; 220;
- votos de – 218.

POSSE DE SENADOR – 4º;

- apresentação de diploma – 4º, *caput* e § 1º;
- compromisso – 4º, §§ 2º, 3º e 4º;
- convocação do suplente – 4º, § 6º;
- durante o recesso – 4º, § 4º;
- nome parlamentar – 7º, *caput* e parágrafos;
- prazo – 4º, § 5º;
- prorrogação de prazo para – 4º, §§ 5º, 6º;
- renúncia – 4º, § 6º.

POSSE DE SUPLENTE – 5º;

- compromisso – 5º, § 2º;
- convocação – 4º, 5º e 6º;
- nome parlamentar – 7º, §§ 1º, 2º;
 - alteração de nome parlamentar – 7º, § 2º;
- prazo – 5º, § 1º;
- prorrogação – 5º; 6º;
- renúncia – 5º, § 1º.

PRAZO:

- da CCJ para parecer a recurso a questão de ordem – 408, § 2º;
- da CPI – 76, § 4º; 152;
- das comissões permanentes – 118; – ver COMISSÕES PERMANENTES;
- das comissões temporárias – 76, § 3º;
- de comissão sobre emendas – 118, § 1º;
- deliberação sobre ato incompatível com o decoro parlamentar – 25;
- de pareceres a matéria em regime de urgência – 346, I e § 1º;
- de projeto de iniciativa do Presidente da República com tramitação urgente – 375;
- de projeto referente a atos internacionais – 376, III;
- de projeto sujeito a prazo de tramitação – 282, § 1º; 283, parágrafo único; 375;
- de PEC – 356; 358; 359; 363; 364; 365;
- do parecer a representação de perda do mandato – 32, § 4º;
- do relator na comissão – 120;
- do uso da palavra – 14;
- em regime de urgência – 347;
- esgotado em comissão – 119;
- excedido na comissão – 119, parágrafo único;
- inclusão na pauta de matéria não relatada no prazo regimental – 121;
- na tramitação de projeto de Código – 374, III a VI;
- não prorrogável (uso da palavra) – 15;

- não suspensão (nas comissões) – 118, § 5º;
- no encaminhamento da votação de requerimento de urgência – 343;
- para apresentação de emenda em Plenário – 277;
- para apresentação de emenda perante as comissões – 122, § 1º;
- para a posse – 4º, 5º, e 6º;
- para apreciação de matéria complexa em regime de urgência – 345, parágrafo único;
- para destaque de projeto em separado – 314, XI;
- para emitir parecer oral em plenário – 140, § 2º;
- para escolha de autoridades – 383, II;
- para interpelação no depoimento em comissão – 94, *caput* e §§ 2º e 3º;
- para pedido de vista – 132, §§ 1º a 4º;
- para o requerimento de adiamento de discussão a ser realizada em dia determinado – 279, § 1º;
- prorrogação dos – ver PRORROGAÇÃO;
- nas comissões – 118, § 2º;
- renovação de – 118, § 3º;
- suspensão dos, nas comissões – 118, §§ 3º a 5º.

PREFERÊNCIA: – 311;

- de emenda ou grupo de emendas – 311, II;
- deliberação do Plenário – 311;
- de projeto sobre substitutivo – 311, III;
- de proposição sobre outra – 311, I;
- de substitutivo sobre projeto – 311, IV;
- requerimento de – 311, parágrafo único.

PREJUDICIALIDADE: – 334;

- arquivamento de matéria – 334, § 4º;
- declaração de – 334, § 1º;
- de emendas – 301;
- de PEC – 373;
- de requerimento de urgência – 342;

- de requerimento para adiamento da discussão – 279, § 6º;
- inclusão em OD – 334, § 1º;
- parecer da CCJ – 334, § 3º;
- recurso ao Plenário – 334, § 2º.

PRESIDENTE DO SENADO, ver ATRIBUIÇÕES – 41; 43, § 2º; 48; 49; 50; 51; 69; 140; 172, II.

PROCESSAMENTO DA VOTAÇÃO: – 299;

- das emendas com destaque – 300, VIII;
- das emendas com parecer no sentido de se constituírem projeto em separado – 300, IX;
- das emendas com pareceres concordantes de todas as comissões – 300, III;
- de destaque de projeto para votação em separado – 300, XI;
- de projeto – 300, I, II;
- de projeto separadamente em relação a cada artigo – 300, XII;
- emenda com subemenda, votada uma a uma – 300, VI;
- emenda com subemenda, votadas separadamente – 300, VII;
- emenda declarada inconstitucional e injurídica – 300, XVIII;
- emendas da mesma natureza, preferência – 300, X;
- emendas prejudicadas – 301;
- empate e desempate em votação – 294, V;
- encaminhamento de votação – 308; – ver ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO;
- falta de número para as deliberações – 304 e parágrafo único;
- grupo de emendas de pareceres contrários – 300, V;
- grupo de emendas de pareceres favoráveis – 300, IV;
- havendo mais de um substitutivo – 300, XIV;
- impedimento de votar – 306;
- interrupção da votação – 178; 179; 303;
- normas – 300;
- obrigatoriedade do voto – 306;

- preferência: 311;
 - para emendas da mesma natureza – 300, X;
 - para substitutivo com pareceres favoráveis – 300, XIII;
- rejeição do artigo 1º do projeto, (consequência) – 302;
- rejeição de projeto – 301;
- requerimento de destaque, encaminhamento pelo autor, omissão deste – 300, XVII;
- secreta – 307;
- sobrevivendo existência de número (em Plenário) – 305;
- substitutivo integral – 300, XV, XVI;
- substitutivos vários, precedência – 300, XIV;
- suspensão da sessão por falta de número – 304, parágrafo único.

PROCESSOS REFERENTES ÀS PROPOSIÇÕES: – 261;

- anexação de documentos – 261, § 2º; 263, parágrafo único;
- anexação de informações externas – 261, § 3º;
- arquivamento – 264;
- documento de matéria sigilosa – 262;
- extravio – 267;
- normas – 261;
- organização do processo – 261;
- parecer único a várias proposições – 268;
- reconstituição – 267;
- representações dirigidas à Mesa – 263.

PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO DA VOTAÇÃO – 298.

PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA (destituição) – 385; – ver também ESCOLHA DE AUTORIDADES.

PROJETOS – 213; – ver PROPOSIÇÕES.

PROJETOS DE CÓDIGO: – 374;

- anexação de matéria relacionada – 374, II;
- criação de comissão para estudo de – 374;
- destaque – 374, VIII, XII;
- discussão: – 374, VII, X;
 - uso da palavra – 374, VII, X;
- disposições aplicadas com exclusividade – 374, parágrafo único;
- eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação de relatores – 374, I;
- emendas – 374, III, XIII; 122, II, *a* e § 1º;
- encerramento da discussão – 374, XI;
- inclusão em OD – 163, § 6º; 374, IX, XIV;
- instalação de comissão para estudo de – 374;
- parecer:
 - final – 374, VI;
 - parcial – 374, IV;
- prazos:
 - p/ apresentação de emendas – 374, III;
 - p/ apresentação do parecer final da comissão – 374, VI;
 - p/ entrega da conclusão dos trabalhos pelos relatores parciais – 374, IV;
 - p/ entrega do parecer do Relator-Geral – 374, V;
 - prorrogação – 374, XVI;
- redação final: – 374, XIII;
 - inclusão em OD – 374, XIV;
- tramitação não admissível – 374, XV;
- votação das emendas e subemendas – 374, VIII;
- votação – 374, XII.

PROJETOS DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA COM TRAMITAÇÃO URGENTE: – 375;

- adiamento de discussão e votação – 375, VI;
- apreciação simultânea nas comissões – 375; II;

- distribuição – 375, I;
- emendas – 375, I;
- inclusão em OD – 375, IV, VIII;
- pareceres – 375, III, IV, V;
- prazos – 375, I, III, V, VI, VII, VIII; 353, parágrafo único;
- redação final – 375, VII.

PROJETOS REFERENTES A ATOS INTERNACIONAIS: – 376;

- Comissão de Relações Exteriores (CRE) – 376, II;
- emendas – 376, III;
- inclusão em OD – 376, IV, V;
- leitura, distribuição e publicação – 376, II;
- para iniciar – 376, I;
- parecer – 376, III, IV, V;
- prazos – 376, III, V.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO: – 354;

- aprovação – 354;
- aprovada sem emendas – 365;
- comissão:
 - designação – 356;
 - reexame pela – 359;
- discussão em 1º turno – 358, *caput* e § 2º;
- emendas em plenário, número de assinaturas exigido – 358, *caput* § 2º;
 - no 2º turno – 363;
- emendas não aceitas – 358, § 2º;
- emendas oferecidas no 2º turno – 363;
- encerramento da discussão com emendas no 1º e 2º turnos – 359; 364;
- inclusão em OD – 357; 358; 361; 363; 364;
- iniciativa – 212;
- interstício entre o 1º e 2º turnos – 362;

- leitura, publicação e distribuição – 355;
- não admissível – 354, § 1º; 371;
- número de membros da Comissão – 356, parágrafo único;
- parecer – 356; 358; 359; 361;
- prazo – 356; 358; 359; 361; 363; 364;
- prejudicada ou rejeitada – 373;
- promulgação da emenda quando ultimada no SF – 369;
- *quorum* para aprovação – 354;
- redação final – 365; 366;
- rejeitada ou prejudicada – 373;
- remessa à CD – 365;
- revisão do SF a proposta da CD – 368;
- substitutivo da CD – 367;
- turnos – 354; 358; 363; 364;
- vedada a apresentação de emenda a, (situações) – 354, § 2º;
- votação – 364; 361, § 1º; 366.

PROPOSIÇÕES: – 211;

- adiamento da discussão – 279 – ver ADIAMENTO;
- adiamento da votação – 315 – ver ADIAMENTO;
- anexação de documentos – 263, parágrafo único;
- apoio – 247;
- apreciação – 270 – ver APRECIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES;
- apresentação – 235;
- arquivamento – 254; 264; 332; 334, § 4º;
- autógrafos – 328;
- autônoma, acompanhada de transcrição das disposições de lei invocadas em seu texto – 239;
- au to ria – 243 – ver AUTORIA DAS PROPOSIÇÕES;
- com pareceres favoráveis, dispensa da discussão – 276;
- considerada inconstitucional ou injurídica pela CCJ, permitida a retirada – 101, § 1º; 257;

- correção de erro – 325 – ver CORREÇÃO DE ERRO;
- declaração de voto – 316 – ver DECLARAÇÃO DE VOTO;
- de legislaturas anteriores – 332;
- desdobramento – 327;
- destaque – 312 – ver DESTAQUE;
- discussão – 272;
- dispensa da discussão – 276;
- emendada – 277;
- emendas – 230 – ver EMENDAS;
- emendas da CD a projeto do SF – 285 – ver EMENDAS;
- encaminhamento da votação – 308 – ver ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO;
- encerramento da discussão – 275;
- espécies – 211;
- extravio – 267;
- inconstitucional e injurídica – 101, § 1º; 257;
- indicações – 224;
- interstício – 280;
- legislaturas anteriores – 332 – ver LEGISLATURAS ANTERIORES;
- leitura: – 241 – ver LEITURA DAS PROPOSIÇÕES;
 - presença do autor – 242;
- modalidades de votação – 289;
- numeração – 246 – ver NUMERAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES;
- pareceres – 228 – ver PARECERES;
- preferência – 311 – ver PREFERÊNCIA;
- prejudicialidade – 334 – ver PREJUDICIALIDADE;
- presença do autor em plenário – 242;
- processamento da votação – 299 – ver PROCESSAMENTO DA VOTAÇÃO;
- processos referentes às – 261 – ver PROCESSO REFERENTES ÀS PROPOSIÇÕES;
- proclamação do resultado da votação – 298;
- projetos – 213;

- projetos de código – 374 – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- proposta de emenda à Constituição: – 212; 354 – ver PEC;
- publicação – 249 – ver PUBLICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES;
- publicação das sinopses e resenhas – 269;
- reconstituição – 267;
- redação do vencido – 317 – ver REDAÇÃO DO VENCIDO;
- rejeição – 133, § 1º; 240; 254; 301;
- requerimento de homenagem de pesar – 218;
- requerimento de informações – 216;
- requerimento de voto de aplauso ou semelhante – 222;
- requerimentos outros – ver REQUERIMENTOS;
- resultado da votação – 298;
- retirada – 256 – ver RETIRADA DE PROPOSIÇÃO;
- sinopses e resenhas – 269;
- sobrestamento do estudo das – 335 – ver SOBRESTAMENTO DO ESTUDO DAS PROPOSIÇÕES;
- sujeitas a disposições especiais – 354; 374; 375; 376;
- tramitação das – 251 – ver TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES;
- tramitação em conjunto – 258;
- turnos – 270 – ver TURNOS;
- turno suplementar – 282 – ver TURNO SUPLEMENTAR;
- urgência – 336 – ver URGÊNCIA;
- votação – 288 – ver também PROCESSAMENTO DA VOTAÇÃO;
- votação ostensiva – 293 – ver VOTAÇÃO OSTENSIVA;
- votação secreta – 295 – ver VOTAÇÃO SECRETA.

PRORROGAÇÃO:

- da Hora do Expediente – 158, § 1º;
- da sessão – 180;
- de prazo de CPI – 76, § 4º; 152;
- de prazo de comissão temporária – 76, § 1º;

- de prazo de Projeto de Código – 374, XVI;
- de prazo para falar – 15;
- de prazo para posse – 4^º, § 5^º;
- de prazo para apresentação de parecer na comissão – 118, § 2^º.

PUBLICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES: – 249;

- publicação em avulso – 250;
- dos pareceres proferidos – 250, parágrafo único.

QUESTÃO DE ORDEM: – 403;

- a mesma, formulada mais de uma vez – 407;
- apartes, proibição – 14, X, *b*;
- audiência da CCJ – 408;
- decisão pelo Presidente – 405;
- definição – 403;
- já resolvida – 407;
- normas para formulação – 404;
- para contraditar – 403, parágrafo único;
- parecer da CCJ sobre recurso (prazo) – 408, § 2^º;
- precedentes – 406;
- recurso para o Plenário da decisão da Presidência – 405; 408;
- sobre a ata – 207;
- sobre matéria em regime de urgência ou com prazo de tramitação – 408, § 3^º;
- sobrestamento de decisão – 408, § 1^º;
- uso da palavra – 403.

QUORUM: – 288;

- dois quintos da composição da Casa – 288, IV;
- dois terços da composição da Casa – 288, I;
- dúvida levantada sobre a existência de – 293;
- especial – 294;
- falta de:
 - para deliberação – 293, VIII, IX; 304, *caput* e parágrafo único;

- para prosseguimento da sessão – 155, § 4º;
- maioria – 288, V;
- maioria absoluta – 288, III;
- p/ abertura da sessão – 155;
- p/ aprovação de ata de sessão secreta – 208;
- p/ aprovação de PEC – 354;
- p/ deliberação terminativa nas comissões – 109;
- p/ escolha de autoridades – 384, § 1º; 385, parágrafo único;
- p/ reunião de comissão – 108;
- p/ votação de apoio – 248, parágrafo único;
- p/ votação de projeto de resolução para fixação de alíquotas – 394, parágrafo único, II, III e IV;
- p/ votação de redação final – 288, § 1º;
- p/ votação de requerimento que depende da presença de, no mínimo, 1/10 da composição do SF – 215, III;
- p/ votação de requerimento que depende da maioria simples presente a maioria da composição da Casa – 215;
- p/ votação secreta – 288; 295, § 2º;
- três quintos da composição da Casa – 288, II;
- voto favorável de 2/3 da composição da Casa – 288, I;
- voto favorável de 2/5 da composição da Casa – 288, IV;
- voto favorável de 3/5 da composição da Casa – 288, II;
- votos computados para efeito de (em branco e abstenções) – 288, § 2º.

RECURSO PARA PLENÁRIO:

- de comunicação de vacância – 31, parágrafo único;
- de decisão da Mesa sobre Questão de Ordem – 405;
- de impugnação de proposição pelo Presidente – 48, XI;
- previstos – 91, § 4º; 254; 101, § 1º.

REDAÇÃO DO VENCIDO – 317; – ver REDAÇÃO FINAL.

REDAÇÃO FINAL:

- considerada aprovada – 324;
- correção de erro – 325 – ver CORREÇÃO DE ERRO;
- de emendas do SF a projeto da CD – 322;
- de emendas de redação – 323;
- de PEC – 365; 366;
- de Projeto de Código – 374, XIII – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- definitivamente aprovada – 324;
- discussão e votação de – 14, IV; 321;
- discussão encerrada sem emendas ou retificações – 324;
- dispensa de publicação – 321; 351;
- em regime de urgência – 351;
- inclusão em OD – 320;
- independente de publicação – 351;
- leitura, após o final da OD – 320, parágrafo único;
- leitura, publicação, distribuição, inclusão em OD, interstício – 320;
- nos projetos da CD emendados pelo SF – 319;
- privativa da comissão específica – 318.

REFORMA DO REGIMENTO INTERNO – 401; – ver ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATOR: – 126;

- das emendas – 126, § 1º;
- de denúncias contra autoridades e entidades públicas no âmbito das comissões – 96, § 1º;
- designação do – 126;
- do Projeto de Código – 374, I – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- emendas oferecidas pelo, em Plenário – 125; 126, §§ 1º e 2º;
- excepcionalidade – 129;
- impedimento – 126, § 2º; 127;

- na CCJ quando pronunciar-se por inconstitucionalidade e injuridicidade da proposição (retirada) – 257;
- o Presidente da Comissão – 129;
- prazo para apresentação de relatório – 120;
- prazo para designação de relatores – 126;
- quando autor de emendas – 126, § 2º;
- vencido – 128.

RELATORES, NAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS – 126; – ver também RELATOR.

RELATÓRIOS: – 130;

- apresentação nas comissões – 131;
- com votos discordantes nas comissões – 132, § 6º;
- contagem dos votos como favoráveis – 132, § 7º;
- de CPI – 150;
- de denúncias feitas contra autoridades ou entidades públicas no âmbito das comissões – 96, § 2º;
- de Projeto de Código – 374 – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- empate e desempate na votação do, – 132, § 9º;
- parecer vencedor, apresentação – 132, § 5º;
- pauta – 130;
- pe di do de vis ta do pro ces so: – 132, § 1º;
 - com prazo determinado – 132, § 3º;
 - de matéria em regime de urgência – 132, § 2º;
- prazo em conjunto – 132, § 4º;
- que não chegar a transformar-se em parecer e/ou voto em separado – 261, § 1º;
- sobre desacato ao SF – 24, I, II;
- transformação em parecer – 132;
- voto discordante – 132, § 6º, II;
- voto do autor – 132, § 8º;
- voto em separado – 132, § 6º, I;
- votos pela conclusão ou restrições (contam-se como favoráveis) – 132, § 7º.

REMUNERAÇÃO: – 12;

- ausência – 13;
- desconto da – 13, § 2º;
- falta justificada – 13, § 1º;
- normas – 12, I, II, III;
- opção – 12, parágrafo único.

RENÚNCIA:

- a lugar em comissão – 86;
- cargo na Mesa – 47;
- casos – 30;
- normas – 29;
- oral em plenário – 29, parágrafo único.

REPRESENTAÇÃO EM CERIMÔNIA FÚNEBRE – 27.

REPRESENTAÇÃO EXTERNA: – 67;

- aprovação de proposta da Presidência – 67;
- autorização de, pelo Presidente sem deliberação do Plenário – 70;
- avocação, pelo Presidente, da – 69;
- proposta da Presidência – 67;
- tipos de, – 68.

REQUERIMENTO DE HOMENAGEM DE PESAR: – 218;

- aparte – 14, X, *b*;
- apresentação de condolências – 221, I;
- casos – 218;
- levantamento da sessão – 220;
- representação nos funerais – 221, II.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO: – 216;

- admissíveis – 216, I;
- crime de responsabilidade – 216, § 1º;

- deferido – 216, IV;
- incorporação de informações ao processo – 216, V;
- indeferido – 216, IV;
- informações falsas – 216, § 2º;
- interrupção da tramitação da matéria – 216, IV;
- quando não respondido – 216, § 1º.

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA: – 339 – ver também URGÊNCIA;

- apresentação em Plenário – 340;
- casos – 336;
- encaminhamento da votação – 343;
- leitura – 339;
- não submetido à deliberação do Plenário – 341;
- prejudicado – 342;
- restrições para apresentação – 341;
- retirada do, – 344;
- submetido à deliberação do Plenário – 340;
- uso da palavra para encaminhamento da votação: – 343;
 - interrupção do – 18, I, *a*;
 - prazo – 343.

REQUERIMENTO DE VOTO DE APLAUSO OU SEMELHANTE – 222;

- apartes – 14, X, *b*, 3.

REQUERIMENTOS (DE, PARA):

- adiamento da discussão – 279 – ver também DISCUSSÃO;
- adiamento de votação – 315 – ver também VOTAÇÃO;
- apresentação:
 - em plenário, normas – 235, III;
 - presença do autor – 242;

- audiência de comissão que sobre a matéria não se tenha manifestado – 279, I;
- constar, na sua totalidade, documento lido em súmula – 202, II;
- convocação de Ministro de Estado – 397, I;
- criação de comissão externa – 75;
- criação de Comissão Parlamentar de Inquérito – 145 – ver CPI;
- deliberações do Plenário – 255;
- dependentes de decisão da Mesa – 215, I;
- dependentes de votação com *quorum* qualificado – 215, III;
- desempenhar missão no País ou no exterior – 40;
- destaque para votação de emendas ao Projeto de Código – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- destaques – ver DESTAQUES;
- despachados pelo Presidente – 214, parágrafo único; 215, II;
- destinação do tempo dos oradores da Hora do Expediente para comemoração especial – 160;
- de urgência – 339 – ver URGÊNCIA;
- diligência considerada imprescindível ao esclarecimento da matéria – 279, V;
- discussão realizada em dia determinado – 279, III;
- dispensa da discussão – 276;
- dispensa de interstício – 281;
- dispensa de parecer quando a comissão tiver esgotado seu prazo – 119;
- dispensa de prévia distribuição de avulso para inclusão de matéria em OD – 281;
- disposições gerais – 214;
- eleição em um único escrutínio (membros da Mesa) – 60, § 4º;
- encerramento da discussão de projeto – 275;
- escritos – 215;
- extinção da urgência – 352, *caput* e parágrafo único;
- homenagem de pesar – 218;
- inclusão em OD da proposição com prazo esgotado na única ou última comissão a que esta foi distribuída – 172, I;
- inclusão em OD de matéria em condições de nela figurar – 214, III;

- inclusão na pauta dos trabalhos de comissão, de matéria que, distribuída, não tenha sido relatada – 121;
- informações – 216;
- informações de cunho administrativo – 215, II, *b*;
- inversão da OD – 175, IV;
- inversão de votação de pareceres discordantes a indicação – 227, parágrafo único;
- leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário – 214, parágrafo único, I;
- licença para tratamento de saúde: – 43, I; 215, III, *a*;
- licença para tratar de interesses particulares – 43, II, §§ 1º, 2º;
- orais – 214, *caput* e parágrafo único;
- permissão para falar sentado – 214, IV;
- prazo de posse – 4º, § 5º; 5º, § 1º;
- preenchimento de formalidade essencial ao exame da matéria (adiamento da discussão) – 279, IV;
- preferência – 311 – ver PREFERÊNCIA;
- prorrogação do prazo de comissões temporárias e CPI – 76, § 1º; 152;
- publicação de informações oficiais no *DSF* – 215, II, *a*;
- realização de sessão especial – 199;
- realização de sessão extraordinária – 187;
- realização de sessão secreta – 190;
- reconstituição de projeto – 267;
- reexame por uma ou mais comissões – 279, II e § 3º
- remessa à Comissão que se seguir de projeto com prazo esgotado na comissão onde se encontra – 119;
- remessa ao órgão competente de representações recebidas por Senador sobre determinadas proposições – 263, parágrafo único;
- remessa de documentos – 217;
- retificação da ata – 214, II;
- retirada de:
 - retirada de emenda – 256, § 1º;
 - indicação – 256, § 2º, I;

- pelo autor – 256, I;
- projeto da OD – 256, § 2º, II, *a*;
- proposição – 235, III, *d*, 7; 256, § 1º;
- requerimento – 256, § 2º, I;
- requerimento de urgência – 344;
- sobrestamento do estudo do projeto – 335;
- submeter a votos a redação final de projeto – 324;
- tempo da sessão – 215, III, *b*;
- tramitação em conjunto de proposições – 258 – (ver TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO DE PROPOSIÇÕES);
- transcrição de matérias nos Anais – 210, II;
- transformação de sessão ordinária em secreta – 191; 197;
- traslado de peças nas comissões – 95, parágrafo único;
- urgência – 339 – ver URGÊNCIA;
- votação de substitutivo da CD a projeto do SF, em globo ou por grupos de dispositivos – 287;
- voto de aplauso ou semelhante – 222.

RETIFICAÇÃO DE ERROS – 325; – ver CORREÇÃO DE ERRO.

RETIRADA DE PROPOSIÇÃO:

- antes de iniciada a votação – 256, § 1º;
- casos permitidos – 256;
- fase de recebimento – 256, § 1º;
- inconstitucionalidade ou injuridicidade da proposição – 257;
- procedimento – 256, § 2º;
- requerimento de – 256, § 1º.

REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES – 106; – ver COMISSÕES PERMANENTES.

REUNIÕES PREPARATÓRIAS: – 3º;

- ausência de membros da Mesa anterior – 3º, III;

- data de realização – 3º, IV;
- direção dos trabalhos – 3º, II;
- eleição da Mesa – 3º, VI;
- no início da legislatura – 3º, V;
- normas – 3º;
- *quorum* – 3º, I;
- uso da palavra – 3º, VII.

REUNIÕES SECRETAS DAS COMISSÕES: (normas) – 116;

- análise de documentos sigiloso – 144, III;
- da assistência – 117, *caput* e parágrafo único.

SECRETÁRIOS:

- atribuições – ver ATRIBUIÇÕES;
- eleição dos – 3º, V, VI;
- leitura de documento – 57;
- substituição – 59, § 1º;
- uso da palavra – 58.

SEDE DO SENADO FEDERAL – 1º;

- eventual – 1º, parágrafo único.

SEGURANÇA DOS SENADORES – 9º, II, V – ver também SENADORES.

SENADO, ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS – 377; 383; 386; 389; 393; 394;

- autorização para operações externas de natureza financeira – 389;
- decisões por Projeto de Resolução – 393, parágrafo único; 394, parágrafo único;
- escolha de autoridades – 383;
- estabelecidas no art. 52, incisos VI a IX, da Constituição 393;
- funcionamento como órgão judiciário – 377;
- relativas à competência tributária dos Estados e do DF – 394;

- suspensão da execução de lei inconstitucional – 386.

SENADORES: – 4º;

- advertência – 22;
- apresentação de diploma – 4º, § 1º;
- assentamentos – 10;
- assunção de cargos públicos (comunicação de) – 39, II e parágrafo único;
- ausência – 38;
- ausência do país (comunicação) – 39, I;
- autorização para desempenho de missão – 40, *caput* e parágrafos;
- carteira de identidade – 11;
- comparecimento – 8º;
- convocação de suplente – 45;
- desistência de licença – 43, § 3º;
- direitos – 8º, 9º, *caput* e parágrafo único;
- exercício – 8º;
- falecimento, homenagens – 26;
- imunidades, suspensão das – 36;
- licença – 43; 44;
- medidas disciplinares – 22;
- missão – 40;
- nome parlamentar – 7º;
- perda de mandato – 32;
- posse: – 4º;
 - prorrogação de posse – 4º, §§ 5º e 6º;
- processo criminal em curso – 44;
- proibições – 19;
- remuneração – 12 – ver REMUNERAÇÃO;
- renúncia – 4º, § 6º, 30;
- segurança – 9º, II, V;
- suspensão das imunidades – 36;

- uso da palavra – 14 – ver também USO DA PALAVRA;
- vagas – 28 – ver VAGAS.

SESSÕES: – 154;

- abertura e duração – 155;
- adiamento da abertura – 155, § 3º;
- anais – 209;
- assistência às – 182 – ver ASSISTÊNCIA À SESSÃO;
- atas – 201 – ver ATAS;
- divulgação das – 186;
- encerramento – 155, § 4º; 177 – ver TÉRMINO DA SESSÃO;
- especial – 154, III e § 5º; 199, §§ 1º e 2º; 200;
- extraordinárias – 154, I, b, e §§ 2º e 3º; 187 – ver SESSÃO EXTRAORDINÁRIA;
- hora do expediente – 156 – ver HORA DO EXPEDIENTE;
- início – 155;
- levantamento por falta de número – 155, § 4º;
- não realização de, ordinárias – 154, § 6º, I a IV; 155, § 2º;
- natureza das sessões – 154 – ver NATUREZA DAS SESSÕES;
- ordem do dia – 162 – ver ORDEM DO DIA;
- ordinárias – 154, I, a;
- prorrogação: – 155; 180;
 - iniciativa – 180, I, II;
 - prazo – 180, § 1º;
 - reiteração – 180, § 4º;
 - votação de matérias – 181;
- públicas – 155;
- *quorum* para abertura e prosseguimento – 155;
- secretas – 190 – ver SESSÃO SECRETA;
- suspensão das – 18, I, f; 155, § 4º; 293, VIII;
 - desconto do tempo – 155, § 5º;
- término do tempo da – 177 – ver TÉRMINO DO TEMPO DA SESSÃO;

- uso da palavra em qualquer fase da, para questão de ordem – 14, VIII, *b*;
- uso da palavra em qualquer fase da, pela ordem – 14, VIII, *a*;
- uso da palavra em qualquer fase da, pelo líder – 14, II.

SESSÕES CONJUNTAS, CONVOCAÇÃO E PRESIDÊNCIA – 48, III.

SESSÕES ESPECIAIS: – 199;

- convocação – 200;
- iniciativa – 199;
- oradores – 200;
- presença de convidados – 199, § 1º;
- *quorum* (não existente) – 200;
- recepção a parlamentares estrangeiros – 199, § 2º;
- uso da palavra – 200.

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS: – 187;

- comunicação de – 189;
- convocação e duração – 187;
- hora do expediente – 187, parágrafo único;
- inclusão na OD de matérias – 189, parágrafo único;
- oradores – 188.

SESSÕES LEGISLATIVAS: – 2º;

- anteriores às eleições gerais – 2º, parágrafo único;
- extraordinárias – 2º, II;
- inauguração – 2º;
- ordinárias – 2º, I.

SESSÕES SECRETAS – 190;

- assistência às – 192, *caput* e parágrafo único;
- conhecimento de documentos de natureza sigilosa – 198;

- convocação – 190;
- deliberação preliminar, sobre a convocação, se o assunto deve ou não ser tra ta do em – 193;
- discursos proferidos em, arquivamento com a ata – 195;
- duração – 196;
- não divulgação da finalidade e do nome do requerente – 190, parágrafo único;
- parecer proposto por comissão para apreciação de assuntos em – 135;
- presença de servidores – 192, *caput* e parágrafo único;
- prorrogação – 180; 196;
- reabertura da sessão pública – 197, § 1º;
- sigilo, deliberação sobre sua permanência – 194;
- transformação de sessão pública em: – 197;
 - obrigatoriedade – 197, I;
 - por deliberação do Plenário – 197, II.

SIGILO – 20.

SINOPSES E RESENHAS DAS PROPOSIÇÕES – 269.

SOBRESTAMENTO DO ESTUDO DAS PROPOSIÇÕES – 335;

- requerimento – 335;
- votação – 335, parágrafo único.

SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS – 73.

SUBEMENDAS – 231 – ver também EMENDAS;

- apresentada em Plenário, pelo relator – 125;
- parecer sobre – 133, § 5º.

SUBSTITUIÇÕES – 83;

- de membro de comissão permanente – 81, parágrafos 1º e 2º;
- de Presidente de comissão – 81, § 2º;

- de líderes – 65, § 6º; 66, parágrafo único;
- impedimento temporário de membro de comissão – 85.

SUBSTITUTIVO:

- aprovação integral de – 300, XVI;
- com pareceres favoráveis de todas as comissões (preferência para votação) – 300, XIII;
- da CD a projeto do SF – 287;
- da CD a PEC, de iniciativa do SF – 367 – ver PEC;
- definitivamente adotado sem votação – 284;
- integral a Projeto de Lei, Decreto Legislativo ou de Resolução submetido a turno suplementar – 282;
- integral, votação em globo – 300, XV;
- oferecimento de emendas na discussão suplementar – 282, § 2º; 283;
- precedência para votação havendo mais de um – 300, XIV;
- preferência para votação a fim de ser apreciado antes do projeto – 300, XIII; 311, I e IV;
- submetido a turno suplementar – 282.

SUPLÊNCIA, VAGAS E SUBSTITUIÇÕES, EM COMISSÃO – 83; – ver também COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS.

SUPLENTE:

- alteração de nome parlamentar ou de partido – 7º, § 2º;
- comunicação de nome parlamentar e filiação partidária – 7º;
- convocação – 5º; 45;
- nome parlamentar – 7º, § 1º;
- posse – 5º; 7º;
- reassunção – 5º, § 2º;

SUSPENSÃO DAS IMUNIDADES: – 36;

- decretação de (disposições) – 37;
- em Estado de Sítio – 36.

SUSPENSÃO DAS SESSÕES: – 155, § 4º;

- pelo Presidente – 18, I, *f*;
- por pedido de verificação de *quorum* – 293, VIII.

SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE LEI INCONSTITUCIONAL: – 386;

- conhecimento pelo SF (formas) – 386;
- exa me pela CCJ – 388;
- instrução do processo – 387;
- Projeto de Resolução – 388;
- total ou parcial – 386, 388.

TÉRMINO DO TEMPO DA SESSÃO: – 177;

- apreciação da matéria constante do (art. 336, I) – 179;
- quando iniciada a votação – 178.

TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES: – 251;

- arquivamento de proposição – 254, *caput* e parágrafo único;
- decisão do Presidente – 252, II;
- deliberação do Plenário: – 252, IV; 255;
 - imediata – 255, III;
 - mediante inclusão em OD – 255, II;
 - na mesma sessão – 255, I;
 - sobre requerimento de inclusão em OD – 255, parágrafo único;
- estudo da matéria pelas Comissões – 253;
- leitura – 252;
- projetos com pareceres contrários, quanto ao mérito, de todas as Comissões (arquivamento) – 254;
- projeto de resolução de matérias da atribuição do SF, previstas na Constituição – 395.

TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO DE PROPOSIÇÕES: – 258;

- inclusão em OD – 260, III;

- mediante deliberação do Plenário – 258;
- normas – 260;
- precedência – 260;
- remessa às comissões – 259;
- requerimento – 258, 259.

TRAMITAÇÃO URGENTE DOS PROJETOS DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – 375.

TRANSCRIÇÃO DE MATÉRIAS NOS ANAIS – 210 – ver ANAIS.

TRANSFERÊNCIA DE INSCRIÇÃO – 158, § 4º.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, escolha de Ministros – 383, II.

TURNOS SUPLEMENTAR – 282;

- discussão suplementar – 282, § 2º; 283;
- emendas – 282, § 2º; 283;
- matéria em regime de urgência – 350;
- projetos sujeitos a prazo de tramitação: – 282, § 1º;
 - inclusão em OD – 283, parágrafo único;
- substitutivo definitivamente adotado – 284;
- substitutivo integral aprovado em turno único: – 282;
- vedada apresentação de novo substitutivo – 282, § 2º; 283.

TURNOS: – 270;

- apreciação de PEC em dois, – 354, *caput* – ver PEC;
- de votação de projeto de Código – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- discussão e votação – 270; 271;
- suplementar: – 270, parágrafo único;
 - em regime de urgência – 350;
 - parágrafo único – 270.

URGÊNCIA: – 336;

- apreciação de matéria–345;
- casos para a, – 336;
- definição – 336;
- deliberação, impossibilidade de início imediato – 345, parágrafo único;
- diligências – 349, *caput* e parágrafo único;
- discussão e encaminhamento de votação, uso da palavra – 347;
- dispensa de interstício e formalidades regimentais – 337;
- disposições gerais – 336;
- emendas a matéria urgente (durante a discussão) – 348;
- encaminhamento de votação de requerimento, uso da palavra – 343;
- encaminhamento de votação e discussão, uso da palavra – 347;
- encerramento de discussão, com apresentação de emendas (normas) – 348;
- extinção da – 352;
- impossibilidade de imediato início das deliberações – 345, parágrafo único;
- independente de requerimento – 353;
- iniciativa – 338;
- leitura– 339;
- normas gerais para ser requerida – 336;
- pareceres, prazo para apresentação – 346;
- prejudicialidade do requerimento – 342;
- proibição de apresentação de mais de dois requerimentos na mesma sessão – 341, II;
- proposições sujeitas a prazo – 353, parágrafo único;
- proposta de – 338;
- redação do vencido – 350;
- redação final (normas) – 351;
- requerimento de – 336; 339;
- substitutivo – 350;
- tramitação de matéria–337;
- turnos (único e suplementar) – 350.

URGÊNCIAS QUE INDEPENDEM DE REQUERIMENTO: – 353;

- autorização para o Presidente e Vice-Presidente se ausentarem do País – 353, II;
- matérias – 353, I;
- proposições sujeitas a prazo – 353, parágrafo único.

USO DA PALAVRA: – 14;

- anterior à OD – 14, I;
- após a OD – 14, IX;
- assunto sigiloso – 20;
- desconto do tempo da interrupção – 18, parágrafo único;
- em qualquer fase da sessão, o Senador – 14, VIII;
- em qualquer fase da sessão para questão de ordem – 14, VIII, *b*;
- em qualquer fase da sessão pela ordem – 14, VIII, *a*;
- em qualquer fase da sessão se líder – 14, II;
- em reunião preparatória – 3º, VII;
- em sessão especial – 200;
- explicação pessoal – 14, VI;
- expressões vedadas – 19; 20;
- ilícito – 20; 21;
- inscrição: – 17;
 - antecedência da – 17, § 2º;
- interrupção do (pelo Presidente) – 18, I;
 - por outro senador – 18, II;
- limitação do uso da palavra na semana – 17, § 1º;
- livro de inscrição dos oradores – 17;
- manifestação vedada – 20;
- na discussão de redação final – 14, IV;
- na discussão e votação de projeto de Código – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- no encaminhamento de votação – 14, V;

- ordem da palavra (concessão) – 16;
- p/ apartear – 14, X – ver APARTES;
- p/ comunicação inadiável – 14, VII;
- p/ contraditar questão de ordem – 14, VIII, c, e X, b;
- p/ a discussão – 273;
- p/ homenagem de pesar – 14, VII;
- p/ interpelar Minitro de Estado: – 14, XI; 398, IX;
 - p/ réplica – 14, XI;
- p/ justificar proposição – 14, VII;
- p/ manifestação de aplauso ou semelhante – 14, VII;
- p/ questão de ordem – 14, VIII, b;
- pela ordem – 14, VIII, a;
- pelo líder – 14, II;
- pelo Presidente – 50;
- pelo vice-líder – 14, II, c/c 66, parágrafo único;
- postura para o – 21;
- prazosimprorrogáveis – 15;
- vedação do – 3º, VII; 14, § 1º.

VAGAS: – 28;

- defesa – 33, § 1º;
- falecimento – 28, I;
- nas comissões – 83;
- ocorrências – 28;
- perda de mandato – 28, III; 32 – ver PERDA DE MANDATO;
- representação – 32, § 4º; 33;
- renúncia: – 28, II;
 - casos – 30;
 - normas – 29;
 - oral em plenário – 29, parágrafo único;
- vacância: – 31 ;
 - recurso p/ o Plenário, ouvida a CCJ – 31, parágrafo único.

VENCIDO – ver REDAÇÃO DO VENCIDO.

VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO – 293, III a VI; – ver VOTAÇÃO OSTENSIVA.

VICE-LÍDER: – ver DOS BLOCOS PARLAMENTARES, DA MAIORIA, DA MINORIA E DAS LIDERANÇAS.

VISTA: – 33, § 3º; 115, § 2º, VI; 132, §§ 1º a 4º.

VOTAÇÃO: – 288 – ver PROCESSAMENTO DA VOTAÇÃO;

- adiamento da, – 315 ver ADIAMENTO DA VOTAÇÃO;
- de projeto de Código – 374 – ver PROJETO DE CÓDIGO;
- de PEC – 354 – ver PEC;
- declaração de voto – 316 – ver DECLARAÇÃO DE VOTO;
- de escolha de autoridade – 383, VI;
- de requerimentos de adiamento da discussão – 279;
- destaque – 312 – ver DESTAQUE;
- encaminhamento da, – 308 – ver ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO;
- interrupção da – 178; 179; 303;
- modalidades de votação – 289;
- ostensiva – 293 – ver VOTAÇÃO OSTENSIVA;
- preferência – 311 – ver PREFERÊNCIA;
- processamento da – 299 – ver PROCESSAMENTO DA VOTAÇÃO;
- proclamação do resultado – 298;
- *quorum* – 288 – ver *QUORUM*;
- se cre ta – 295 – ver VOTAÇÃO SECRETA.

VOTAÇÃO OSTENSIVA: – 290; 293 – ver PROCESSAMENTO DA VOTAÇÃO;

- apoioamento – 293, IV;
- computação de votos de senador que penetrar no recinto após a votação – 293, VII;
- confirmação de falta de *quorum* – 293, IX;
- declaração de voto – 293, II;
- defeito no sistema eletrônico – 294, parágrafo único;

- desistência da verificação (ausência do requerente em plenário) – 293, X;
- dúvida levantada sobre existência de *quorum* – 293, IX;
- empate e desempate – 294, V; 51;
- falta de *quorum* – 293, VIII;
- interrupção da – 178; 179; 303;
- interstício para nova verificação – 293, V;
- não admissão de requerimento de verificação – 293, VI;
- processamento da – 299 – ver PROCESSAMENTO DA VOTAÇÃO;
- processo nominal (normas) – 294;
- processo simbólico – 293, I, II;
- proclamação dos resultados – 298;
- *quorum* especial – 294;
- requerimento de verificação – 293, IV;
- voto do Presidente – 48, inciso XXIII; 51; 294, V;
- voto dos líderes – 293, II.

VOTAÇÃO SECRETA: – 295;

- adiamento da – 295, § 2º;
- casos – 291;
- defeito no equipamento eletrônico (normas) – 297;
- de Projeto de Resolução de perda de mandato – 35;
- empate e desempate – 307;
- escolha do Presidente e do Vice-Presidente de comissão – 88;
- falta de *quorum* – 295, § 2º;
- por meio de cédulas – 296;
- por meio de esferas – 297.

VOTO DE APLAUSO OU SEMELHANTE: – 222;

- associação da Mesa – 222, § 3º;
- casos admissíveis – 222;
- inclusão do requerimento em OD – 222, § 2º;
- remessa do requerimento às comissões competentes – 222, § 1º.

VOTOS:

- abstenção e em branco – 288, § 2º;
- computados para efeito de *quorum* – 288, § 2º;
- de aplauso, requerimento de – 222;
- de censura, requerimento – 223;
- declaração de – 316 – ver DECLARAÇÃO DE VOTO;
- dos líderes – 293, II; 294, III;
- impedimento por interesse pessoal – 306.